

DGM • 2018

DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL



D G M ♦ 2018

DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

Apresentação

Bem-vindo à nova edição do estudo “Desafios da Gestão Municipal” que apresenta uma análise da evolução recente das 100 maiores cidades brasileiras em termos populacionais (acima de 273.000 habitantes), que respondem por mais da metade de tudo que é produzido no Brasil.

A atratividade das cidades depende de uma série de fatores objetivos e subjetivos. Aqui consideramos alguns aspectos que captam a oferta de serviços essenciais sob influência dos governos municipais mesmo que fornecidos por outros entes e a iniciativa privada.

Nesta edição apresentamos a evolução na década do índice dos Desafios da Gestão Municipal (IDGM) que reúne 15 indicadores em quatro áreas críticas para a gestão pública: (1) Educação, (2) Saúde, (3) Segurança e (4) Saneamento e Sustentabilidade. Para cada área foram identificados os municípios de destaque, aqueles melhor posicionados e aqueles com melhores evoluções.

A amostra dos 100 não é homogênea. O grupo dos 100 apresenta heterogeneidades internas que podem afetar a capacidade do setor público entregar resultados e a possibilidade de avanço dos indicadores finalísticos. Esta edição traz, portanto, uma análise por *cluster* que permite a comparação do município com o grupo de municípios mais similares em termos de complexidade da gestão e disponibilidade de recursos. Os 100 municípios estão agrupados em 8 clusters de acordo com algumas de suas características, como receita per capita, tamanho e densidade populacional e desigualdade de renda.

Os painéis municipais permitem uma visão de conjunto do município apresentando um diagnóstico da situação em cada área no ranking dos 100 e em relação ao seu grupo de comparação.

Busca-se portanto fornecer uma análise comparativa e temporal das cidades brasileiras que permita identificar os principais problemas e as soluções no âmbito da gestão municipal.





◆ índice

1

Os Desafios da
Gestão
Municipal

Página 7

2

Panorama dos
100 maiores
municípios

Página 15

3

O ranking do
IDGM

Página 67

4

Análise por
cluster

Página 119

5

Anexos

Página 153

Acesse o estudo completo e veja o desempenho de cada município em:

www.desafiosdagestaomunicipal.com.br





1

Os desafios da gestão municipal

[← Voltar para o índice](#)

Os desafios da gestão municipal

Em todo o mundo, mais da metade da população hoje vive em cidades e esse número deve aumentar para 70% até 2050¹. As cidades produzem 80% do Produto Interno Bruto (PIB) global. No Brasil isso não é diferente: somente as 100 maiores, são responsáveis pela metade da economia do país.

O crescimento das cidades gera benefícios comprovados de melhoria da qualidade de vida², mas também produz problemas, tais como: padrões exacerbados de consumo, favelização, problemas de mobilidade urbana, degradação ambiental, insegurança, aumento do estresse e outros.

A cidade do futuro terá que solucionar estes problemas, adaptando-se as tendências dos “novos tempos”, decorrentes da expansão da economia digital, da hiperconectividade, da ascensão da economia compartilhada, dos novos hábitos de consumo e do aumento da longevidade da população.

Para que sejam mais atrativas, devem ter dinamismo econômico na geração de oportunidades, precisam ser prósperas em conhecimento, “vivas” em interações culturais, proporcionar boas condições de habitabilidade e

acessibilidade e cuidar do meio ambiente como ativo fundamental para o seu desenvolvimento sustentável. Esse é o caminho seguido por algumas metrópoles prósperas como Londres, Nova York, Tóquio, Paris e Cingapura³.

Um dos desafios da gestão municipal no Brasil de hoje é incorporar estas tendências do mundo contemporâneo, ao mesmo tempo que precisa superar carências básicas que ainda persistem, como: déficits de saneamento, elevados índices de violência, desordem urbana, más condições habitacionais e exclusão social. As demandas para os prefeitos e prefeitas é ampla, diversa e de natureza distinta, variando de questões de “zeladoria” do dia a dia a demandas econômicas e sociais de médio e longo prazo.

Em resumo: os líderes das cidades terão que trabalhar com pressões e cobranças múltiplas, diversas e intensas, num contexto de forte escassez de recursos e acentuadas restrições burocráticas e legais.

Encontrar novas soluções para esses dilemas, dentro deste cenário, é o grande desafio que hoje se coloca para os prefeitos, legisladores e gestores públicos municipais.

¹ World Economic Forum, Global Agenda, Here are 5 predictions for the cities of the future, obtido em www.weforum.org em 26/07/2018 18h.

² ONU HABITAT, o State of the World's Cities Report 2012-2013

³ Global Power City Index 2016

Para os que se ocupam com a gestão das cidades, o ano de 2017 foi, predominantemente, dominado pela agenda fiscal e pela busca da manutenção de serviços municipais básicos. Todavia, concentrar a agenda da gestão somente no ajuste fiscal e em ações “de varejo” e de curto prazo é abrir mão de uma janela de oportunidade para inovar e, sobretudo, entregar obras e serviços relevantes para a qualidade de vida das pessoas.

A escassez deve ser trabalhada não só como um problema, mas também como uma espécie de combustível para o novo, para a busca de formas alternativas de exercer uma boa gestão, mais eficiente e orientada para as efetivas necessidades dos cidadãos.

Cuidar para que os limitados recursos municipais sejam bem aplicados na superação dos desafios prioritários, que melhorem efetivamente a vida das pessoas na cidade, deve ser o objetivo a ser perseguido por todos os prefeitos. Especialmente aqueles das maiores cidades do Brasil, sujeitos a cobranças mais intensas e à fiscalização mais acurada dos seus atos e realizações.

Esta edição do DGM 2018 tem o propósito de ajudar os Prefeitos, Legisladores e gestores municipais a atuar neste ambiente de desafios crescentes.

Ao avaliar os indicadores das 100 maiores cidades do Brasil e promover a comparação entre elas é possível entender aonde estão as maiores dificuldades e os principais avanços em quatro áreas essenciais: (1) saúde, (2) educação, (3) segurança e (4) saneamento e sustentabilidade.

Uma boa notícia: a análise da evolução destas áreas na década indica que houve avanços generalizados. Mas ainda persistem alguns problemas a serem superados, como destacado na síntese executiva a seguir.

Síntese Executiva do DGM 2018

1. A evolução do **IDGM na década mostra avanços positivos em todos os municípios** no índice geral. Os 100+ avançaram em média mais que a média brasileira, mas ainda estão distantes dos padrões internacionais de desenvolvimento.
2. **O grupo dos 100+, em média, é melhor que a média nacional no IDGM geral** e em três das quatro áreas: educação, segurança e saneamento. Em saúde, os 100+ eram melhores que a média brasileira no início da década, mas passaram a ter desempenho similar à média brasileira com o passar dos anos.
3. **Os ganhos na década só foram generalizados para todos os municípios dos 100 na área de educação.** Nas demais áreas, embora a maioria das cidades tenha avançado, há retrocessos que são mais frequentes, principalmente em segurança.
4. **As cidades do Estado de São Paulo são destaque no ranking**, o Estado abriga 16 municípios (incluindo a capital) entre as 25 cidades melhores avaliadas.
5. **A gestão fiscal ainda é um desafio para o avanço na melhoria da gestão finalística.** Apesar da receita dos 100+ ter subido 13,6% de 2010 a 2016, o crescimento da despesa foi maior (16,8%) no período, puxada pelos gastos com pessoal e custeio, restando cada vez menos espaço para investimentos, que registrou queda de 16,4% nos últimos cinco anos. Mais do que reduzir custos é preciso obter ganhos contínuos de produtividade do gasto, pois cidades com tamanhos similares do mesmo estado entregam resultados muito distintos com grandes variações de gasto unitário (pelo menos no caso da educação).
6. Na educação, **o acesso a creche e a pré-escola teve aumento na década**, mas para o alcance das metas do PNE serão necessários mais esforços, recursos e gestão. Mantida a velocidade de crescimento atual, as 100+ só alcançarão a meta de 50% das crianças na creche e 100% na pré-escola no ano de 2058.
7. **Ainda persistem déficits de infraestrutura nas escolas:** mais de 14 mil escolas ainda possuem alguma lacuna de infraestrutura em pelo menos um dos itens: energia elétrica; esgoto tratado; banda larga; biblioteca; quadra esportiva; e laboratório de ciências. **A formação dos professores também continua como uma preocupação**, já que 30% dos professores das redes de ensino não possuem formação na área que atuam.

8. Em relação a qualidade da educação **as cidades avançaram no ensino fundamental (anos iniciais)**, apesar das disparidades regionais, com 70% das cidades alcançando a meta no IDEB EFI em 2015 e com melhoria do componente de proficiência (medido pela Prova Brasil). Porém, chama a atenção a **necessidade de aperfeiçoamento dos processos de alfabetização**: quase metade das crianças dos 100+ têm nível “insuficiente” de leitura no 3º ano.
9. **No Ensino Fundamental II a situação é um pouco mais preocupante** que no ciclo anterior. A taxa de **distorção idade-série** teve queda de 2010 para 2016, mas ainda permanece alta (27%) e, **mantida a velocidade atual, levaremos mais de 100 anos para solucionar este problema**. Em relação a qualidade do ensino neste ciclo, as cidades avançaram em relação a sua meta no IDEB, o que é positivo, mas ainda estão longe dos padrões internacionais.
10. Na saúde, **a taxa de mortalidade infantil nas 100+ teve uma trajetória de queda constante** de 2006 a 2015, com sinais de reversão em 2016. **Ainda é elevado o número de mortes infantis por causas evitáveis** (66%).
- Mantida a atual tendência, as 100+ também levarão mais de 100 anos para solucionar integralmente este problema. Neste campo, além de melhorar a atenção básica, o desafio é expandir a informação e a assistência pré-natal. Há forte relação entre escolaridade das mães e acesso à pré natal e, conseqüentemente, taxa de mortalidade infantil (**quanto maior a escolaridade da mãe, maior percentual de mulheres que fazem 7 consultas ou mais e menor a mortalidade infantil**).
11. Ainda na Saúde, **a taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis nos 100+ registrou queda de 0,6%** ao ano na última década, o que é bom. Contudo, **com o envelhecimento populacional**, observa-se que o **número total deste tipo de mortes está aumentando** na faixa etária de 30 a 69 anos, com destaque para o crescimento das neoplasias na década.
12. Em segurança, **a taxa de homicídios nos 100+ teve queda na década, mas continua em padrões muito altos e com trajetória recente de piora do indicador**: mais da metade dos municípios experimentou um aumento da taxa de homicídios entre 2015 e 2016. Preocupa a alta do número de homicídios entre jovens (59% do número homicídios em 2016).

Síntese Executiva do DGM 2018 (cont.)

13. **A trajetória da taxa de mortes no trânsito na década também é decrescente** entre as 100+, mas dois fatos chamam a atenção: (a) o crescimento de 30% do número de mortes com motocicletas no período; e (b) a alta concentração destas mortes na faixa-etária de 15 a 29 anos.
14. Em saneamento, a boa notícia é que **o índice de atendimento total de água tem aumentado** e caminha para mais de 94% nos 100+. Por outro lado, **o índice de perdas na distribuição voltou a crescer**, após uma trajetória de queda.
15. **O esgotamento sanitário cresceu 5,8 pp entre 2010 e 2016 nas 100+**. Apesar da alta, a universalização ainda está distante e, mantida a velocidade recente, serão necessários mais de 100 anos para solucionarmos este problema nas maiores cidades do Brasil. **O tratamento de esgoto também ainda é um desafio a ser superado. A coleta de lixo nas 100+ está praticamente universalizada**, o foco central agora está no destino, tratamento e na coleta seletiva.

Enfrentar com eficácia os desafios de gestão municipal no Brasil de hoje, exige foco, gestão, cooperação, visão e adaptação de boas práticas.

Mais do que nunca, é preciso combinar, com harmonia e inovação, cinco fundamentos na gestão estratégica das cidades com três enfoques, como sintetiza a figura ao lado.

Agenda da gestão estratégica das cidades

FUNDAMENTOS

Foco: ter clareza, por meio de evidências, dos desafios prioritários a serem enfrentados pela cidade e seu Poder Municipal e cuidar para que as ações seja planejadas e os principais recursos sejam alocados em função destes desafios.

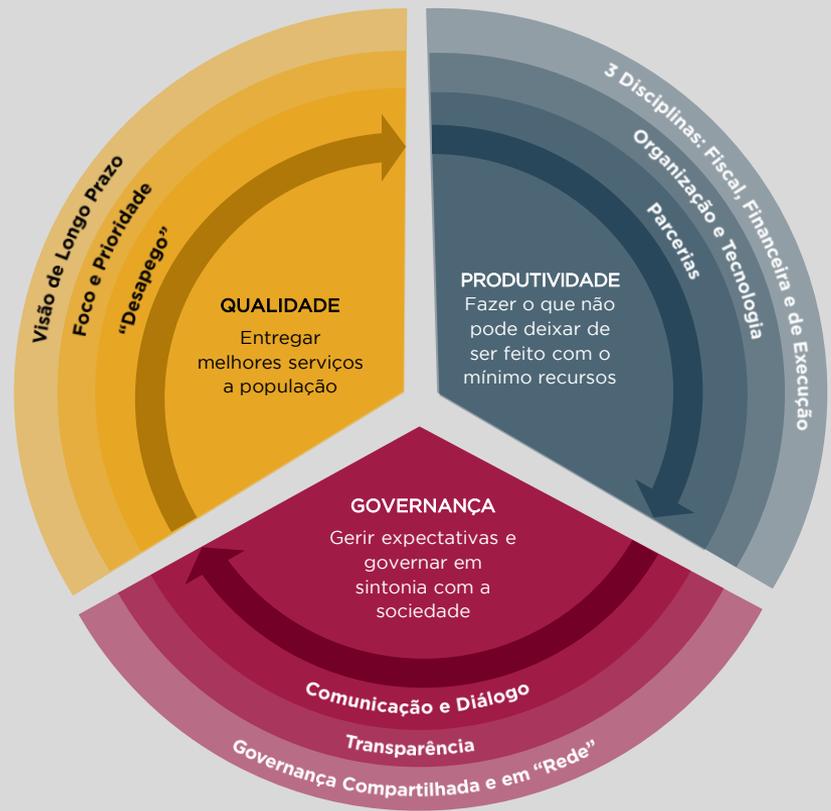
Disciplina: garantir a execução efetiva do que foi planejado, com disciplina e método. Monitorar a execução e as entregas e avaliar os resultados, com transparência, em tempo real e de forma expedita.

Cooperação: atuar em parceria com outros setores da sociedade e municípios (em consórcios e arranjos organizacionais com propósito específico) para mobilizar os melhores recursos e competências para a ação

Visão: harmonizar o cuidado com as demandas imediatas, com uma visão de longo prazo que entregue resultados e benefícios para além de cada ciclo de gestão.

Aprendizagem: utilizar os casos de sucesso de outras cidades e se espelhar nos melhores exemplos como inspiração e como forma de ganhar tempo e poupar recursos.

ENFOQUES







2

Panorama dos 100 maiores municípios

[← Voltar para o índice](#)

Os 100+

Os 100 maiores municípios brasileiros (aqui chamados de 100+) concentram 39% da população do país, 50% do PIB e 54% dos empregos formais.

Com uma população de aproximadamente 81 milhões de habitantes, o conjunto dos 100+ equivale a população da Alemanha¹ distribuídos em uma área de 176 mil km² (2,1% do território nacional), próximo ao tamanho do Uruguai. O PIB per capita de R\$37.267 é superior à média brasileira.

Os 100+ somam 1,4 milhão de crianças na creche e 1,8 milhão na pré-escola, 40% e 35% do país, respectivamente. Sua taxa de mortalidade infantil é de 12,1 óbitos por 1.000 nascidos vivos, próximo à taxa do Peru. Cerca de 37% dos óbitos até um ano no Brasil ocorrem nos 100+.

O número de homicídios registrados em 2016 foi de 25.535 (40,8% do total) equivalente a uma taxa de 31,7 homicídios por 100 mil habitantes, um pouco superior à média nacional (30,8).

Os desafios enfrentados pelos 100+ representam números equivalentes ao de países inteiros, o que demonstra a representatividade do grupo e sua importância para o país.

“A cidade é o lugar da prosperidade. É onde os seres humanos satisfazem suas necessidades básicas e têm acesso a bens públicos essenciais. A cidade é também onde ambições, aspirações e outros materiais e aspectos imateriais da vida são realizados, proporcionando satisfação e felicidade. É o lugar onde as perspectivas de prosperidade e bem-estar coletivo podem ser aumentadas.”

Fonte: ONU HABITAT, State of the World's Cities Report 2012/2013. Tradução Livre.

NORTE 9 municípios

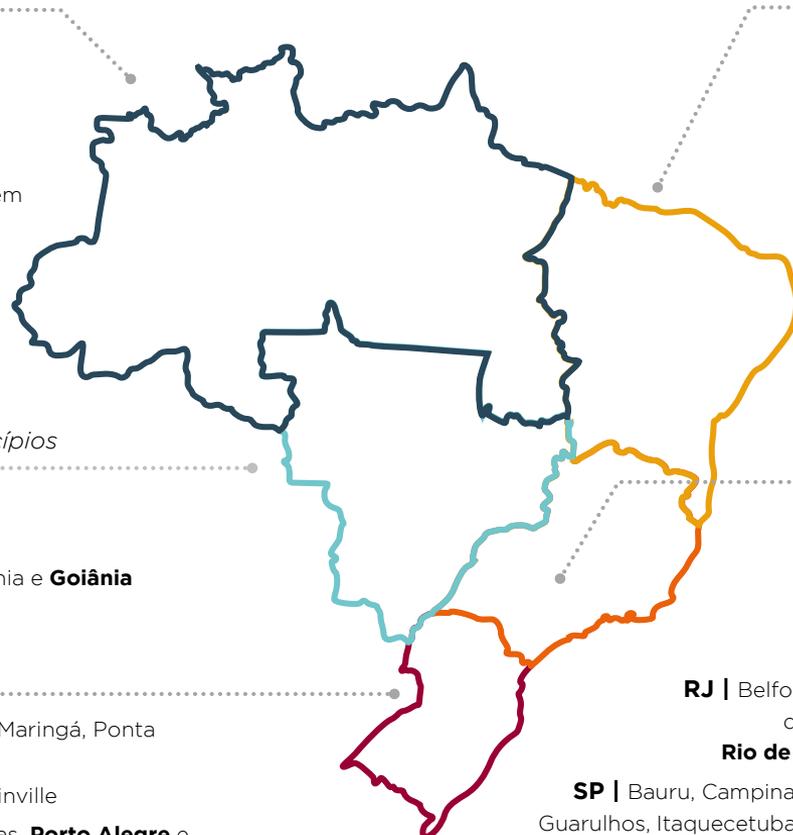
RO | Porto Velho
AC | Rio Branco
AM | Manaus
RR | Boa Vista
PA | Ananindeua, **Belém** e Santarém
AP | Macapá
TO | Palmas

CENTRO-OESTE 6 municípios

MS | Campo Grande
MT | Cuiabá e Várzea Grande
GO | Anápolis, Aparecida de Goiânia e **Goiânia**

SUL 15 municípios

PR | Cascavel, **Curitiba**, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais
SC | Blumenau, **Florianópolis** e Joinville
RS | Caxias do Sul, Gravataí, Pelotas, **Porto Alegre** e Santa Maria



NORDESTE 20 municípios

MA | São Luís
PI | Teresina
CE | Caucaia e **Fortaleza**
RN | Mossoró e **Natal**
PB | Campina Grande e **João Pessoa**
PE | Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Petrolina e **Recife**
AL | Maceió
SE | Aracaju
BA | Camaçari, Feira de Santana, **Salvador** e Vitória da Conquista

SUDESTE 50 municípios

MG | **Belo Horizonte**,
Betim, Contagem, Governador Valadares,
Juiz de Fora, Montes Claros,
Ribeirão das Neves, Uberaba, Uberlândia
ES | Cariacica, Serra, Vila Velha e **Vitória**
RJ | Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, **Rio de Janeiro**, São Gonçalo, São João de Meriti
SP | Bauru, Campinas, Carapicuíba, Diadema, Franca, Guarujá, Guarulhos, Itaqucetuba, Jundiá, Limeira, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Piracicaba, Praia Grande, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, **São Paulo**, São Vicente, Sorocaba, Sumaré, Suzano, Taboão da Serra, Taubaté

Fonte: Macroplan. NOTA: Brasília não foi considerada nesta análise.

Em uma década, 8,1 milhões de novos residentes nos 100+

Todas as capitais brasileiras estão representadas no grupo dos 100+, com exceção de Brasília por sua especificidade como unidade federativa. São 16 cidades com mais de um milhão de habitantes e 73 municípios pertencentes a regiões metropolitanas.

Entre 2007 e 2017 o número de habitantes estimado dos 100+ alcançou 81,3 milhões de habitantes – alta de 11,1%, inferior ao crescimento brasileiro de 12,7%.

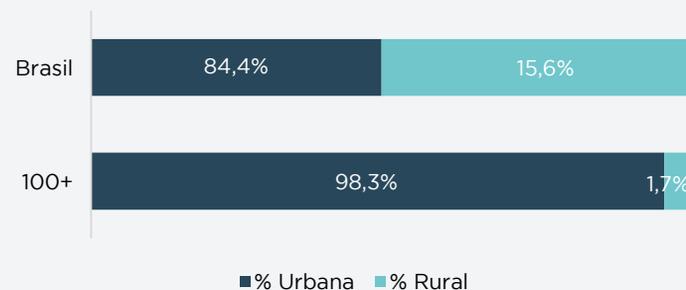
O processo de envelhecimento populacional nos 100+ é mais acelerado do que a média brasileira. Na última década, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais avançou 3,2 pontos percentuais nos 100+ e 2,9 no Brasil. Essa evolução varia muito entre os municípios: de 0,8 p.p (Caruaru) a 5,4 p.p (Santos).

A densidade demográfica é de 460,5 habitantes/km², muito superior à média brasileira de 24 hab/km². Os municípios mais densos ultrapassam 10 mil hab/km². Apenas dois municípios dos 100+ têm densidade inferior à média brasileira: Santarém (16,6 hab/km²) e Porto Velho (15,2 hab/km²).

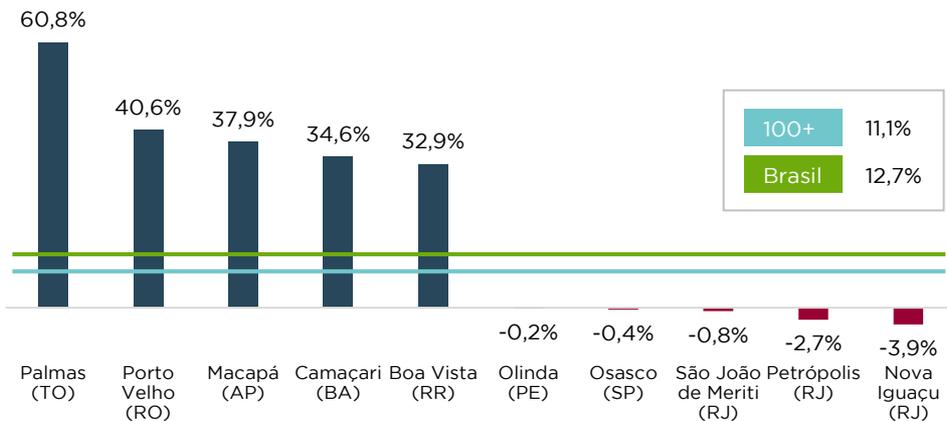


98% da população dos 100+ vivem em área urbana

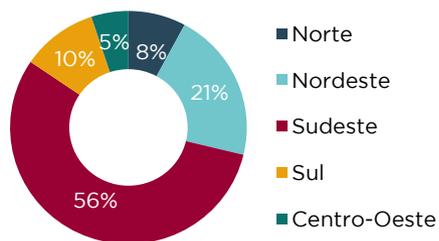
O percentual de pessoas que vive em área urbana entre os 100+ é superior à média brasileira de 84,4%. No grupo, apenas seis municípios têm índice abaixo de 90%: São José dos Pinhais (PR), Vitória da Conquista (BA), Caucaia (CE), Caruaru (PE), Petrolina (PE) e Santarém (PE). Em 25 municípios esse percentual é de 100%.



CRESCIMENTO POPULACIONAL 2007 - 2017



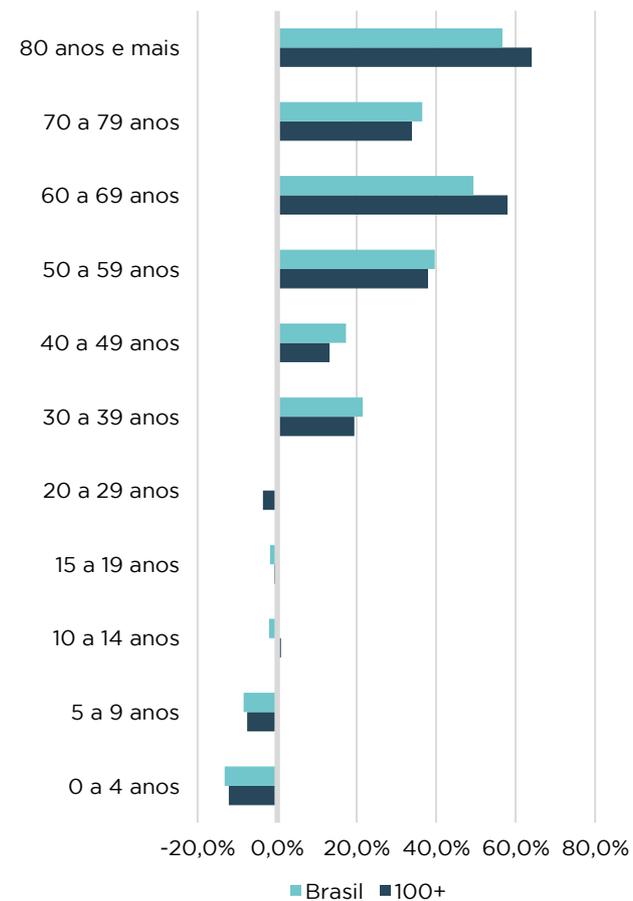
POPULAÇÃO DOS 100+ POR REGIÃO 2017



DENSIDADE POPULACIONAL - 2017 HAB/KM²



VARIAÇÃO POPULACIONAL POR FAIXA ETÁRIA 2005 - 2015



Fonte: Macroplan a partir dos dados do IBGE.

O PIB dos 100+ cresceu abaixo da média brasileira na última década

Em 2005 a participação dos 100+ no PIB brasileiro era de 52,3%, em 2015, caiu para 49,7%. A queda de participação dos 100+ no valor adicionado bruto (VAB) ocorreu em todos os setores com exceção da agropecuária, sendo contudo mais forte da indústria.

A composição setorial do VAB é marcada por maior participação dos serviços e do comércio em comparação com a indústria e da agropecuária. Entre os 100+, os municípios que fogem à regra são: Camaçari, Betim, Campos dos Goytacazes, Suzano e Gravataí.

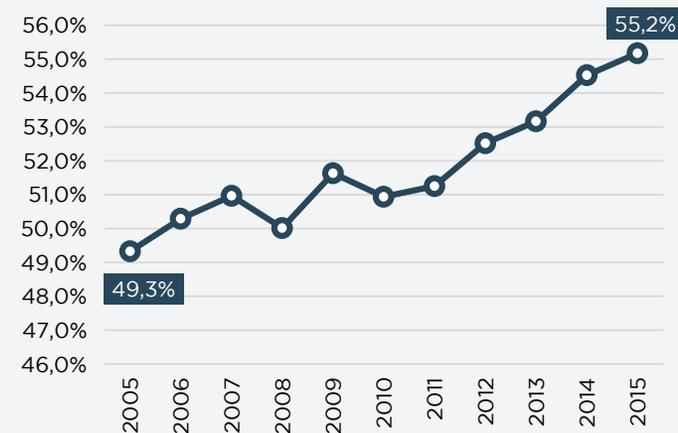
O PIB per capita varia expressivamente entre os municípios da amostra dos 100. 50% estão abaixo da média brasileira, enquanto os cinco municípios com os maiores PIBs per capita são, em média, três vezes maiores que a do Brasil.



Crescente participação dos serviços¹

O setor de serviços representa 55,2% do PIB dos 100+, superior à média brasileira de 47,5%. Essa participação é 6 pontos superior à registrada em 2005 e 7,7 p.p. superior à média brasileira.

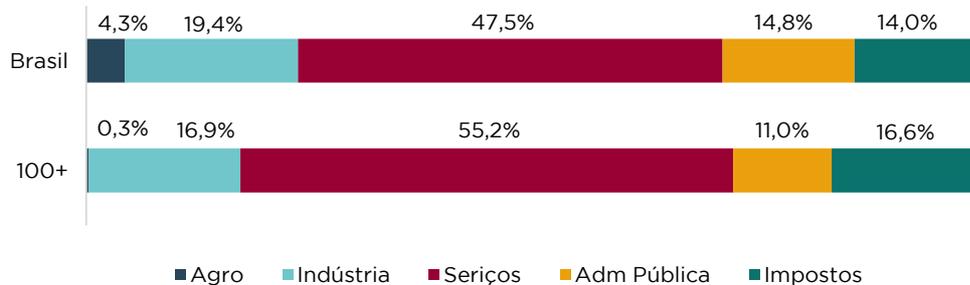
PARTICIPAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS¹
VAB de serviços¹ no PIB



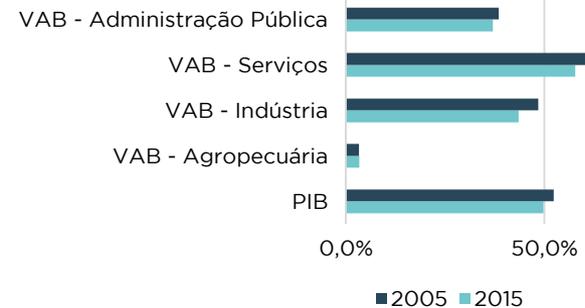
¹ Exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

COMPOSIÇÃO DO PIB - 2015

Participação do Valor Adicionado Bruto por setor

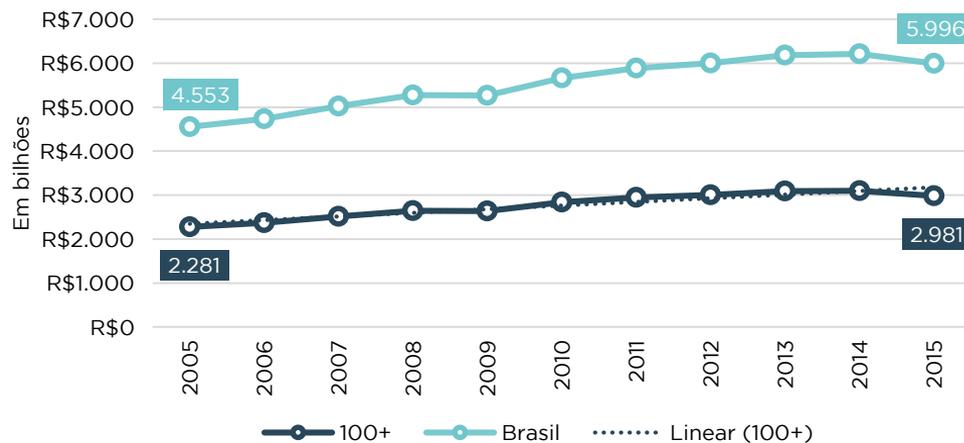


PARTICIPAÇÃO DOS 100+ NO PIB BRASIL



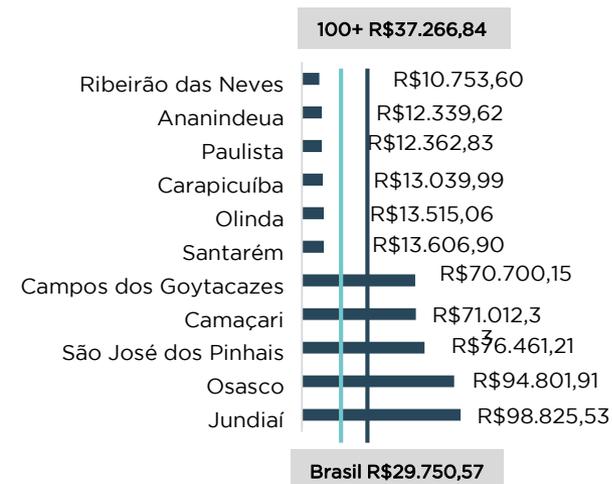
PIB

Em R\$1.000 Constante¹



PIB PER CAPITA - 2015

5 maiores e 5 menores dos 100+



Fonte: Macroplan a partir dos dados do IBGE. ¹ Deflacionado pela série encadeada do volume do Produto Interno Bruto, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Maior impacto da crise nos empregos dos 100+

Os 100+ abrigam 54,4% do total dos empregos formais do Brasil. Até 2014 tanto o Brasil como os 100+ registraram saldo positivo de empregos. Entre 2006 e 2014, houve um crescimento de 39% no número de empregos formais nos 100+, abaixo da média brasileira (41%).

A crise por sua vez afetou mais os 100+. Entre 2014 e 2016 houve uma queda de 8%, maior do que a média brasileira de 7%. Em 2017 o saldo negativo do emprego diminuiu e até abril de 2018 ocorreu um crescimento dos postos na indústria, construção civil e serviços tanto nos 100+ como em todo o país.

Assim como no valor adicionado, o setor de serviços tem maior relevância no total de empregos dos 100+: 63,1% contra 55,4% no Brasil. Em contrapartida, a indústria participa com 12,1% dos empregos formais enquanto no Brasil o setor representa 16,9%.

A remuneração média dos 100+ é maior do que a do Brasil em todos os setores, com destaque para serviços e indústria. As remunerações médias dos maiores municípios nesses setores representam 120,6% e 115,9% do total, respectivamente.

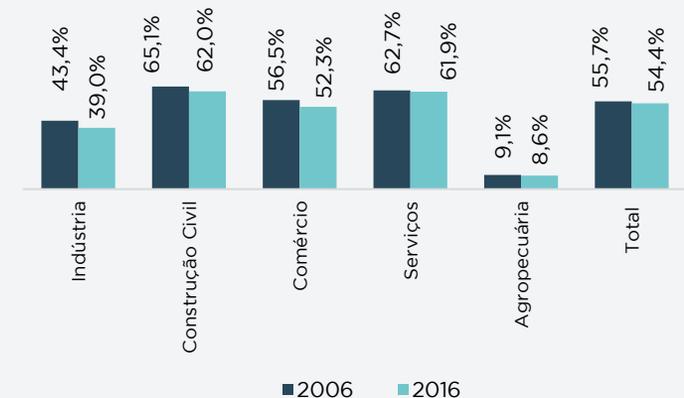


Indústria em queda

Os 100+ diminuíram sua participação no total de empregos formais em 1,3 p.p. na última década. Entre os setores, a maior queda de participação ocorreu na indústria e no comércio. Entre 2006 e 2016, o número de empregos formais na indústria caiu 1,7% no total dos 100 maiores municípios.

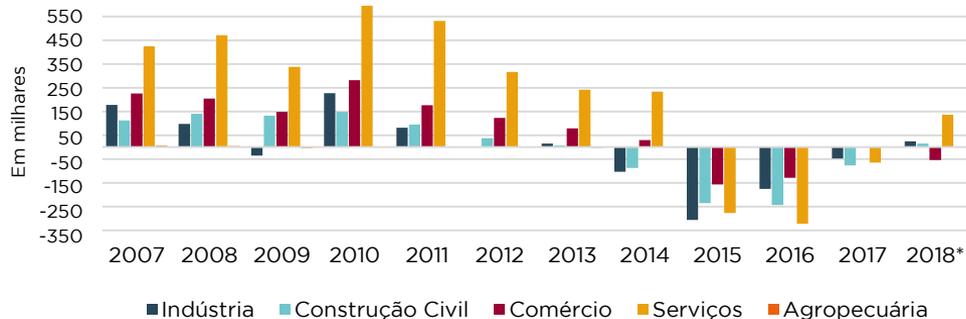
A maior contribuição dos 100+ no total de empregos formais ocorre na construção civil e nos serviços e a menor na agropecuária.

PARTICIPAÇÃO DOS 100+ NO TOTAL DE EMPREGOS FORMAIS
Por Grande Setor do IBGE



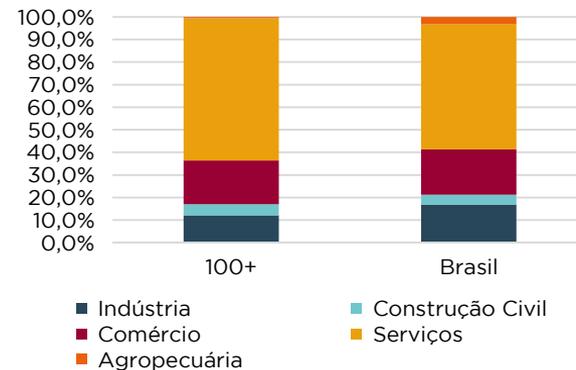
SALDO DO Nº DE EMPREGOS FORMAIS - 100+

Diferença entre o nº de admitidos e desligados por Grande Setor do IBGE



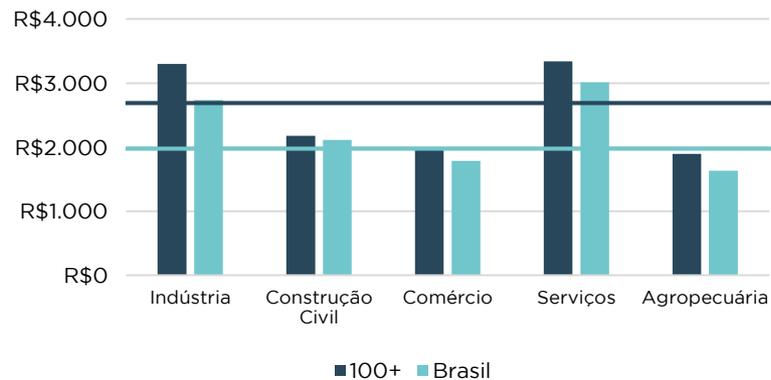
DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL - 100+ E BRASIL

Por Grande Setor do IBGE - 2016



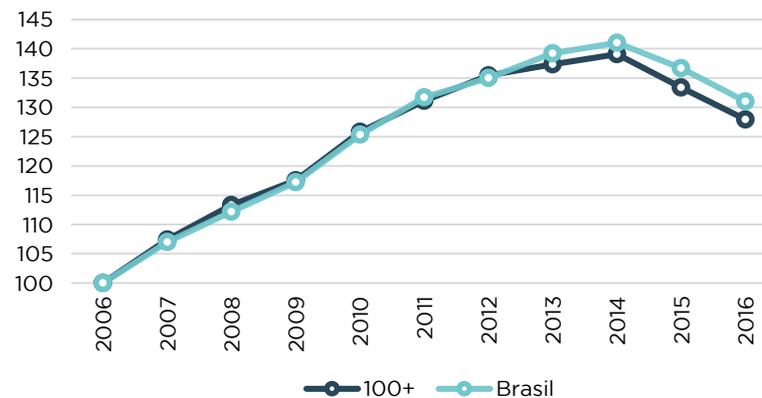
REMUNERAÇÃO MÉDIA

Por Grande Setor do IBGE - 2016



VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL

(Base 2006= 100)



Fonte: Macroplan com base nos dados do CAGED e RAIS. *Dados até Abril/2018.

Despesas de pessoal em elevação e pouco espaço para investimentos

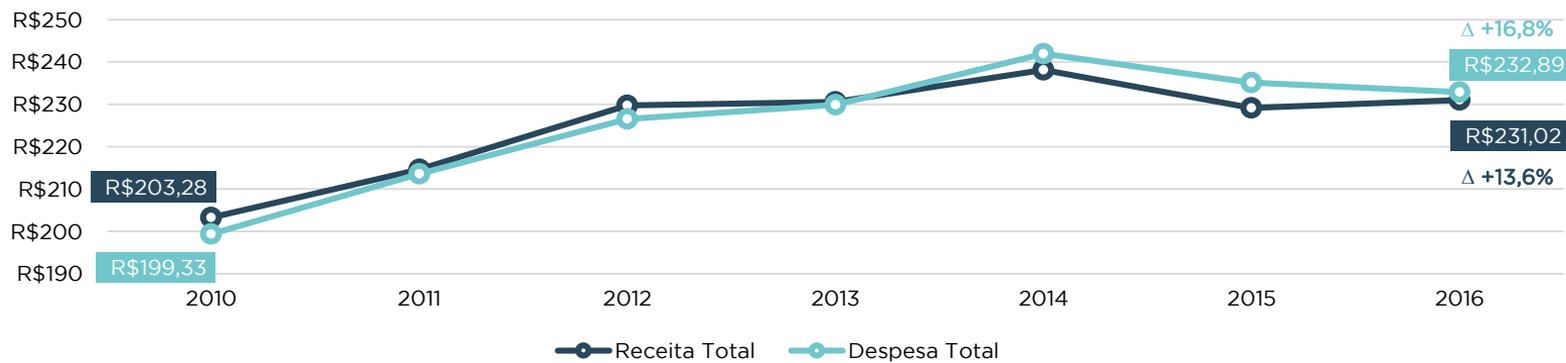
Apesar de ter tido queda em 2015 e ficado praticamente estável em 2016, a receita total dos 100+¹ atingiu R\$231,02 bilhões em 2016, 13,6% superior à de 2010, em termos reais. Esse crescimento foi puxado principalmente pela receita tributária (crescimento de 21,6% entre 2010 e 2016).

Contudo, o crescimento da despesa foi superior ao da receita. As despesas totais dos 100+ superaram as receitas pelo terceiro ano seguido em 2016 totalizando R\$232,9 bilhões - crescimento real de 16,8% entre 2010 e 2016. O crescimento da despesa foi puxado pelos gastos com pessoal e custeio, que consumiram parcela significativa dos orçamentos municipais. A despesa com pessoal atingiu R\$84,1 bilhões (alta de 24,4%, no período) e, com Inativos e Pensionistas, R\$25,3 bilhões (+56,5%). Já investimentos e inversões financeiras registraram queda de 16,4% no período.

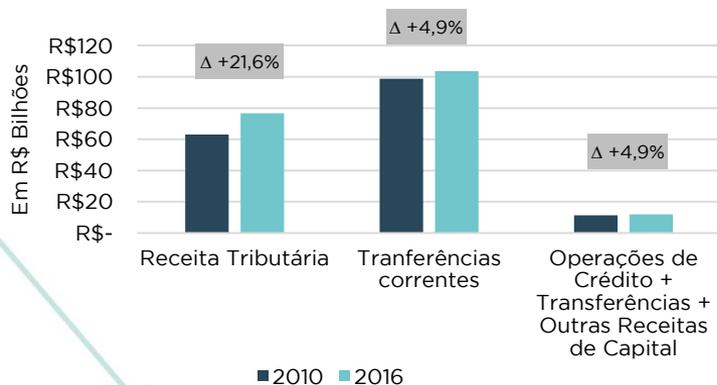


RECEITAS X DESPESAS – 100+

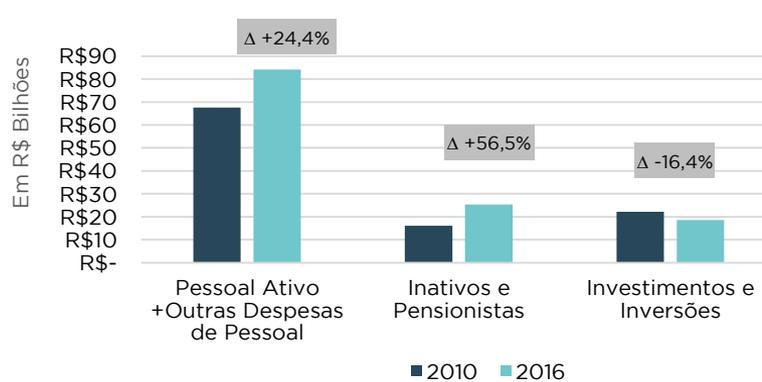
Em Bilhões de R\$ de 2016 - IPCA



PRINCIPAIS RECEITAS – 100+



PRINCIPAIS DESPESAS – 100+



Fonte: Macroplan a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional/ Ministério da Fazenda - STN e do portal Meu Município/ Fundação Brava. Nota: Valores em R\$ de 2016 - IPCA; ¹Dados disponíveis para 97 dos 100 municípios

A situação fiscal difere muito entre os 100+

GERAÇÃO DE RECEITA PRÓPRIA

Apenas 9 municípios dos 100* geram mais receitas de origem tributária e de contribuição econômica do que recebem de transferência intergovernamental.

Maior: São Paulo – SP (R\$ 1,86 para cada real de transferência)

Menor: Boa Vista – RR (R\$ 0,10)

CAPACIDADE DE POUPAR

Em 23% dos municípios* a parcela disponível da receita corrente após a cobertura das despesas de pessoal e custeio e da amortização e juros da dívida é zero ou negativa.

Maior: Vitória – ES (33,7%)

Menor: Campos dos Goytacazes – RJ (-75,1%)

ENDIVIDAMENTO BRUTO

Varia muito entre os 100:

- <20%: 43 municípios
- Entre 20% e 40%: 34 municípios
- Acima de 40%: 20 municípios

Menor: Jaboatão dos Guararapes – PE (0,02%)

Maior: São Paulo – SP (110,8%)

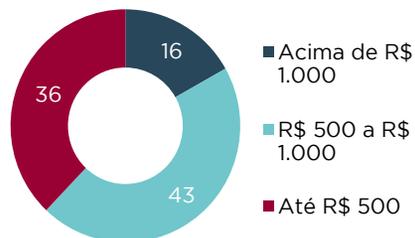
VINCULAÇÃO DA RECEITA

Em 86% dos municípios pelo menos metade da receita corrente é definida por leis e/ou convênios.

Menor: Niterói – RJ (41%)

Maior: Santarém – PA (73%)

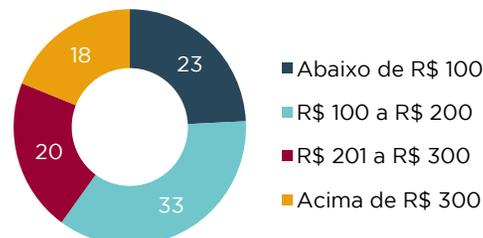
RECEITA TRIBUTÁRIA PER CAPITA



Maior: Santos – SP (R\$ 2.305,76)

Menor: Macapá – AP (R\$ 95,29)

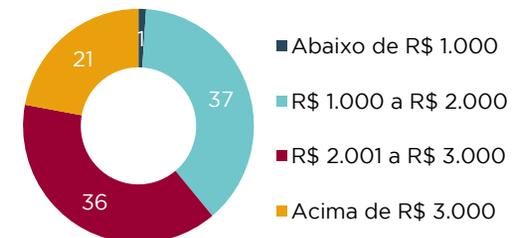
INVESTIMENTO PER CAPITA



Maior: Niterói – RJ (R\$ 778,45)

Menor: Belford Roxo – RJ (R\$ 7,64)

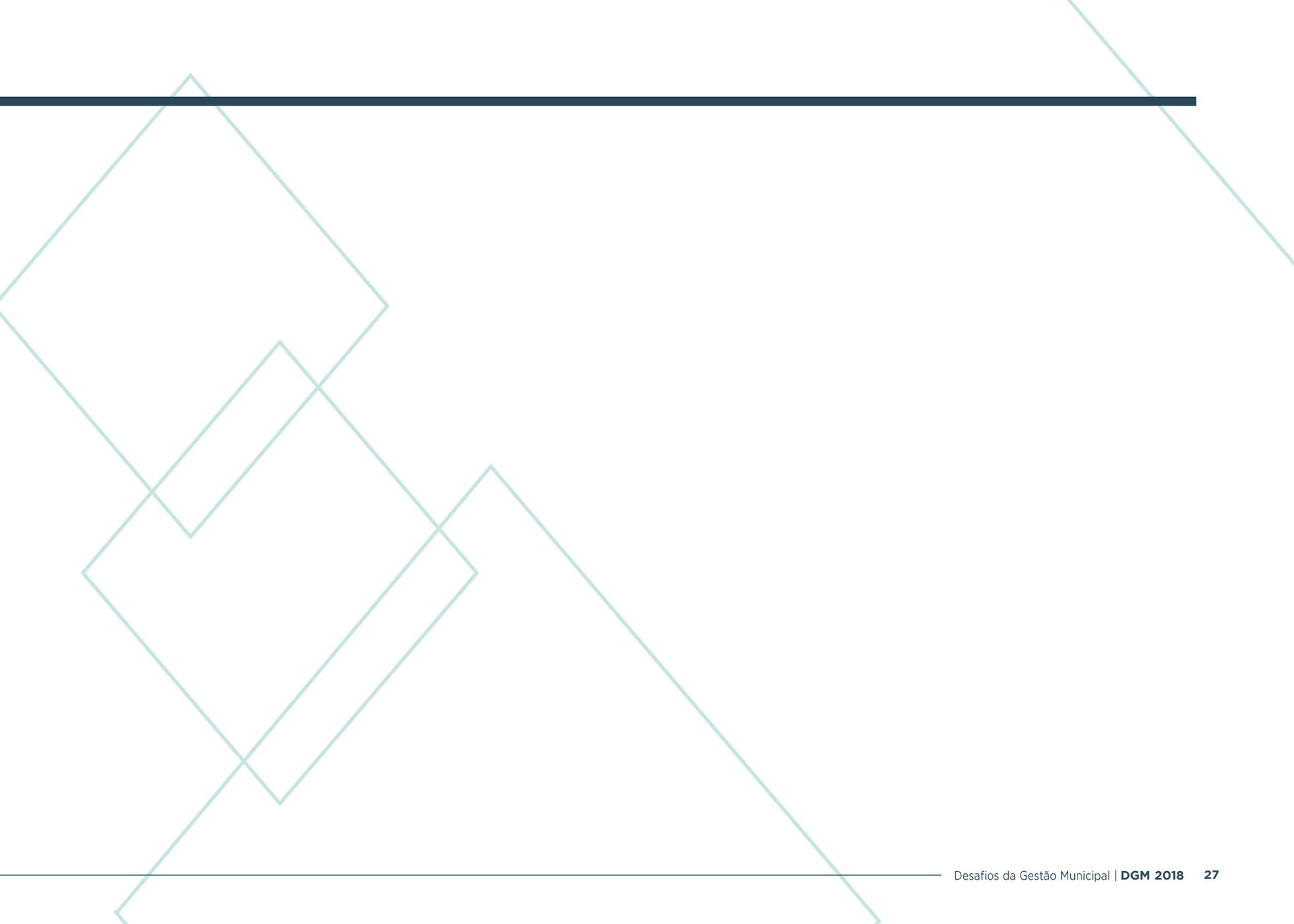
DESPESA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O CIDADÃO



Maior: Campos dos Goytacazes – RJ (R\$ 5.378,12)

Menor: Ribeirão das Neves – MG (R\$ 1.086,46)

Fonte: Macroplan a partir dos dados do portal Meu Município. Dados de 2016. *Não há informações para 6 municípios da amostra: Carapicuíba, Ananindeua, Florianópolis, Fortaleza, São Gonçalo e São João de Meriti.





Investir em educação de qualidade é fundamental para a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento. A educação no Brasil é caracterizada pela distribuição de competências entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais, com algum nível de sobreposição de funções. Cabe aos municípios a oferta de educação infantil e o ensino fundamental.



Educação



Nos 100+, 950 mil crianças de 0 a 3 anos estão fora da creche e 300 mil de 4 a 5 anos fora da pré-escola

Os cuidados na primeira infância são fundamentais para o desenvolvimento integral do ser humano. Segundo a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade deveria ter sido universalizada em 2016. Apesar dos avanços na última década, em apenas 18 municípios dos 100, as matrículas na pré-escola representam 98% ou mais da população de 4 e 5 anos. Essa relação ainda é inferior à 80% em 31 municípios do grupo dos 100, em 2017.

No caso das creches, o PNE estabelece como meta atender metade das crianças com até 3 anos até 2024. Neste quesito, a evolução das 100+ na última década foi positiva e o acesso à creche nas cidades aumentou no período, com seis municípios já atingindo a meta do PNE em 2017. Mas o desafio para 2024 ainda continua grande e precisará de muito esforço e recursos para ser alcançado neste tempo, já que mais da metade das cidades ainda encontra-se abaixo dos 30% de acesso.

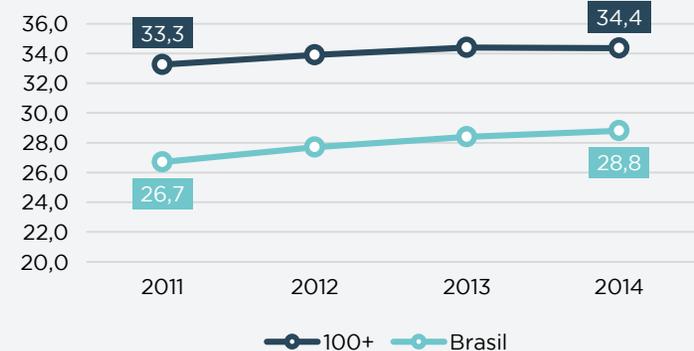


250 mil novas matrículas na rede integral nos municípios dos 100+

Entre 2011 e 2014, as matrículas em tempo integral na educação infantil nos municípios dos 100+ cresceram 18,7%, atingindo 34,4% do total de matrículas.

No grupo, a maior proporção de alunos do ensino infantil matriculados no integral fica em Canoas (RS), com 78,5%. No outro extremo, Serra (ES) possui a menor proporção com 0,5%.

PROPORÇÃO DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL
Educação Infantil - Todas as redes



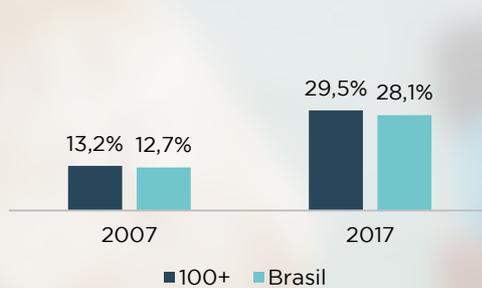


Pelo comportamento da última década, as metas do PNE para a creche e para a pré-escola em todos os municípios dos 100+ só serão alcançadas em 2058.

% DE CRIANÇAS DE 0-3 ANOS MATRICULADAS NA CRECHE

Rede Total

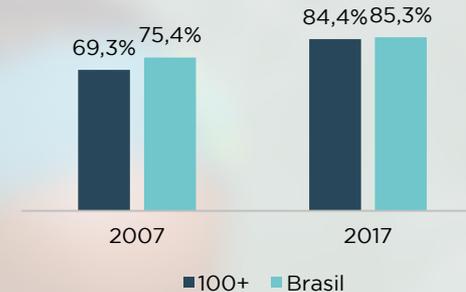
PNE - 50%



% DE CRIANÇAS DE 4-5 ANOS MATRICULADAS NA PRÉ-ESCOLA

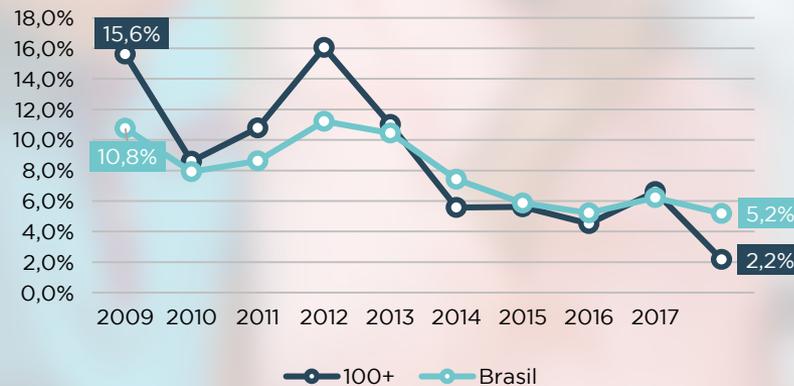
Rede Total

PNE - 100%



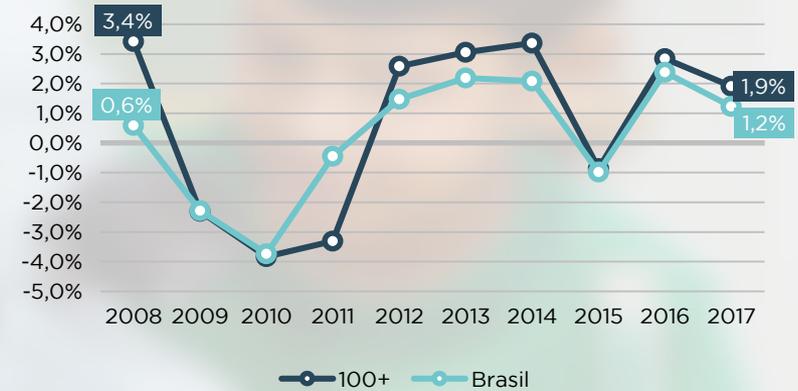
VARIAÇÃO ANUAL DO Nº DE MATRÍCULAS NA CRECHE - 100+

Rede Total



VARIAÇÃO ANUAL DO Nº DE MATRÍCULAS NA PRÉ-ESCOLA - 100+

Rede Total



Fonte: Macroplan com base nos dados do CENSO Escolar.

A infraestrutura das escolas ainda apresenta lacunas

Diversos fatores podem influenciar o desempenho escolar de um aluno, desde características socioeconômicas e familiares, a formação dos professores e a infraestrutura da escola. O grupo dos 100+ oferece, em média, uma estrutura superior à média do País. Em 2016, 15,2% ou 2.540 escolas ofereciam energia elétrica, esgoto tratado, banda larga, biblioteca, quadra esportiva e laboratório de ciências. Porém, 14.218 escolas ainda não possuíam todos esses itens.

O componente que mais avançou entre 2009 e 2016 foi a banda larga: 2.061 escolas passaram a oferecer esse serviço no período, um avanço de 14,5 pontos percentuais, alcançando 79% do total.

Os dados mostram que o desafio entre os 100+ é superior à média brasileira em termos de complexidade da gestão escolar: 36,9% das escolas dos 100+ estão classificadas nas três faixas superiores do índice, (que indicam um maior grau de complexidade), no país são 26,2% nestas faixas.



69,5% dos professores do Ensino Fundamental dos 100+ possuem formação na área em que atuam

A meta do PNE determina que todos os professores e professoras da Educação Básica devem possuir formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam até 2024. Entre os 100+, Campo Grande (MS) possui o maior percentual de professores com formação adequada (88,8%) e Santarém (PA), a menor (37,3%).

PERCENTUAL DE DOCENTES POR GRUPO DE FORMAÇÃO ADEQUADA

Rede Pública - 2016



Grupo 1: Formação superior de licenciatura na mesma área da disciplina que leciona; **Grupo 2:** Formação superior de bacharelado na mesma área da disciplina que leciona; **Grupo 3:** Formação superior de licenciatura em área diferente daquela que leciona; **Grupo 4:** Docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores; **Grupo 5:** Docentes sem formação superior.



INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS PÚBLICAS – PROPORÇÃO DE ESCOLAS COM TODOS OS ITENS¹

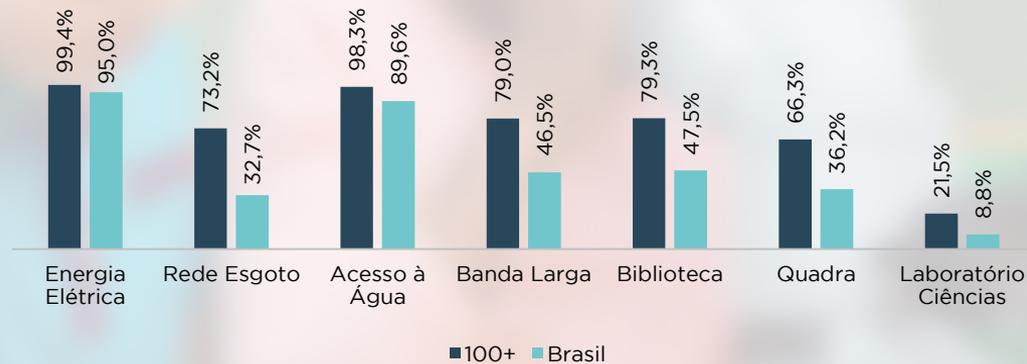
Ensino Fundamental



Na velocidade dos últimos anos, todas as escolas da rede pública do grupo dos 100+ terão acesso à banda larga até 2023.

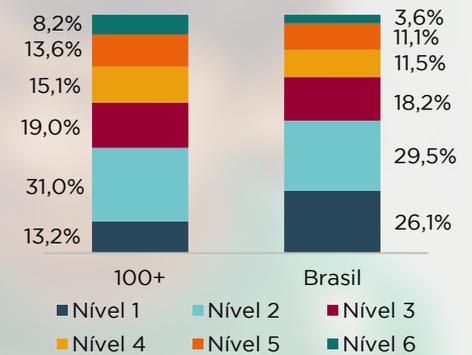
PERCENTUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS POR TIPO DE INFRAESTRUTURA

Ensino Fundamental - 2016



COMPLEXIDADE DE GESTÃO DA ESCOLA²

2016



Fonte: Macroplan a partir dos dados do CENSO Escolar; ¹ Considerando o percentual de escolas do Ensino Fundamental com acesso à água, esgoto sanitário, energia elétrica, banda larga, biblioteca ou sala de leitura, quadra e laboratório de ciências; ² O indicador classifica as escolas em níveis de 1 a 6 de acordo com sua complexidade de gestão, níveis elevados indicam maior complexidade. Com base nos dados disponíveis do Censo da Educação Básica, considerou-se que complexidade de gestão está relacionada às seguintes características: porte da escola, número de turnos de funcionamento, quantidade e complexidade de modalidades/etapas oferecidas.

O desafio da alfabetização: quase metade das crianças têm nível insuficiente de leitura no 3º ano

Parte importante do desafio da educação está na alfabetização. Conforme os dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), nos 100+, 47% dos alunos têm nível insuficiente em leitura, 48% em matemática e 25% em escrita no 3º ano do EF. Apesar de mais baixos que os nacionais, são índices muito elevados para uma educação de qualidade.

As dificuldades de aprendizagem são refletidas nos indicadores de defasagem idade-série. No ensino fundamental I, 491,8 mil alunos ou 12,9% do total de matrículas da rede pública do Ensino Fundamental I nos 100+ estão 2 anos ou mais atrasados em relação a série adequada para a idade. Essa taxa é inferior à média brasileira de 14,2%, porém, entre 2010 e 2016, houve queda 6,5 pontos percentuais da taxa brasileira enquanto nos 100+ foi de somente 2,6 p.p.

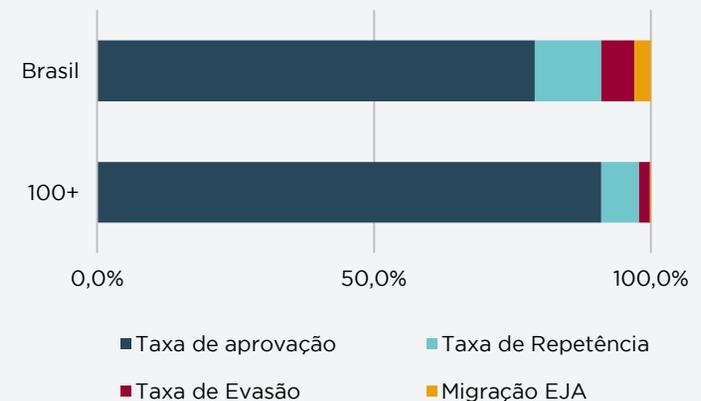
Acompanhando o processo de transição demográfica, houve queda do número total de matrículas do Ensino Fundamental I. Nota-se, no entanto, um aumento do percentual de matrículas na rede privada e, em contrapartida, uma queda da participação da rede estadual nesse nível de ensino, tanto nos 100+ quanto no Brasil.



Mais de 70 mil alunos abandonaram a escola¹ em 2015 nos 100+

A taxa de evasão na rede pública do EF I nos 100+ permaneceu praticamente constante em 2,0%, entre 2010 e 2015, inferior à média brasileira. A taxa de aprovação alcançou 91,0%, 2,6 p.p superior a 2010. Em contrapartida, as taxas de reprovação e migração para o EJA caíram 2,4 p.p e 0,2 p.p, respectivamente.

TAXAS DE TRANSIÇÃO
Rede Pública - EF I

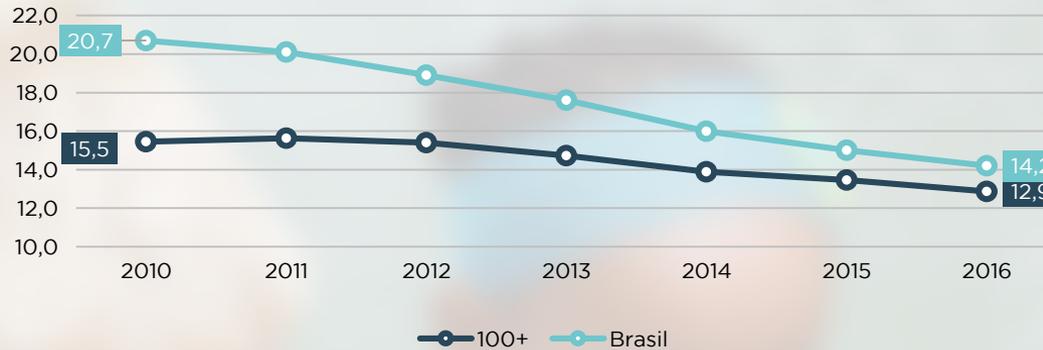


¹Considerando a Rede Pública do Ensino Fundamental I



PROPORÇÃO DE ALUNOS COM 2 ANOS OU MAIS DE ATRASO NO EFI

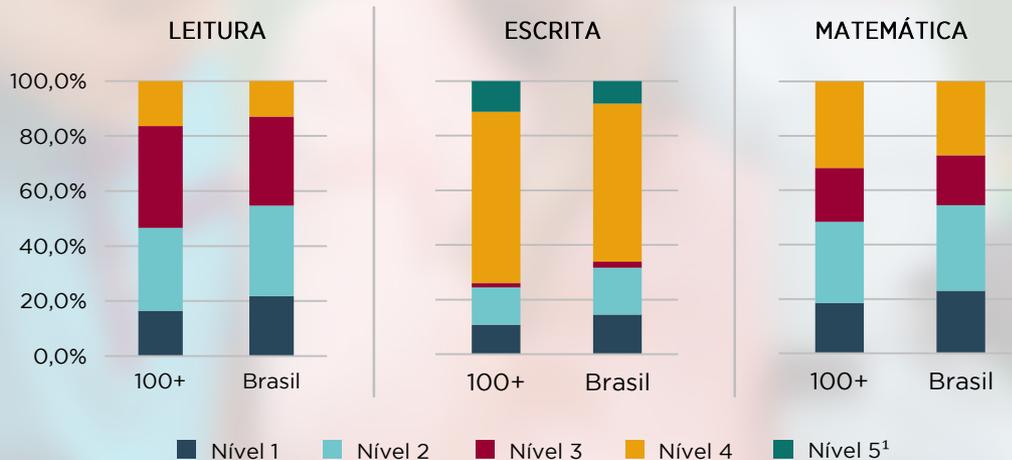
Rede Pública



Mantendo a tendência dos últimos anos, os 100+ levarão 70 anos para zerar a taxa de distorção idade-série

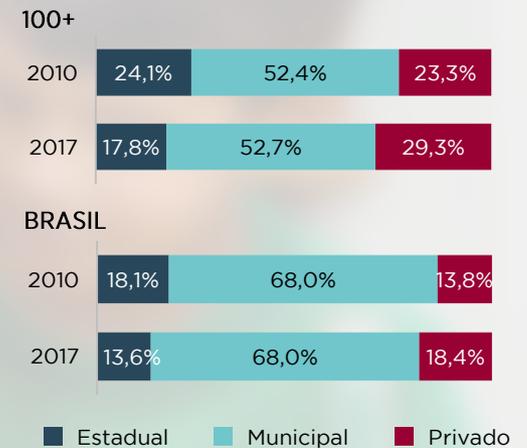
AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO¹ - PROPORÇÃO DE ALUNOS DO 3º ANO DO EF

Rede Pública - 2016



MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Por rede



Fonte: Macroplan com base nos dados do CENSO Escolar.¹ A Avaliação Nacional da Alfabetização considera como insuficiente os níveis 1 e 2 de Leitura e Matemática; e os níveis 1, 2 e 3 para a escrita.

As cidades avançaram na qualidade do Ensino Fundamental I, apesar das disparidades regionais

A meta estipulada pelo MEC para 2021 é atingir a nota média de 6,0 pontos, correspondente à média do desempenho dos países da OECD no Exame do PISA de 2003. Em 2015, 66 municípios ainda não tinham atingido essa meta. Por outro lado, 71 municípios dos 100+ atingiram as suas próprias metas projetada em 2005 (quando o IDEB foi criado) para 2015.

Os resultados do último IDEB do Ensino Fundamental I nos 100+ evidenciam as diferenças no nível educacional entre os municípios: Franca (SP) e Maringá (PR) possuem as maiores notas do IDEB com um índice de 7,1. Do outro lado, Olinda (PE) e Feira de Santana (BA) também empatam nas menores notas com um índice de 4,0.



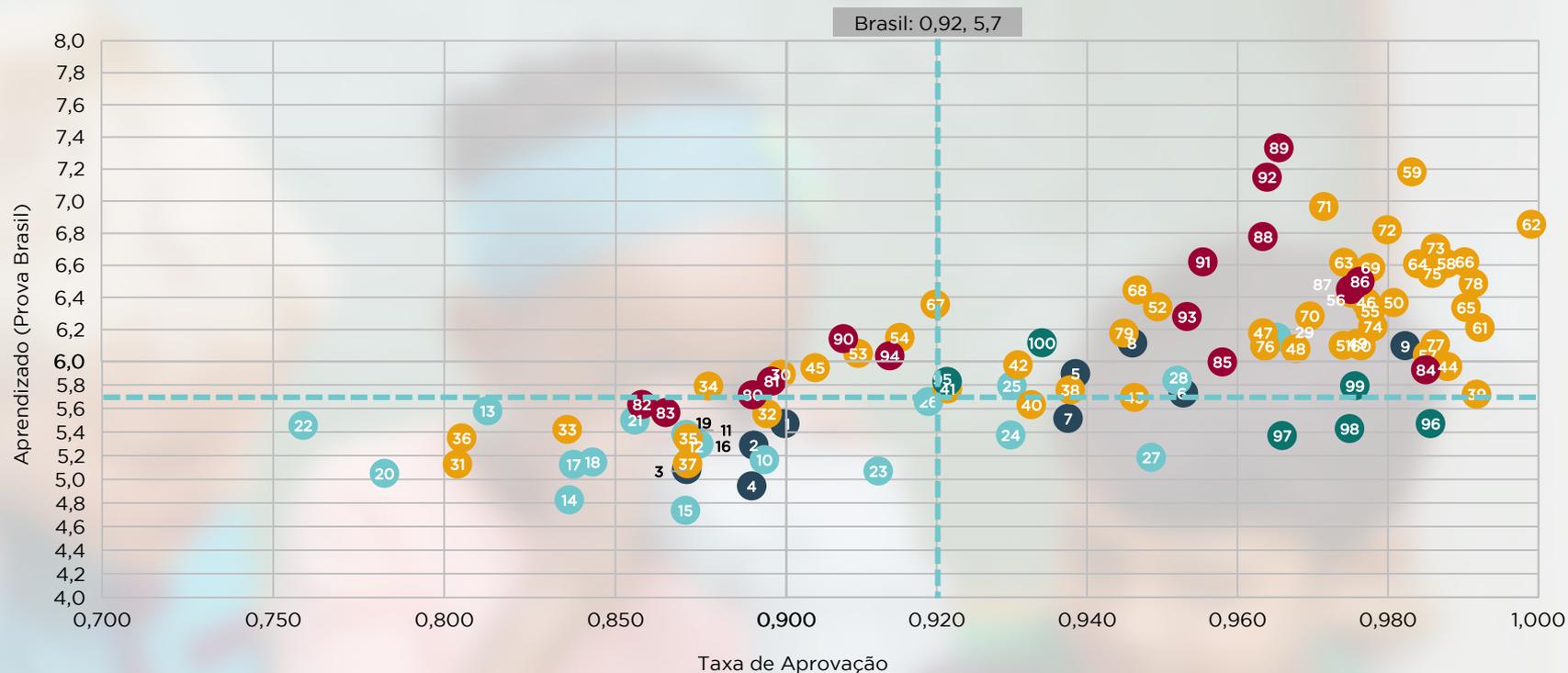
Os 100+ avançaram em aprendizado

A qualidade do ensino no grupo dos 100+, medida pela Prova Brasil, avançou, em média, 11% entre 2011 e 2015. No país esse avanço foi de 9%. A taxa de aprovação avançou 2 pontos percentuais nos 100+ e na média brasileira, entre 2011 e 2015.

IDEB - ENSINO FUNDAMENTAL I
Rede Pública



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO
Educação Fundamental I - Rede Pública (2015)



Norte - 1 Porto Velho; 2 Ananindeua; 3 Belém; 4 Macapá; 5 Manaus; 6 Boa Vista; 7 Santarém; 8 Rio Branco; 9 Palmas; **Nordeste** - 10 Natal; 11 Campina Grande; 12 João Pessoa; 13 Caruaru; 14 Olinda; 15 Paulista; 16 Recife; 17 Maceió; 18 Aracaju; 19 Camaçari; 20 Feira de Santana; 21 Salvador; 22 Vitória da Conquista; 23 São Luís; 24 Caucaia; 25 Fortaleza; 26 Mossoró; 27 Jaboatão dos Guararapes; 28 Petrolina; 29 Teresina; **Sudeste** - 30 Vila Velha; 31 Belford Roxo; 32 Campos dos Goytacazes; 33 Duque de Caxias; 34 Niterói; 35 Nova Iguaçu; 36 São Gonçalo; 37 São João de Meriti; 38 Juiz de Fora; 39 Ribeirão das Neves; 40 Cariacica; 41 Serra; 42 Vitória; 43 Itaquaquecetuba; 44 Osasco; 45 São Vicente; 46 Belo Horizonte; 47 Betim; 48 Contagem; 49 Governador Valadares; 50 Montes Claros; 51 Uberaba; 52 Uberlândia; 53 Petrópolis; 54 Rio de Janeiro; 55 Bauru; 56 Campinas; 57 Carapicuíba; 58 Diadema; 59 Franca; 60 Guarujá; 61 Guarulhos; 62 Jundiaí; 63 Limeira; 64 Mauá; 65 Mogi das Cruzes; 66 Piracicaba; 67 Praia Grande; 68 Ribeirão Preto; 69 Santo André; 70 Santos; 71 São Bernardo do Campo; 72 São José do Rio Preto; 73 São José dos Campos; 74 São Paulo; 75 Sorocaba; 76 Sumaré; 77 Suzano; 78 Taboão da Serra; 79 Taubaté; **Sul** - 80 Canoas; 81 Gravataí; 82 Pelotas; 83 Porto Alegre; 84 Ponta Grossa; 85 Florianópolis; 86 Cascavel; 87 Curitiba; 88 Londrina; 89 Maringá; 90 São José dos Pinhais; 91 Blumenau; 92 Joinville; 93 Caxias do Sul; 94 Santa Maria; **Centro-Oeste** - 95 Campo Grande; 96 Cuiabá; 97 Várzea Grande; 98 Aparecida de Goiânia; 99 Goiânia; 100 Anápolis;

— Média brasileira.

Fonte: Macroplan com base nos dados do INEP.

A cada 100 alunos da rede pública do EF II, 27 estão na série errada nos 100+

A taxa de Distorção Idade-Série no grupo dos 100+ no EF II é mais que o dobro do EF I, 12,9% contra 26,8%. No grupo, Franca (SP) tem a menor distorção (5,2%) e Campos dos Goytacazes (RJ) tem a maior com 56,2% de estudantes com pelo menos dois anos de atraso escolar.

A taxa de aprovação entre os 100+ avançou 2,8 pontos percentuais entre 2010 e 2015. A principal contrapartida foi a queda na taxa de repetência (-2,5 p.p). As taxas de evasão e de migração para o EJA¹ tiveram apenas ligeiras reduções na década, sendo que no último ano, a taxa de evasão avançou 0,6 p.p.

Em São Gonçalo (RJ) a taxa de evasão é de 10,6%, sua taxa de distorção é de 52,8% e o resultado no último IDEB foi de 3,2, 3º menor entre os 100+. No outro extremo, Franca (SP) registrou uma taxa de evasão de 3,1%, um taxa de distorção de 5,2% e o 5º melhor resultado no IDEB do grupo com um índice de 4,9.

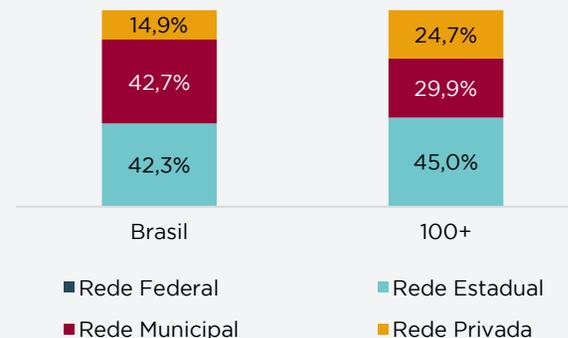


Mais de 1 milhão a menos de matrículas no EF II nos 100+

Entre 2010 e 2017, o número de matrículas no EFII da rede pública nos 100+ caiu 24% ou 1.008.547. Essa queda foi puxada, principalmente, pela rede estadual (queda de 29,9% no período) e municipal (-13,1%). Entre os municípios dos 100+, todos tiveram queda no número de matrículas na rede pública no período, sendo Maceió (AL) a capital com a maior queda, com -39,6% e Palmas (TO), a menor queda (-5,8%).

Ressalta-se que, entre 2010 e 2016, a população de 5 a 14 anos teve queda de 3,5% nos 100+ e 6,8% no Brasil.

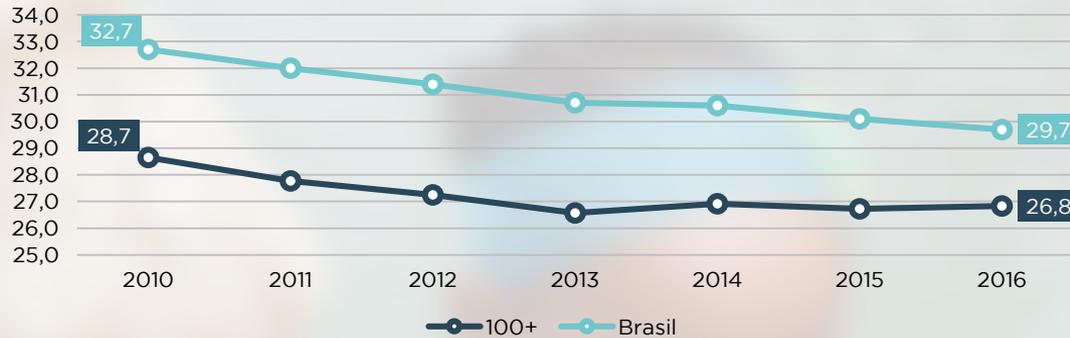
COMPOSIÇÃO DAS MATRÍCULAS POR REDE 2017





TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE - EFII

Rede Pública - 100+



Na velocidade dos últimos anos, os 100+ levarão mais de 100 anos para zerar a taxa de distorção idade-série do EF II.

TAXAS DE TRANSIÇÃO - EF II

Rede Pública - 100+

100+ Brasil

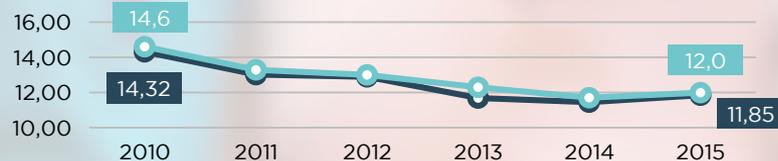
TAXA DE APROVAÇÃO



TAXA DE EVASÃO



TAXA DE REPETÊNCIA



MIGRAÇÃO PARA O EJA



No EF II, as distâncias para o padrão da OCDE são ainda maiores

Para o Ensino Fundamental II o MEC define que o Brasil deve chegar à meta de 6,0 pontos no IDEB até 2025. Atualmente, nenhum município alcançou essa meta. Porém, 77 municípios alcançaram a meta intermediária projetada para o país no ano de 2015 (4,7 pontos). A maioria dos municípios está de acordo com a meta intermediária.

Nota-se que em alguns municípios do Sudeste a taxa de aprovação já ultrapassou 95%, colocando como desafio maior para o aumento do IDEB a melhoria da aprendizagem.

Alguns municípios se destacam entre os 100+. Joinville (SC) e Blumenau (SC) com as maiores notas do IDEB, com um índice de 6 e 5,9 respectivamente. Belford Roxo (RJ) e Duque de Caxias (RJ) empatam nas menores notas com um índice de 4,3. No primeiro IDEB, em 2005, Joinville apresentou nota 5,0 e Blumenau, 4,5. Belford Roxo e Duque de Caxias partiram de uma nota inferior: 4,2.



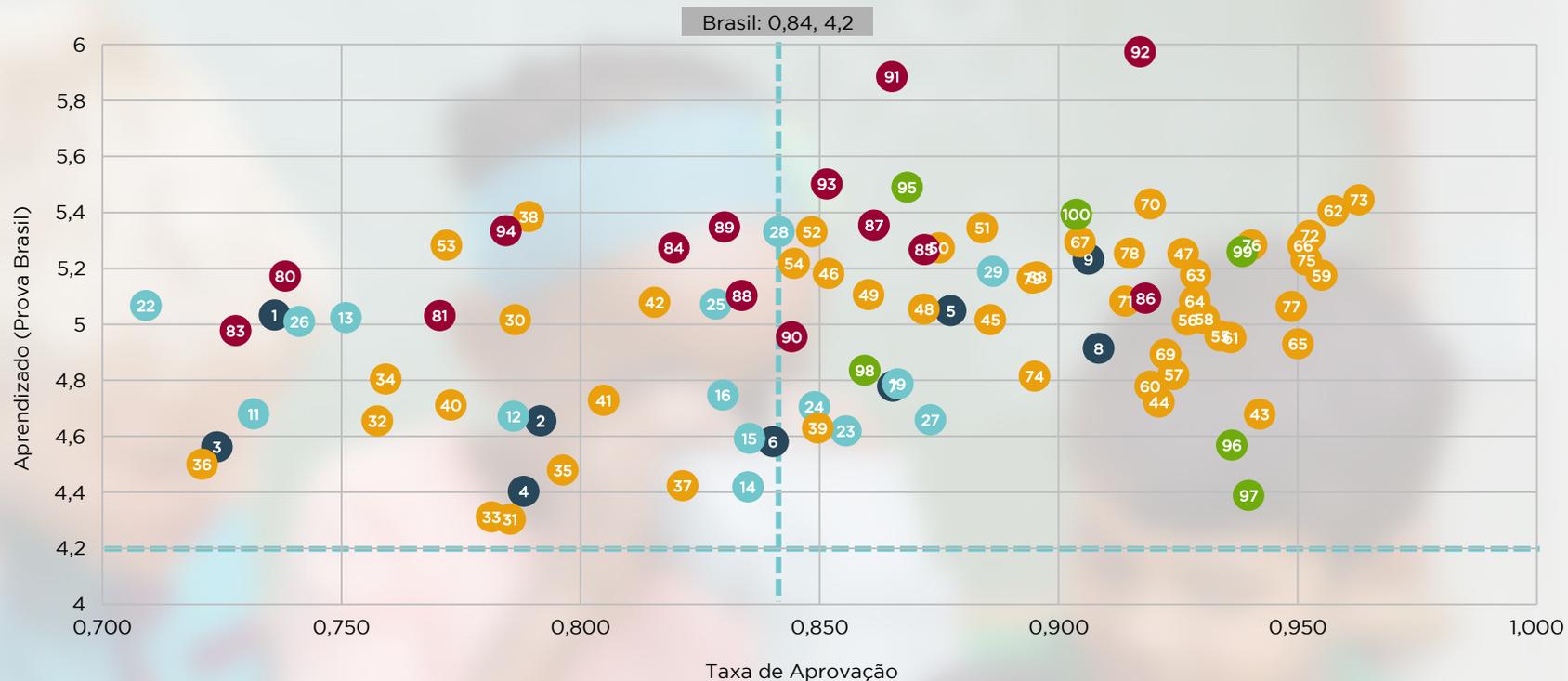
Os 100+ avançaram na nota da Prova Brasil

A nota do IDEB dos 100+ avançou, em média, 13% entre 2011 e 2015. No Brasil, como um todo, houve um avanço inferior de 8%. Já em relação à aprovação, houve um aumento de 3 pontos percentuais na média dos 100+ e 2 p.p. da brasileira, entre 2011 e 2015. Destaca-se, porém, que a taxa de aprovação entre os 100+ teve queda entre 2013 e 2015.

IDEB - ENSINO FUNDAMENTAL II
Rede Pública



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO
Educação Fundamental I - Rede Pública (2015)



Norte - 1 Porto Velho; 2 Ananindeua; 3 Belém; 4 Macapá; 5 Manaus; 6 Boa Vista; 7 Santarém; 8 Rio Branco; 9 Palmas; **Nordeste** - 10 Natal; 11 Campina Grande; 12 João Pessoa; 13 Caruaru; 14 Olinda; 15 Paulista; 16 Recife; 17 Maceió; 18 Aracaju; 19 Camaçari; 20 Feira de Santana; 21 Salvador; 22 Vitória da Conquista; 23 São Luís; 24 Caucaia; 25 Fortaleza; 26 Mossoró; 27 Jaboatão dos Guararapes; 28 Petrolina; 29 Teresina; **Sudeste** - 30 Vila Velha; 31 Belford Roxo; 32 Campos dos Goytacazes; 33 Duque de Caxias; 34 Niterói; 35 Nova Iguaçu; 36 São Gonçalo; 37 São João de Meriti; 38 Juiz de Fora; 39 Ribeirão das Neves; 40 Cariacica; 41 Serra; 42 Vitória; 43 Itaquaquecetuba; 44 Osasco; 45 São Vicente; 46 Belo Horizonte; 47 Betim; 48 Contagem; 49 Governador Valadares; 50 Montes Claros; 51 Uberaba; 52 Uberlândia; 53 Petrópolis; 54 Rio de Janeiro; 55 Bauru; 56 Campinas; 57 Carapicuíba; 58 Diadema; 59 Franca; 60 Guarujá; 61 Guarulhos; 62 Jundiá; 63 Limeira; 64 Mauá; 65 Mogi das Cruzes; 66 Piracicaba; 67 Praia Grande; 68 Ribeirão Preto; 69 Santo André; 70 Santos; 71 São Bernardo do Campo; 72 São José do Rio Preto; 73 São José dos Campos; 74 São Paulo; 75 Sorocaba; 76 Sumaré; 77 Suzano; 78 Taboão da Serra; 79 Taubaté; **Sul** - 80 Canoas; 81 Gravataí; 82 Pelotas; 83 Porto Alegre; 84 Ponta Grossa; 85 Florianópolis; 86 Cascavel; 87 Curitiba; 88 Londrina; 89 Maringá; 90 São José dos Pinhais; 91 Blumenau; 92 Joinville; 93 Caxias do Sul; 94 Santa Maria; **Centro-Oeste** - 95 Campo Grande; 96 Cuiabá; 97 Várzea Grande; 98 Aparecida de Goiânia; 99 Goiânia; 100 Anápolis;

— Média Brasileira

Fonte: Macroplan com base nos dados do INEP.

Em média, os 100+ gastam mais de R\$ 8 mil por aluno para entregar 5,6 no IDEB do Ensino Fundamental I (Rede Pública)

É necessário obter ganhos contínuos de produtividade do gasto público na educação. Em média, os 100+ gastaram R\$ 8.317 por aluno do Ensino Fundamental em 2015 e entregaram um resultado de 5,6 nos primeiros anos do Ensino Fundamental (Rede Pública). Isso significa que para cada ponto alcançado no IDEB o grupo gastou R\$ 1.483.

Porém, os resultados demonstram que um gasto elevado não significa, necessariamente, melhora da nota no IDEB. Porto Alegre (RS), por exemplo, possui o maior gasto por aluno do grupo (R\$ 16.681) e entrega o 77º maior IDEB entre as 100 maiores (4,8). Para cada ponto do IDEB o município teve um gasto médio de R\$ 3.475, três vezes a média do grupo.

Na outra ponta, Joinville (SC) gastou R\$ 4.798 por aluno e atingiu 6,9 no IDEB, equivalente a um gasto de R\$ 695 por ponto – duas vezes menor do que a média dos 100+ e cinco vezes menor que Porto Alegre.

O tamanho da rede é um dos fatores que pode influenciar na produtividade do gasto em educação. Porém, cidades dos 100+ de tamanhos muito próximos, no mesmo Estado,

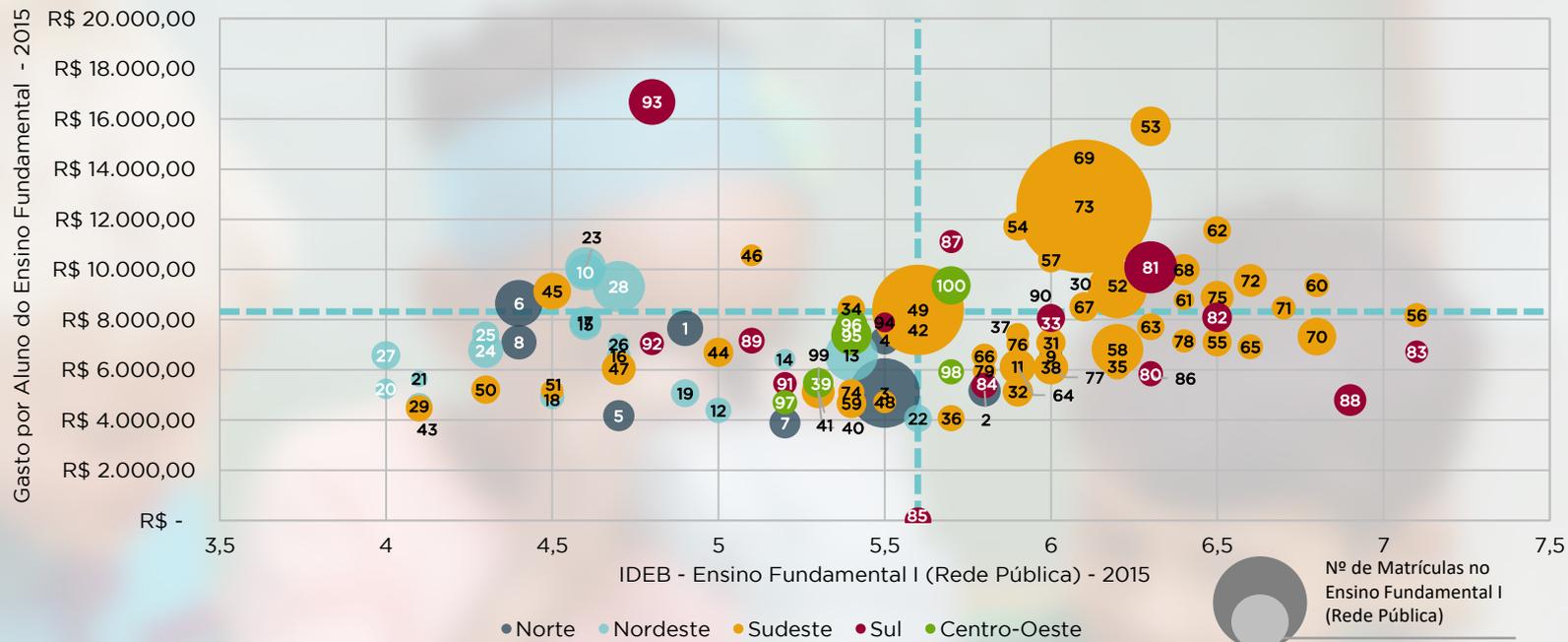
entregam resultados diferentes com grandes variações de gasto unitário. Como é o caso de Santos e Sumaré, cidades de São Paulo. O município da baixada santista gasta em média R\$ 14.460 e entrega um IDEB de 6,1 – gasto de R\$ 2.370 por ponto. Já Sumaré gasta praticamente a metade, R\$ 7.018 por aluno, e entrega 5,9 no IDEB – R\$ 1.189 por ponto. A diferença entre o número de matrículas na rede pública do Ensino Fundamental I entre as duas cidades é de pouco mais de 3.000 matrículas.

Em 2009, Blumenau e Florianópolis (SC) tinham a mesma nota no IDEB, 5,2. Sendo que o gasto de Florianópolis era de R\$ 7.871 e de Blumenau, R\$4.229 por aluno. Em 2015, Florianópolis passou a gastar R\$11.114, alta de 41%, e aumentou o IDEB de 5,2 para 6,1. Enquanto Blumenau aumentou o gasto em 39%, atingindo R\$ 5.889, e seu IDEB saltou de 5,2 para 6,5 no período.

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Sistemas de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). ¹Entre os municípios dos 100+, apenas São José dos Pinhais (PR) não declarou gastos.

PRODUTIVIDADE DO GASTO EM EDUCAÇÃO

IDEB EF I (Rede Pública) x Gasto por Aluno do Ensino Fundamental I



Norte: 1 - Porto Velho (RO); 2 - Rio Branco (AC); 3 - Manaus (AM); 4 - Boa Vista (RR); 5 - Ananindeua (PA); 6 - Belém (PA); 7 - Santarém (PA); 8 - Macapá (AP); 9 - Palmas (TO); **Nordeste:** 10 - São Luís (MA); 11 - Teresina (PI); 12 - Caucaia (CE); 13 - Fortaleza (CE); 14 - Mossoró (RN); 15 - Natal (RN); 16 - Campina Grande (PB); 17 - João Pessoa (PB); 18 - Caruaru (PE); 19 - Jaboatão dos Guararapes (PE); 20 - Olinda (PE); 21 - Paulista (PE); 22 - Petrolina (PE); 23 - Recife (PE); 24 - Maceió (AL); 25 - Aracaju (SE); 26 - Camaçari (BA); 27 - Feira de Santana (BA); 28 - Salvador (BA); 29 - Vitória da Conquista (BA); **Sudeste:** 30 - Belo Horizonte (MG); 31 - Betim (MG); 32 - Contagem (MG); 33 - Governador Valadares (MG); 34 - Juiz de Fora (MG); 35 - Montes Claros (MG); 36 - Ribeirão das Neves (MG); 37 - Uberaba (MG); 38 - Uberlândia (MG); 39 - Cariacica (ES); 40 - Serra (ES); 41 - Vila Velha (ES); 42 - Vitória (ES); 43 - Belford Roxo (RJ); 44 - Campos dos Goytacazes (RJ); 45 - Duque de Caxias (RJ); 46 - Niterói (RJ); 47 - Nova Iguaçu (RJ); 48 - Petrópolis (RJ); 49 - Rio de Janeiro (RJ); 50 - São Gonçalo (RJ); 51 - São João de Meriti (RJ); 52 - Bauru (SP); 53 - Campinas (SP); 54 - Carapicuíba (SP); 55 - Diadema (SP); 56 - Franca (SP); 57 - Guarujá (SP); 58 - Guarulhos (SP); 59 - Itaquaquecetuba (SP); 60 - Jundiaí (SP); 61 - Limeira (SP); 62 - Mauá (SP); 63 - Mogi das Cruzes (SP); 64 - Osasco (SP); 65 - Piracicaba (SP); 66 - Praia Grande (SP); 67 - Ribeirão Preto (SP); 68 - Santo André (SP); 69 - Santos (SP); 70 - São Bernardo do Campo (SP); 71 - São José do Rio Preto (SP); 72 - São José dos Campos (SP); 73 - São Paulo (SP); 74 - São Vicente (SP); 75 - Sorocaba (SP); 76 - Sumaré (SP); 77 - Suzano (SP); 78 - Taboão da Serra (SP); 79 - Taubaté (SP); **Sul:** 80 - Cascavel (PR); 81 - Curitiba (PR); 82 - Londrina (PR); 83 - Maringá (PR); 84 - Ponta Grossa (PR); 85 - São José dos Pinhais (PR); 86 - Blumenau (SC); 87 - Florianópolis (SC); 88 - Joinville (SC); 89 - Canoas (RS); 90 - Caxias do Sul (RS); 91 - Gravataí (RS); 92 - Pelotas (RS); 93 - Porto Alegre (RS); 94 - Santa Maria (RS); **Centro-Oeste:** 95 - Campo Grande (MS); 96 - Cuiabá (MT); 97 - Várzea Grande (MT); 98 - Anápolis (GO); 99 - Aparecida de Goiânia (GO); 100 - Goiânia (GO)



Sáude é um direito universal e dever do poder público. A saúde preventiva visa proporcionar uma melhor qualidade de vida ao cidadão e otimizar o uso dos recursos. A atenção básica é a “porta de entrada” dos usuários no sistema de saúde. Na divisão de competências federativas, é dever do município garantir as ações de atenção básica e prestar serviços em sua localidade em parceria com os governos estaduais e federal.

A photograph of two medical professionals, a man and a woman, both wearing white lab coats and stethoscopes. They are looking down and to the right, appearing to be in a clinical or hospital setting. The background is blurred, showing what looks like a window or a bright area. The image is overlaid with several teal-colored geometric lines forming a diamond shape. A dark teal rectangular box is positioned in the upper right quadrant, containing the word 'Saúde' in white text.

Saúde

Mortalidade infantil: o desafio de zerar as mortes evitáveis

As condições básicas de desenvolvimento e a atenção à saúde materna e infantil são refletidas no indicador de mortalidade infantil. No grupo dos 100 maiores municípios do país (100+), Joinville se destaca com a menor taxa de mortalidade infantil do grupo com 5,1 óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos – índice próximo a países desenvolvidos, como Nova Zelândia e EUA. Na outra ponta, Campos dos Goytacazes (RJ) teve 19,8 óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos, maior entre os 100+ e próximo à taxa do Egito¹.

A taxa de mortalidade infantil do grupo dos 100+ foi de 12,1 óbitos até um ano por 1.000 nascidos vivos, em 2016, inferior à média brasileira de 12,7. Essa taxa representa 13.573 óbitos, 37% do total do Brasil. Em 2016, houve aumento da mortalidade infantil do grupo dos 100+ de 2%, interrompendo a trajetória de queda da década. Esse aumento ocorreu pela queda de 3,9% dos óbitos infantis ter sido inferior à queda de 5,9% nos nascidos vivos. No Brasil, o aumento da taxa de mortalidade infantil foi maior, 2,4% entre 2015 e 2016. Assim como no grupo dos 100+, a queda no número de nascidos vivos de 5,3% foi maior que a queda dos óbitos infantis (-3,0%), fazendo com que a taxa se elevasse.

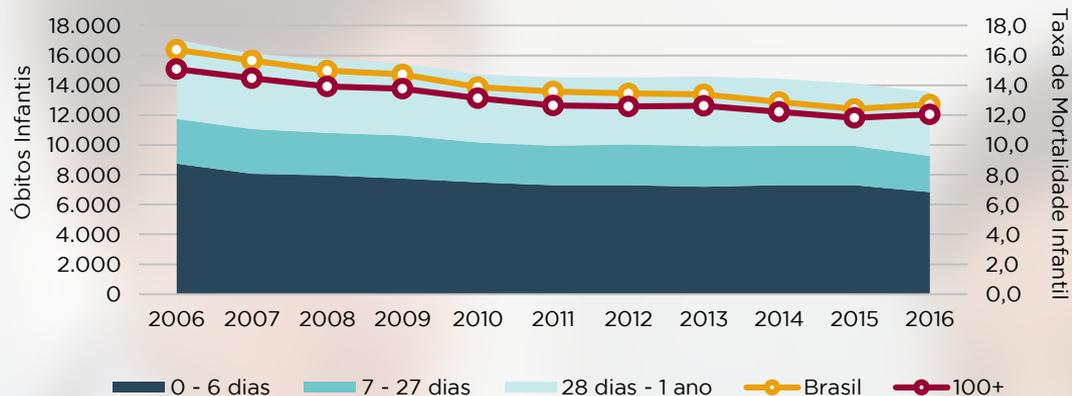
Metade dos óbitos infantis ocorre entre 0 a 6 dias de vida. A análise da composição do indicador em subgrupos de idade permite orientar a adoção de intervenções diferenciadas sobre a qualidade da atenção à saúde (mortalidade neonatal) ou sobre o ambiente (mortalidade pós-neonatal).* A mortalidade infantil pode ser dividida em 3 componentes: Neonatal Precoce (0 a 6 dias de vida), Neonatal Tardia (7 a 27 dias), e Pós Neonatal (de 28 a 364 dias). A maior parte dos óbitos infantis ocorrem na fase Neonatal Precoce (50,5% dos óbitos até um ano no grupo dos 100), seguida pela Pós Neonatal (31,7%) e Neonatal Tardia (17,8%). Esses percentuais foram praticamente constantes ao longo da última década e próximos à média brasileira.

Três quartos dos óbitos neonatais precoces são evitáveis.

Um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU é zerar o número de mortes evitáveis em recém-nascidos até 2030. No grupo dos 100+, 8.963 óbitos infantis (66% do total) poderiam ter sido evitados em 2016. A maioria dos óbitos evitáveis ocorreram na fase Neonatal Precoce (57%). Nessa fase, os óbitos poderiam ter sido evitados por uma maior atenção à mulher na gestação (58,1%), uma adequada atenção ao recém-nascido (23,3%) e uma adequada atenção à mulher no parto (18,4%).

Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS. ¹ Ministério da Saúde, 2006.

ÓBITOS INFANTIS POR FASE E TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



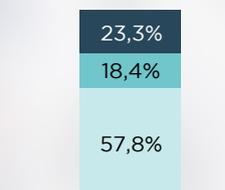
Mantendo a tendência da última década, o grupo dos 100+ levará mais de 100 anos para zerar as mortes infantis evitáveis.



66%

DOS ÓBITOS INFANTIS SÃO POR CAUSAS EVITÁVEIS

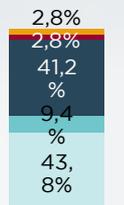
NEONATAL PRECOCE 75% evitáveis



Reduzíveis atenção à mulher na gestação

Reduzíveis por ações de diagnóstico e tratamento adequado

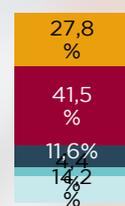
NEONATAL TARDIA 72% evitáveis



Reduzíveis por adequada atenção à mulher no parto

Reduzíveis por ações de diagnóstico e tratamento adequado

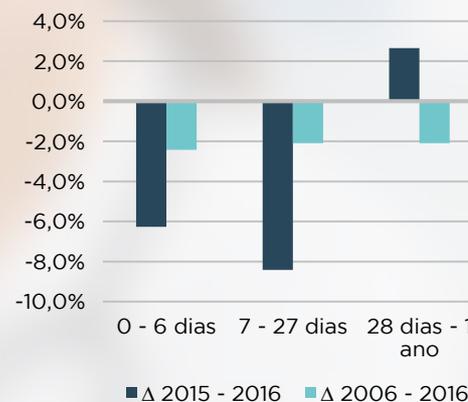
PÓS-NEONATAL 49% evitáveis



Reduzíveis adequada atenção ao recém-nascido

Reduzíveis por ações de promoção à saúde vinc. Aç. At

VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO NÚMERO DE ÓBITOS INFANTIS - 100+



Avanço na assistência pré-natal mais lento nos 100+

Um dos fatores que influenciam a mortalidade infantil é a assistência pré-natal. O grupo dos 100+ avançou na proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas pré-natal, atingindo o maior patamar da última década: em 2016, 69,3% dos nascidos vivos foram de mães que fizeram 7 ou mais consultas de pré-natal. Esse avanço, contudo, foi inferior à média brasileira.

Há grande heterogeneidade no grupo. Curitiba (PR), melhor cidade nesse indicador, teve mais que o dobro de cobertura do pré-natal de Macapá (AP): 90% e 40%, respectivamente. Destaca-se que a OMS, desde 2016, recomenda um mínimo de oito consultas durante a gestação para reduzir a mortalidade perinatal. (OMS, 2016).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável têm como meta para 2030 um máximo de 70 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos. Entre os 100+, 24 municípios ainda não superaram esse desafio. No total dos 100 maiores municípios foram registrados 594 óbitos maternos em 2016 – cerca de 36% dos óbitos ocorridos no país. Esse número é equivalente a uma taxa de 52,8 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos, inferior à taxa brasileira de 58,4.

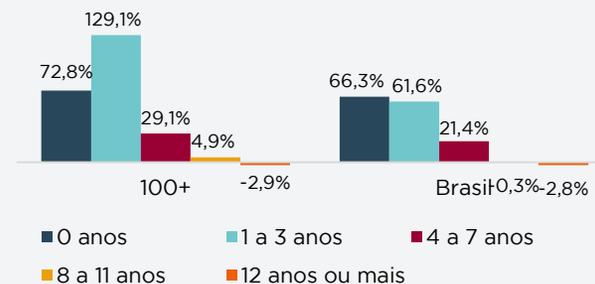
A cobertura das equipes de saúde da família é um indicador comumente usado para medir o atendimento dos municípios no tocante a sua principal obrigação no campo da saúde: os atendimentos de baixa complexidade. No grupo dos 100+, apenas 3 municípios possuem 100% de cobertura da Atenção Básica: Florianópolis (SC), Montes Claros (MG) e Vitória (ES). A média dos 100+ é de 59,0%, inferior à média brasileira (73%).



A taxa de mortalidade infantil e a falta de acesso ao pré-natal diminuem expressivamente com o aumento da escolaridade das mães.

A atenção pré-natal e a mortalidade infantil estão associados ao nível educacional das mães. No grupo dos 100+, entre as mães de 20 a 39 anos com escolaridade de 12 anos ou mais, a proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas pré-natal é de 84,6%, mais do dobro do grupo de mães que não completaram nem um ano de estudo (41,7%).

VARIAÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL SEGUNDO A ESCOLARIDADE DA MÃES (ANOS DE ESTUDO)
Considerando mães de 20 a 39 anos – 2006 e 2016





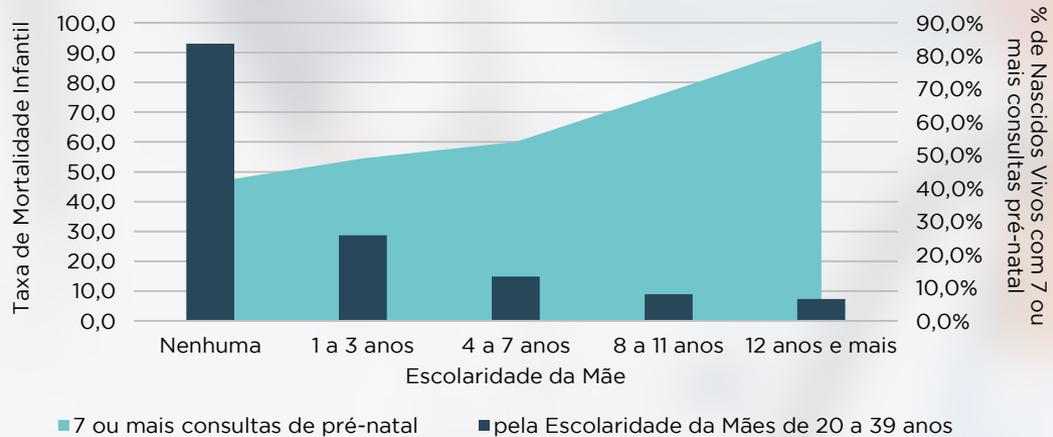
Dada a trajetória da última década, só em 2050 todas as mulheres receberão cuidados pré-natais (7 ou mais consultas)

PROPORÇÃO DE NASCIDOS VIVOS COM 7 OU MAIS CONSULTAS PRÉ-NATAL



TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL X % DE NASCIDOS VIVOS COM 7 OU MAIS CONSULTAS PRÉ-NATAL SEGUNDO A ESCOLARIDADE DA MÃES (ANOS DE ESTUDO)

Considerando mães de 20 a 39 anos - 2016



COBERTURA EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA



Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS.

O desafio de reverter a tendência de alta da mortalidade prematura por doenças crônicas

Com o envelhecimento da população, a prevenção e tratamento de doenças crônicas representam desafios crescentes para o sistema de saúde. Pelas estimativas do IBGE, 61% da população brasileira terá mais de 30 anos até 2030, 9 pontos percentuais acima da representatividade em 2016. Nos 100+, a população entre 30 e 69 anos cresce a uma taxa superior à população total na última década: 2,3% e 0,9% a.a, respectivamente.

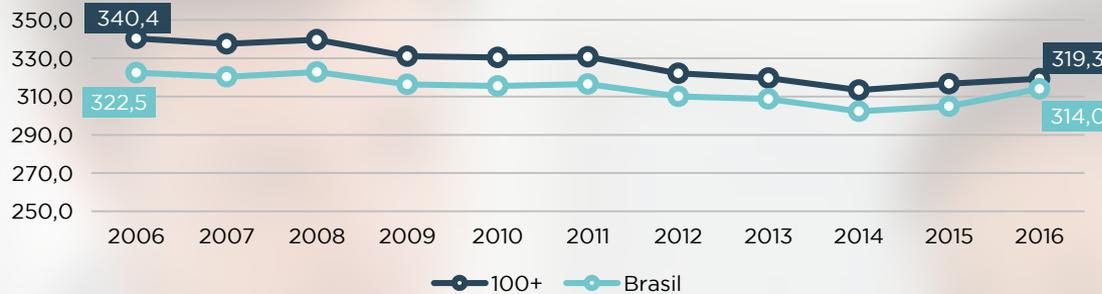
Uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionadas à saúde é, até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento. As Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) são divididas em 4 causas: diabetes, doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças respiratórias. Segundo dados do Ministério da Saúde, essas causas, que representam 59% do total de óbitos entre 30 e 39 anos no grupo dos 100+ (56% no Brasil), possuem quatro fatores de risco em comum: tabagismo, atividade física insuficiente, uso nocivo do álcool e alimentação não saudável.

No grupo dos 100+, as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) levaram, em 2016, a 127.039 óbitos na população entre 30 e 69 anos, considerada prematura, o que representa 319,3 óbitos por 100 mil habitantes nessa faixa etária.

A taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis registrou queda de 0,6% ao ano na última década. Contudo, com o envelhecimento populacional, o número total deste tipo de mortes está aumentando, com destaque para o crescimento das neoplasias na década. No último ano, houve crescimento do número de óbitos superior à variação anual registrada na década, sobretudo relacionados à doenças respiratórias e cardiovasculares.



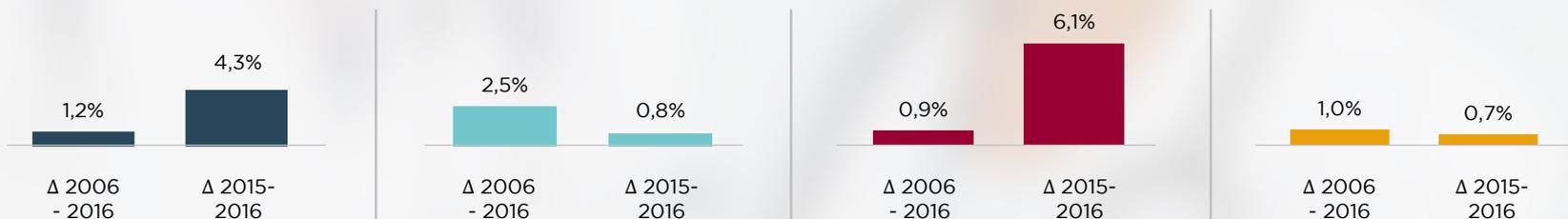
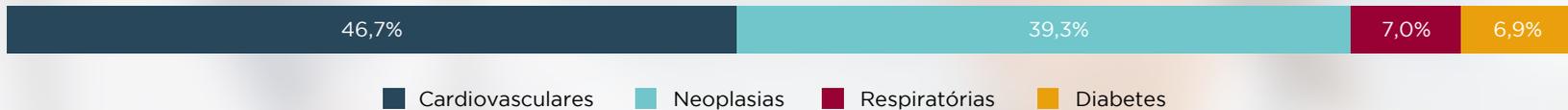
TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT)



Considerando a tendência da última década, desde 2016 até 2030 a taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis deverá reduzir somente 8,6%

VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO NÚMERO DE ÓBITOS POR TIPO DE DCNT NO GRUPO DOS 100+

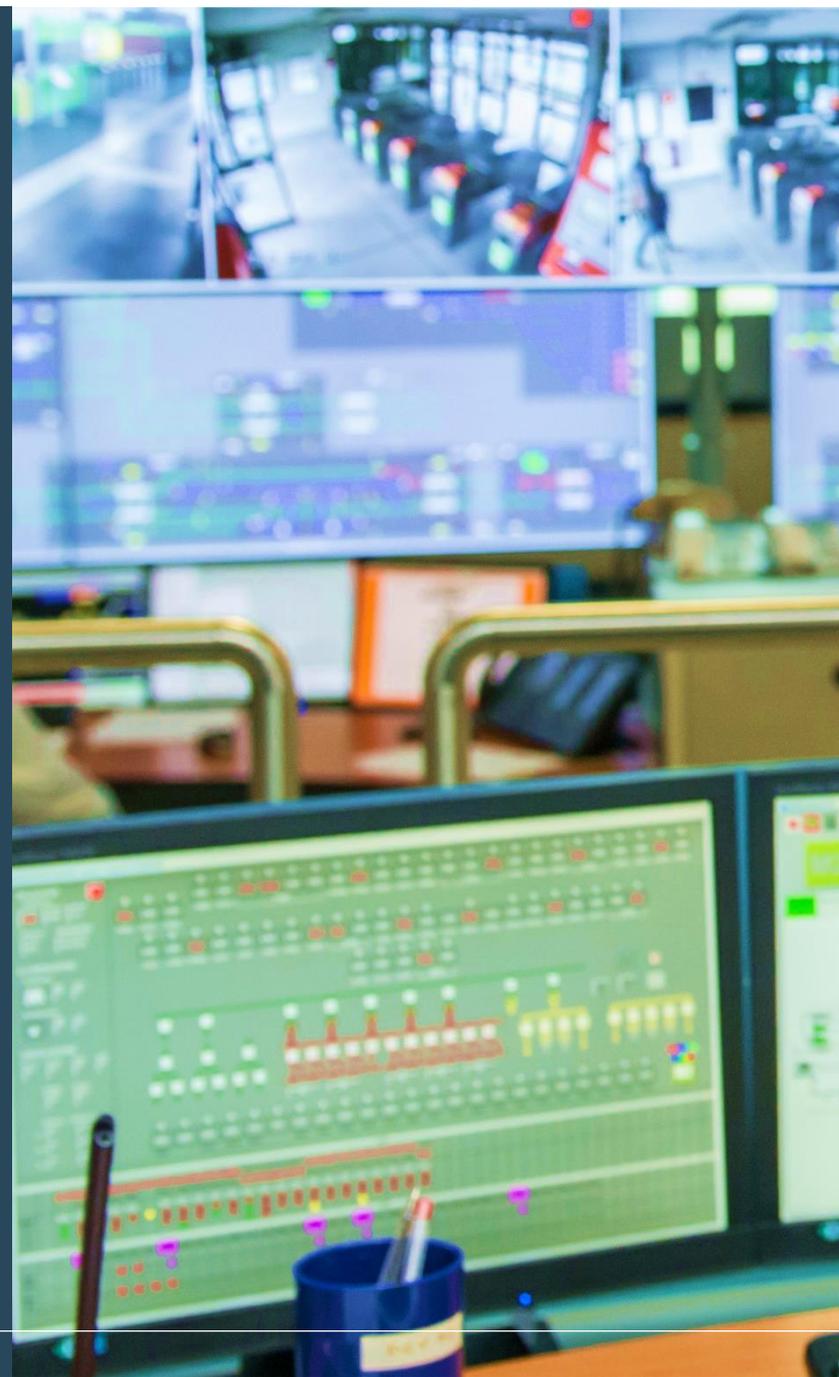
Na população entre 30 e 69 anos



Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS.



Segurança é direito e responsabilidade de todos. A promoção e manutenção da segurança pública nos municípios brasileiros são compartilhadas pelos três níveis da Federação, e não se limitam à atuação policial. Os municípios têm um papel fundamental nessa agenda, sobretudo no que diz respeito à prevenção, assistência e inclusão social. Além das ações de iluminação pública, planejamento e ordenamento urbano e a revitalização dos espaços públicos.





Segurança

Em 2016, a taxa de homicídios aumentaram em mais da metade dos 100+

O crescimento do número de homicídios na última década justifica a preocupação crescente com a agenda da segurança pública: foram registrados no Brasil 62.517 homicídios em 2016, 25,8% a mais que em 2006, e equivalente a uma taxa de homicídios de 30,8 homicídios por 100 mil habitantes. Essa taxa é mais de 4 vezes superior à da Argentina (7,0), menor da América do Sul¹.

Nos 100 maiores municípios são 25.535 homicídios, ou 41% do total de homicídios do país, e uma taxa de 31,7 homicídios por 100 mil habitantes, superior à média brasileira.

Em 2006, os 100+ somaram um total de 25.667 homicídios 0,5% inferior ao índice de 2016. Neste período, o total de homicídios no Brasil cresceu 25,78%. A representatividade dos 100+ no total de homicídios do país, portanto, caiu 10,8 pontos percentuais e a participação na população brasileira permaneceu constante na casa dos 40%, indicando que o aumento dos homicídios no país ocorreu nas cidades menores. Com isso, a taxa de homicídios dos 100+ se aproximou da média brasileira.

Na década, Vitória (ES), Mauá (SP) e São Bernardo do Campo (SP) foram as cidades que mais reduziram o número de homicídios : -70,5%, -70,3% e -69,8%, respectivamente. No outro extremo, Palmas (TO), Juiz de Fora (MG) e Natal (RN) tiveram crescimento muito elevado no período: +300%, +292% e +269%, respectivamente. Camaçari, o pior nesse indicador entre os 100+ em 2016, tem uma taxa de 86,3 mais de 18 vezes a taxa de São Bernardo do Campo (SP) (4,7, em 2016), no outro extremo.

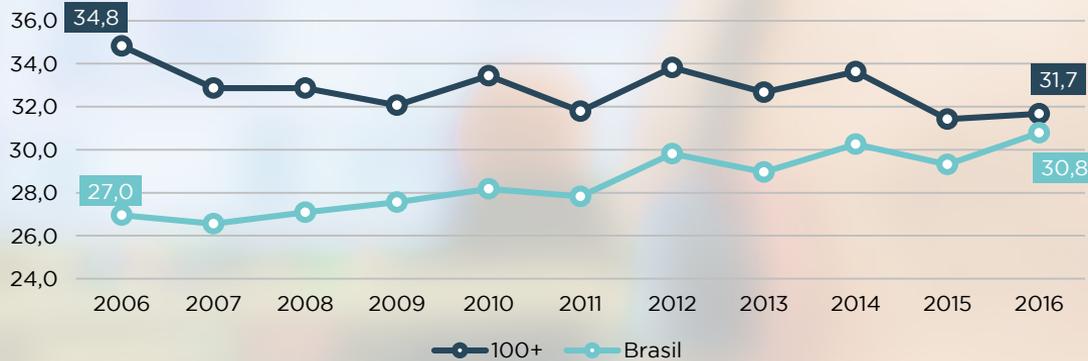
Analisando os municípios por porte, observa-se que há uma proximidade nas taxas de homicídios nos grupos com até 500 mil e com mais de 1 milhão de habitantes: 30,6 e 30,9 homicídios por 100 mil habitantes, respectivamente. Os municípios com população entre 500 mil e 1 milhão somam 24 municípios, 20,4% da população dos 100+, 23% dos homicídios e taxa média de 35 homicídios/100 mil habitantes e foi o único grupo onde houve alta no número de homicídios na última década: +16,3%.

Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS. ¹ Banco Mundial, 2015.



TAXA DE HOMICÍDIOS

Nº de homicídios por 100 mil habitantes



Mantendo a tendência dos 100+ da última década, a taxa de homicídios em 2030 será 27,8, equivalente à do Brasil em 2011.

HOMICÍDIOS NOS 100+ (2016)

25.535 homicídios em 2016



93,2%

Homens



73,5%

Negros ou Pardos



58,9%

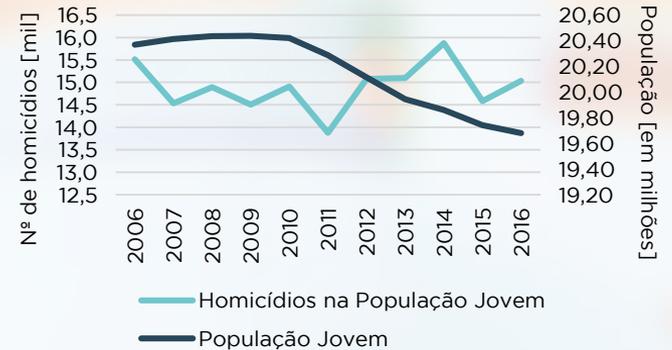
Jovens



74,8%

Armas de Fogo

JUVENTUDE: QUEDA DA POPULAÇÃO JOVEM E ALTA NO NÚMERO DE HOMICÍDIOS ENTRE OS JOVENS - 100+



Fonte: Macroplan a partir dos dados do DataSUS. Obs: Números de óbitos por residência referenciados na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) como eventos que envolvem agressões e óbitos provocados por intervenção legal (códigos X85-Y09 e Y35-Y36).

Nos últimos 10 anos, o número de mortes envolvendo motocicletas aumentou 29,4%

Morre-se muito no trânsito no Brasil. Apesar da taxa de óbitos por acidente de trânsito ter alcançado o menor patamar da década, o índice de 18,8 por 100 mil habitantes é alto se comparado a outros países. Na Argentina, a taxa é de 14,0, no Chile, o índice fica em torno de 12,0 e nos países da OCDE é inferior a 10¹.

A taxa média dos 100 maiores municípios é menor e teve queda mais acentuada na última década (3,5% a.a. contra 0,7% a.a.), atingindo 12,7 óbitos no trânsito por 100 mil habitantes, em 2016.

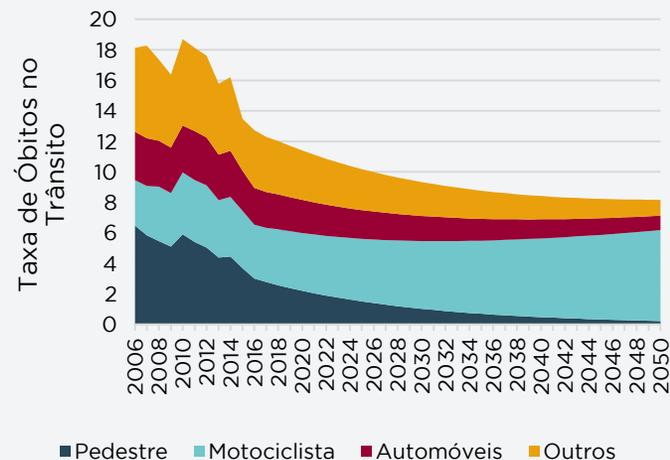
As pessoas com até 29 anos representam cerca de um terço dos óbitos no trânsito. Na faixa entre 30 e 69 anos são 56,9% e a causa com o maior número de vítimas nessa faixa são os acidentes envolvendo motocicletas (28%) e acidentes com pedestres (24%). Nota-se que as causas variam muito com a faixa etária: as crianças e os idosos são, principalmente, vítimas como pedestres enquanto os jovens de 15 a 29 anos morrem em acidentes envolvendo motocicletas.

Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS. ¹ Banco Mundial, 2016



Tendência de alta nos óbitos por motocicletas

Os óbitos no trânsito envolvendo motocicletas tiveram um crescimento médio de 2,6% ao ano nos 100+, o único tipo que registrou crescimento entre as causas analisadas: Pedestre (-6,6% a.a), Ciclista (-4,6% a.a), automóveis (-1,8% a.a) e outras causas (-2,6% a.a).

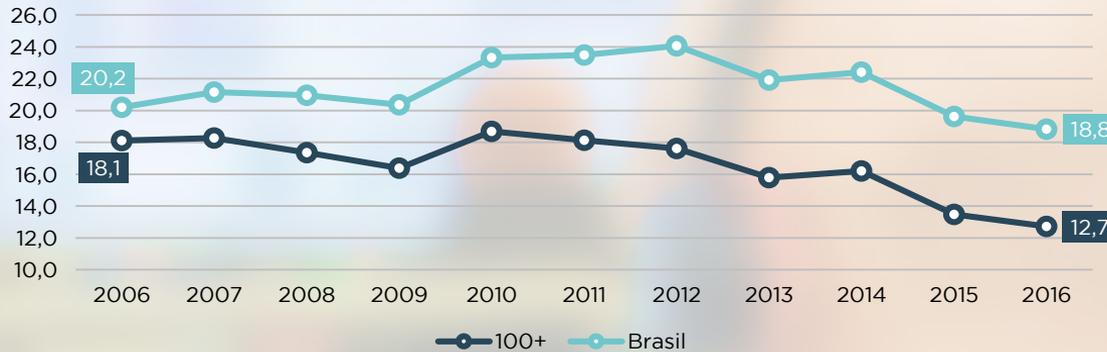




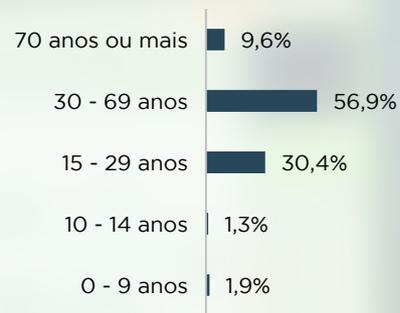
Seguindo a trajetória da última década, até 2030 a taxa de óbitos por acidente de trânsito diminuirá **32,7%**

TAXA DE ÓBITOS NO TRÂNSITO

Nº de óbitos no trânsito por 100 mil habitantes

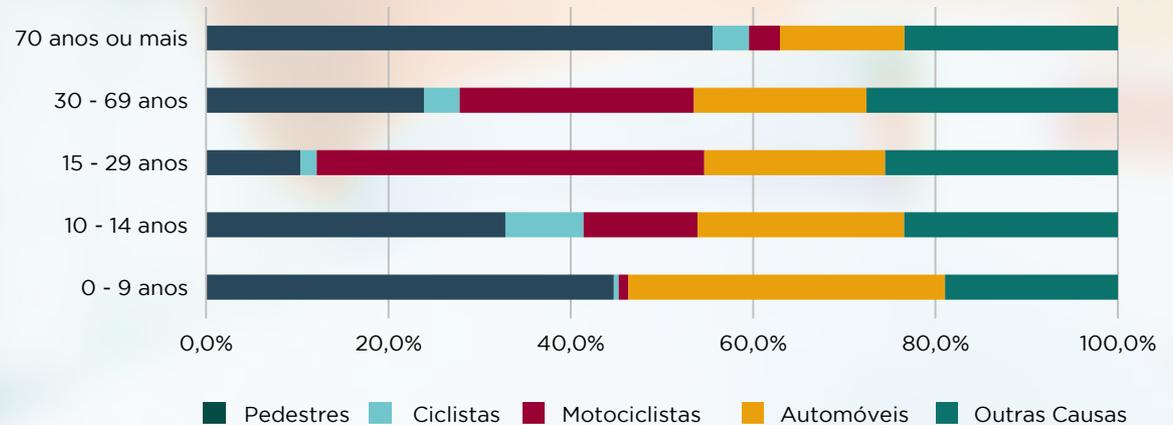


ÓBITOS NO TRÂNSITO POR FAIXA ETÁRIA - 2016



PRINCIPAIS CAUSAS DOS ÓBITOS NO TRÂNSITO - 100+

Distribuição do número de óbitos por faixa etária - 2016



Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS.

Obs: Foram considerados os óbitos por residência pelo CID-10: V01-V09 - Pedestres; V10 - V19 - Ciclistas; V20 - V29 - Motociclistas; V40 - V49 - Automóveis; V30-V39 e V50-V99 - Outras causas



Uma das áreas importantes para o bem-estar da população é o saneamento com impactos diretos sobre as condições de saúde e a sustentabilidade. A gestão dos serviços de saneamento básico é responsabilidade do município podendo fazê-lo diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, em parceria ou com apoio técnico e financeiro dos governos estadual e federal.



Saneamento e Sustentabilidade

Perdas na distribuição colocam riscos à sustentabilidade

93,4% dos habitantes dos municípios dos 100+ possuem atendimento total de água, segundo os dados do SNIS.¹ Essa cobertura é 10 pontos percentuais superior à média brasileira. O indicador vem evoluindo muito pouco nos últimos anos. Mantida essa trajetória, o Brasil e os 100+ não atingirão a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é de alcançar, até 2030, o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos.

Entre os 100+, 40 municípios já possuem 100% da sua população com acesso à água. No outro extremo, em 3 municípios, sendo duas capitais, menos da metade da população tem atendimento de água: Macapá (AP), Porto Velho (RO) e Ananindeua (PA).

As perdas na distribuição de água entre os 100+ são um pouco mais elevadas que a média brasileira: 39,2% e 38,2%, respectivamente. As diferenças na gestão da água são evidentes: em Porto Velho, capital de Rondônia, para cada 1 litro de água produzido ou importado pelo município, 70% não chega ao consumidor final ou não é computado pelo

volume de serviço. Em 6 municípios esse percentual é inferior a 20%: Campo Grande (MS), Guarulhos (SP), Santos (SP), Limeira (SP) e Palmas (TO).

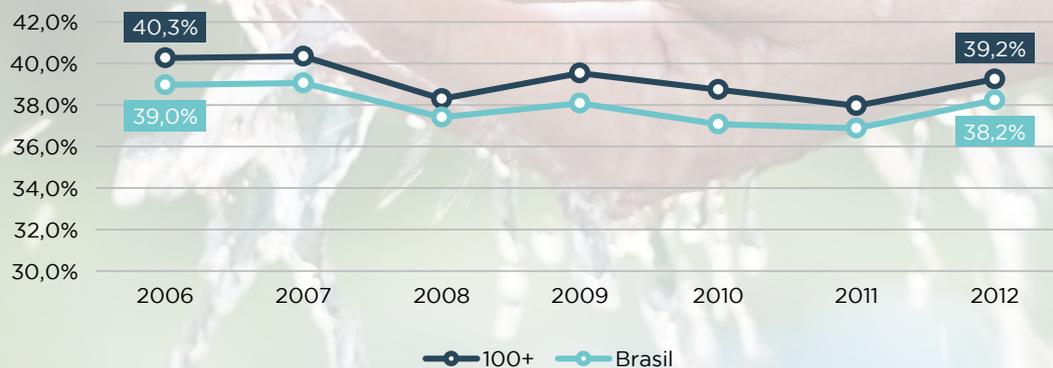
O consumo per capita de água é proporcional ao tamanho da economia.² Em média, cada habitante dos 100+ consome 160,4 litros de água por dia. Esse consumo é 20% superior à média brasileira de 133,8 litros/dia. As perdas na distribuição somadas ao elevado consumo per capita diário podem levar a riscos na sustentabilidade hídrica das cidades.

Fonte: Macroplan com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). ¹O atendimento com os serviços refere-se ao acesso por meio de rede geral de distribuição de água. Portanto, não são incluídas as formas de acesso ao abastecimento de água que se utilizam de soluções individuais ou alternativas. ²International Water Association (IWA).

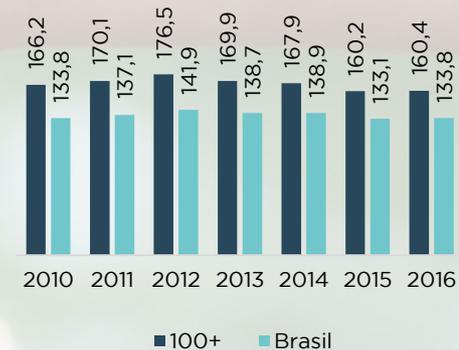
ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ÁGUA¹



ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO²



CONSUMO PER CAPITA DE ÁGUA LITROS/DIA³



Fonte: Macroplan com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre saneamento - SNIS. Obs: ¹Indicador IN055_AE do SNIS. ² Indicador IN049_AE do SNIS. ³AG010 dividido pelo G12A do SNIS, ou seja, volume de água consumida dividido pela população total residente do município com abastecimento de água, segundo o IBGE.

Entre os 100+, 22 milhões de habitantes não tem acesso a esgotamento sanitário

Segundo os dados do SNIS, nos 100+, 71,5% da população possui acesso ao esgotamento sanitário¹, muito superior à média brasileira de 51,9%. Os números indicam um aumento de 5,8 p.p. nesse indicador, entre 2010 e 2016. No Brasil essa evolução foi de 6,5p.p.. Apesar dessa alta, a universalização ainda está distante. Na velocidade apresentada no período, levaria mais de 100 anos para a universalização do acesso ao esgotamento sanitário nesses municípios.

Apenas 7 municípios dos 100 alcançaram 100%: Piracicaba e Santos (SP), Cascavel, Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Curitiba (PR) – 5 dos 6 municípios do Paraná nos 100+ (em São José dos Pinhais esse índice é de 67,5%). No outro extremo, 4 municípios declaram menos de 10% da população com esgotamento sanitário: Ananindeua (PA), Porto Velho (RO), Santarém (PA) e Macapá (AP).

O índice de esgoto declarado pelos 100+ é, em média, de 53,2%, também superior à média brasileira (43,9%). Entre 2010 e 2016, o volume de esgoto tratado nos 100+ aumentou 6,6 p.p. e no país, 8,1 p.p. Com isso, a participação dos 100+ no volume total de esgoto tratado no país caiu de 67,1% para

60,1% - o maior aumento do tratamento de esgoto ocorreu nas cidades de pequeno e médio porte (até 260 mil habitantes).

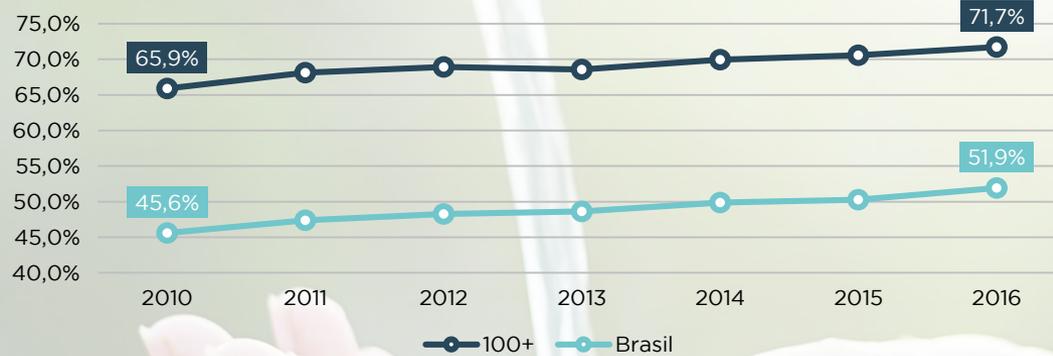
Até 2016, apenas 46% dos municípios dos 100+ declararam possuir um Plano Municipal de Saneamento Básico. Segundo o Ministério das Cidades, a partir de 2018, a existência do Plano será uma das condições para o município obter acesso a recursos federais de saneamento.

Fonte: Macroplan com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre saneamento - SNIS. Obs: ¹Refere-se ao acesso à rede coletora de esgotos (rede pública). Portanto, não são incluídas as formas de esgotamento sanitário que se utilizam de soluções individuais ou alternativas, bem como não são consideradas as ligações domiciliares de esgoto às redes de drenagem de águas pluviais.



Mantendo-se a tendência dos últimos anos, o grupo dos 100+ levará mais de 100 anos para universalizar o esgotamento sanitário

% DA POPULAÇÃO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO

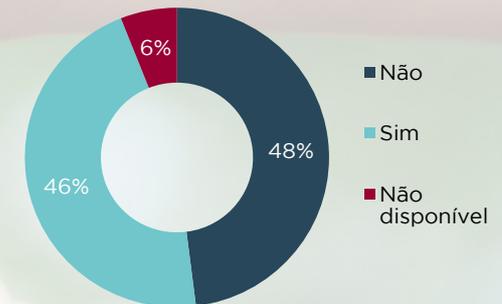


ÍNDICE DE ESGOTO TRATADO²



O MUNICÍPIO POSSUI POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO³ ?

2016



Fonte: Macroplan com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre saneamento - SNIS. Obs: ¹Indicador IN056_AE do SNIS; ²Indicador IN046_AE do SNIS; ³ indicador Po001 do SNIS

Coleta de lixo praticamente universalizada, mas com desafios em termos de tratamento

A coleta de lixo é o serviço mais próximo à universalização da área de Saneamento e Sustentabilidade para os 100+. O serviço de coleta de lixo cobre 97,7% do grupo – superior à média brasileira de 76,0%.

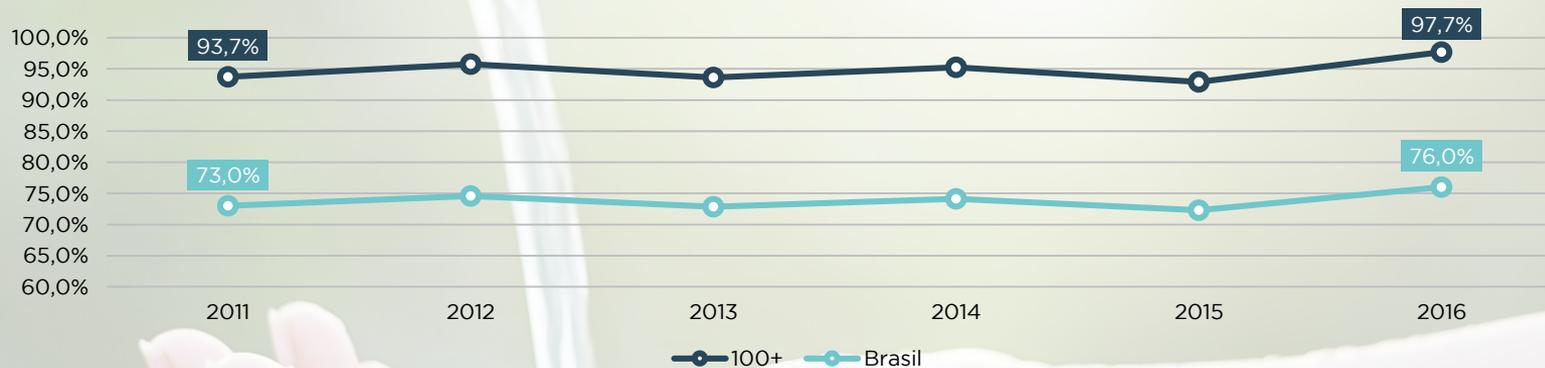
Entre os municípios¹ dos 100+, 37 possuem 100% da população com coleta de lixo e apenas 1 município possui índice inferior a 90%: em Santarém (PA) com 73,3%. 16% declararam receber resíduos de outros municípios.

A coleta seletiva chega a 79% dos 100 maiores municípios, segundo os dados do SNIS. No país, apenas 33,1% dos municípios declararam possuir serviço de coleta seletiva.

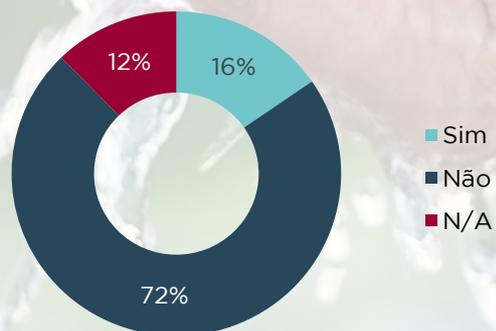
Fonte: Macroplan com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre saneamento – SNIS. Obs: ¹Não há dados para 2016 em dois municípios dos 100+: Carapicuíba (SP) e Várzea Grande (MT)



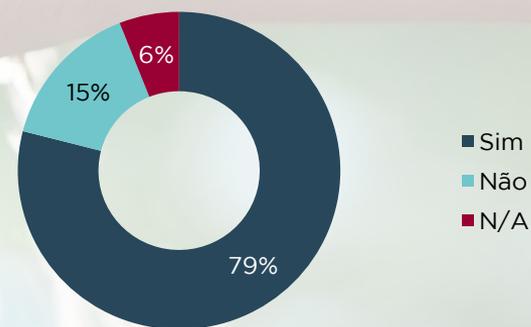
% DA POPULAÇÃO COM SERVIÇO DE COLETA DE LIXO²



O MUNICÍPIO RECEBEU RESÍDUO DE OUTRAS CIDADES³? 2016



O MUNICÍPIO POSSUI COLETA SELETIVA⁴? 2016



Fonte: Macroplan com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre saneamento - SNIS. Obs: ²Indicador IN015_RS do SNIS; ³Indicador UP012 - Recebeu resíduos de outros municípios? (Sim/Não); ⁴Indicador CS001 - Existe coleta seletiva no município? (Sim/Não)





3

O ranking do IDGM

[← Voltar para o índice](#)

O IDGM

O ranking do IDGM é construído com base em um índice sintético que reúne 15 indicadores em 4 áreas: (1) Educação, (2) Saúde, (3) Segurança e (4) Saneamento e Sustentabilidade. O IDGM varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho do município. Os indicadores selecionados buscam captar serviços sob influência das prefeituras, mesmo que fornecidos por outros entes da federação e a iniciativa privada. Foram priorizados indicadores finalísticos com dados atualizáveis de fontes oficiais de informação e disponíveis para todos os municípios brasileiros. Busca-se fornecer uma visão comparativa e evolutiva da situação do município, sempre que possível, ao longo da última década.

 Educação	INDICADOR	ANO	FONTE
EDUCAÇÃO INFANTIL			
	Matrículas em creche sobre o total de crianças de 0 a 3 anos de idade (%)	2007-2017	INEP e IBGE
	Matrículas na pré-escola sobre o total de crianças de 4 e 5 anos de idade (%)	2007-2017	INEP e IBGE
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL			
	IDEB Ensino Fundamental I - Público	2005-2015	INEP
	IDEB Ensino Fundamental II - Público	2005-2015	INEP

 Saúde	INDICADOR	ANO	FONTE
	Taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (por 100.000 habitantes de 30 a 69 anos)	2006-2016	DataSUS
	Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal	2006-2016	DataSUS
	Cobertura das equipes de atenção básica (% da população)	2008-2015	DataSUS
	Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	2006-2016	DataSUS



Segurança

INDICADOR	ANO	FONTE
Taxa de homicídios (por 100.000 habitantes)	2006-2016	DataSUS e IBGE
Taxa de óbitos no trânsito (por 100.000 habitantes)	2006-2016	DataSUS e IBGE



Saneamento e Sustentabilidade

INDICADOR	ANO	FONTE
Índice de esgoto tratado (% do volume de água consumida)	2006-2016	SNIS
Índice de perdas na distribuição (% do volume de água consumida)	2006-2016	SNIS
Índice de atendimento de água (% da população)	2006-2016	SNIS
Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares (% da população)	2009-2016	SNIS
Índice de atendimento de esgoto (% da população atendida com água)	2006-2016	SNIS

IDGM Geral

Ranking dos 100 maiores municípios

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
1°	Maringá	PR	0,748	— 0	— 0
2°	Piracicaba	SP	0,739	▲ 1	▲ 5
3°	São José do Rio Preto	SP	0,738	▼ -1	▲ 9
4°	Jundiaí	SP	0,733	▲ 2	▼ -2
5°	São José dos Campos	SP	0,727	▼ -1	▲ 3
6°	Limeira	SP	0,716	▲ 2	▼ -3
7°	Campinas	SP	0,709	— 0	▲ 3
8°	Sorocaba	SP	0,705	▲ 1	▲ 3
9°	Santos	SP	0,698	▲ 3	▼ -4
10°	Franca	SP	0,698	▼ -5	▼ -4
11°	Curitiba	PR	0,697	— 0	▲ 9
12°	Cascavel	PR	0,693	▲ 5	▲ 37
13°	Ribeirão Preto	SP	0,693	▲ 1	▼ -9
14°	Vitória	ES	0,693	▲ 4	▲ 12
15°	Londrina	PR	0,693	— 0	▼ -2
16°	São Bernardo do Campo	SP	0,692	▼ -6	▲ 8
17°	Florianópolis	SC	0,691	▲ 2	▼ -1
18°	Belo Horizonte	MG	0,689	▲ 2	▲ 7
19°	Blumenau	SC	0,688	▲ 10	▲ 2
20°	Taubaté	SP	0,686	▼ -7	▲ 11
21°	São Paulo	SP	0,681	— 0	▼ -4
22°	Mauá	SP	0,680	▲ 4	▲ 28
23°	Uberlândia	MG	0,679	▼ -7	▼ -8
24°	Sumaré	SP	0,676	▲ 1	▼ -15
25°	Santo André	SP	0,675	▼ -3	▼ -3

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
26°	Uberaba	MG	0,671	▼ -2	▲ 6
27°	Joinville	SC	0,665	▲ 6	▼ -9
28°	Ponta Grossa	PR	0,658	▲ 9	▲ 12
29°	Montes Claros	MG	0,656	▼ -6	▲ 1
30°	Mogi das Cruzes	SP	0,655	▲ 4	▼ -7
31°	Caxias do Sul	RS	0,655	▲ 4	▲ 7
32°	Palmas	TO	0,649	▼ -2	▲ 1
33°	Suzano	SP	0,649	▼ -5	▲ 13
34°	Betim	MG	0,648	▲ 6	▲ 24
35°	Petrópolis	RJ	0,647	▲ 16	▲ 25
36°	Bauru	SP	0,644	▲ 2	▼ -22
37°	Taboão da Serra	SP	0,642	▼ -5	▼ -2
38°	Niterói	RJ	0,642	▼ -11	▼ -19
39°	Diadema	SP	0,637	▼ -8	▼ -12
40°	Campo Grande	MS	0,634	▼ -4	▼ -3
41°	Praia Grande	SP	0,633	▼ -2	▼ -12
42°	Goiânia	GO	0,627	▲ 1	▼ -6
43°	Contagem	MG	0,623	▼ -2	▼ -4
44°	Rio de Janeiro	RJ	0,619	▼ -2	▼ -10
45°	Juiz de Fora	MG	0,619	▲ 5	▼ -17
46°	Guarulhos	SP	0,619	▲ 1	▲ 5
47°	São José dos Pinhais	PR	0,615	▲ 6	▼ -3
48°	Osasco	SP	0,611	▼ -4	▼ -6
49°	Petrolina	PE	0,609	▼ -3	▲ 36
50°	Porto Alegre	RS	0,609	▼ -2	▼ -7

Notas: No ranking IDGM 2018, a maior parte dos indicadores tem como período de referência o ano de 2016, com exceção dos indicadores de educação infantil (2017), Cobertura da Atenção Básica (2015) e IDEB (2015). Δ ano: Variação em relação ao ranking recalculado da publicação anterior, considerando os seguintes períodos de referência dos indicadores: Educação (2015), DCNT (2013), Mortalidade infantil e Pré-Natal (2014), Cobertura da atenção básica (2015), Homicídios e Óbitos no trânsito (2014), Saneamento e Sustentabilidade (2015). Δ Década: Variação em relação ao primeiro ano da série com periodicidade máxima de uma década. Os indicadores que não estão disponíveis para uma década são: Cobertura da atenção básica (2008) e Coleta de lixo (2010).

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
51°	Santa Maria	RS	0,605	▼ -6	▼ -10
52°	Campina Grande	PB	0,604	▼ -3	▼ -7
53°	Governador Valadares	MG	0,598	▲ 3	▲ 19
54°	Vila Velha	ES	0,597	▲ 3	▲ 11
55°	Carapicuíba	SP	0,593	▼ -3	▼ -2
56°	Fortaleza	CE	0,584	▲ 8	▲ 6
57°	Guarujá	SP	0,584	▲ 1	▲ 10
58°	Boa Vista	RR	0,583	▼ -3	▼ -10
59°	Cuiabá	MT	0,583	▲ 2	▼ -2
60°	Ribeirão das Neves	MG	0,582	▲ 7	▲ 24
61°	São Vicente	SP	0,581	▼ -7	▼ -14
62°	João Pessoa	PB	0,575	▼ -2	▼ -1
63°	Anápolis	GO	0,573	▲ 2	▼ -9
64°	Itaquaquecetuba	SP	0,571	▲ 8	▲ 2
65°	Serra	ES	0,569	▼ -6	▲ 3
66°	Feira de Santana	BA	0,564	▲ 15	▲ 27
67°	Caucaia	CE	0,560	▲ 8	▲ 7
68°	Vitória da Conquista	BA	0,559	▼ -6	▲ 8
69°	Teresina	PI	0,555	▲ 2	▼ -6
70°	Salvador	BA	0,553	— 0	— 0
71°	Gravataí	RS	0,553	▲ 5	▲ 6
72°	Caruaru	PE	0,551	▼ -3	▲ 8
73°	Recife	PE	0,546	▼ -5	▼ -4
74°	Campos dos Goytacazes	RJ	0,543	▼ -11	▼ -3
75°	Pelotas	RS	0,543	▼ -1	▼ -20

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
76°	Mossoró	RN	0,542	▼ -10	▼ -20
77°	Canoas	RS	0,536	▲ 9	▲ 5
78°	Rio Branco	AC	0,532	▼ -1	— 0
79°	Cariacica	ES	0,529	— 0	▲ 11
80°	Aracaju	SE	0,526	— 0	▼ -16
81°	Natal	RN	0,525	▼ -8	▼ -22
82°	Manaus	AM	0,522	▼ -4	▼ -9
83°	São Luís	MA	0,519	▲ 5	▼ -31
84°	Paulista	PE	0,511	▲ 6	▼ -5
85°	Camaçari	BA	0,507	▼ -3	▲ 7
86°	Olinda	PE	0,504	▼ -3	▲ 5
87°	Maceió	AL	0,500	▲ 6	▼ -6
88°	São João de Meriti	RJ	0,500	▲ 8	▲ 10
89°	Aparecida de Goiânia	GO	0,490	▲ 8	▲ 7
90°	Várzea Grande	MT	0,490	▲ 5	▼ -3
91°	Santarém	PA	0,486	▼ -7	▼ -16
92°	São Gonçalo	RJ	0,479	▼ -7	▼ -9
93°	Nova Iguaçu	RJ	0,477	▲ 1	▲ 6
94°	Jaboatão dos Guararapes	PE	0,473	▼ -7	— 0
95°	Duque de Caxias	RJ	0,469	▼ -3	▲ 2
96°	Porto Velho	RO	0,451	▼ -5	▼ -1
97°	Belém	PA	0,444	▼ -8	▼ -8
98°	Belford Roxo	RJ	0,443	▲ 1	▲ 2
99°	Macapá	AP	0,424	▲ 1	▼ -13
100°	Ananindeua	PA	0,419	▼ -2	▼ -12

Como os 100+ estão evoluindo nessas áreas?

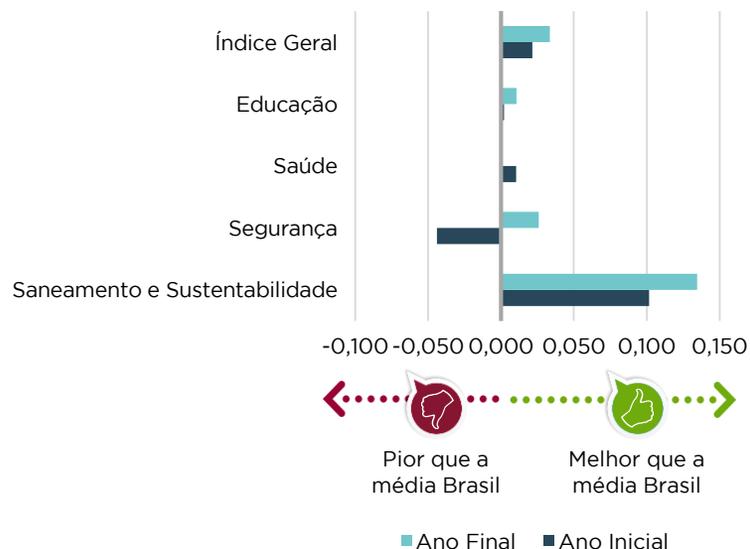
A evolução do IDGM na década mostra avanços positivos em todos os municípios no índice geral. Os 100+ avançaram, em média, mais que a média brasileira. Isso foi verificado em educação, segurança (a média brasileira registrou queda) e saneamento, mas em saúde ocorreu o inverso,

Os ganhos, contudo, só foram generalizados para todos os municípios dos 100 na área de educação. Nas demais áreas, embora a grande maioria tenha avançado, há retrocessos que são mais frequentes em segurança (34 municípios tiveram estagnação ou piora) do que em saúde (10) e saneamento (10).

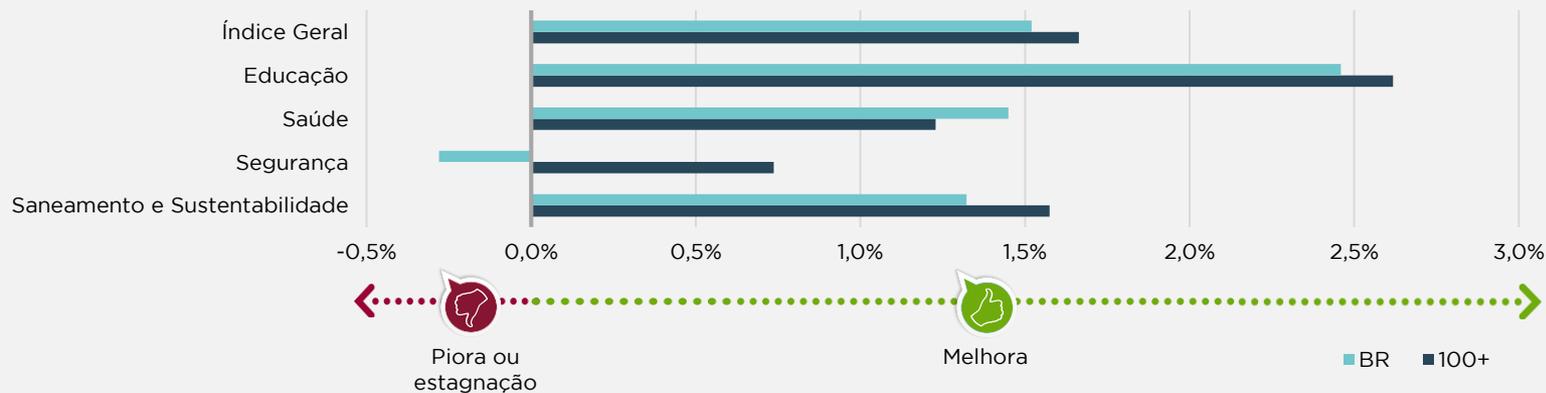
Reflexos da crise no último ano. Enquanto a evolução do IDGM na década mostra avanço em todos os municípios, na variação do último ano, nota-se que 23 dos 100 municípios não progrediram. Não há nítida concentração regional; os municípios estão distribuídos em oito estados e em quatro regiões (com exceção do Centro-Oeste). Desempenhos negativos foram observados em todas as áreas, sendo mais frequentes na saúde (40) e saneamento (33).

O grupo dos 100, em média, é melhor que a média nacional no IDGM geral e em três das quatro áreas: educação, segurança e saneamento. Em saúde, os 100+ eram melhores que a média brasileira. No início da década passaram a ter desempenho similar devido aos avanços mais lentos no grupo dos 100. Já em segurança os 100+ ultrapassaram a média brasileira na década.

Diferencial de desempenho no IDGM na década

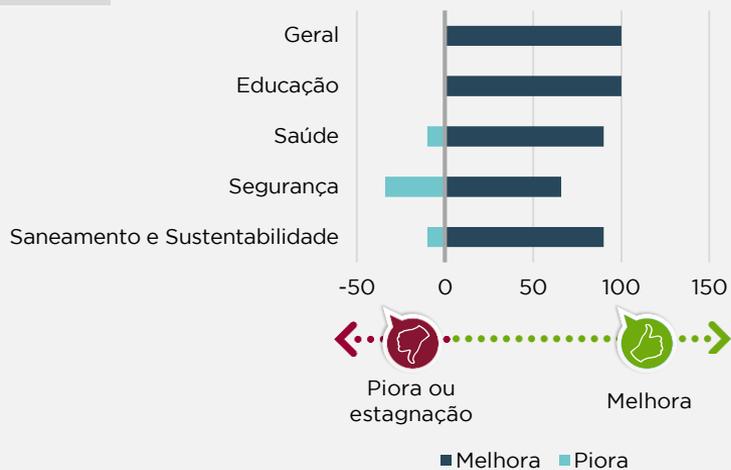


Varição do IDGM e seus componentes na média dos 100 e Brasil na década

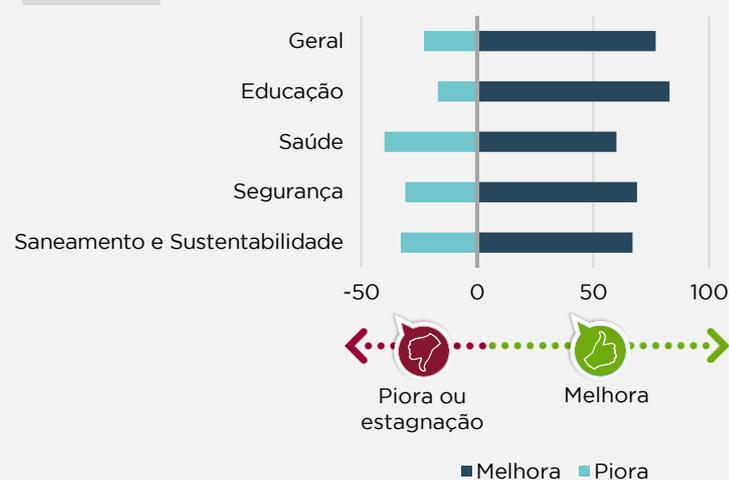


Número de cidades dos 100+ segundo a variação do IDGM e seus componentes

Década



Ano





Quem são os melhores colocados?

Não há cidade “modelo” que seja melhor em todas as áreas. Há uma concentração das primeiras posições em três estados (São Paulo, Paraná e Santa Catarina). Entre os cinco melhores colocados, ocorre no máximo do município estar em três áreas, como é o caso de Santos, ou em duas (Maringá e Joinville). Uma cidade “modelo” seria uma combinação de indicadores de várias cidades.

Ranking Geral

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018
1	Maringá	PR	0,748
2	Piracicaba	SP	0,739
3	São José do Rio Preto	SP	0,738
4	Jundiaí	SP	0,733
5	São José dos Campos	SP	0,727



Educação

	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018
1	Piracicaba	SP	0,660
2	São José do Rio Preto	SP	0,659
3	Jundiaí	SP	0,644
4	Santos	SP	0,639
5	Joinville	SC	0,635



Saúde

	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018
1	Blumenau	SC	0,737
2	Florianópolis	SC	0,731
3	Maringá	PR	0,722
4	Joinville	SC	0,714
5	Palmas	TO	0,700



Segurança

	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018
1	Mauá	SP	0,921
2	São Bernardo do Campo	SP	0,918
3	Santos	SP	0,912
4	São Paulo	SP	0,882
5	Santo André	SP	0,881



Saneamento e Sustentabilidade

	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018
1	Santos	SP	0,979
2	Maringá	PR	0,972
3	Franca	SP	0,968
4	Limeira	SP	0,964
5	Cascavel	PR	0,956

Destaques do ranking dos 100

No grupo dos 25 com melhores IDGM geral, todos estão nas regiões Sul ou Sudeste. Neste grupo tem destaque o Estado de São Paulo, que abriga 16 municípios (incluindo a capital). Os demais estão distribuídos da seguinte forma: 4 estão no Paraná (incluindo Curitiba), 2 em Minas Gerais (Belo Horizonte e Uberlândia), 2 em Santa Catarina (Florianópolis e Blumenau) e Vitória no, Espírito Santo.

No grupo dos 25 com menores IDGM, predominam os municípios das regiões Norte-Nordeste e municípios do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente da Baixada Fluminense. Neste grupo estão cinco capitais do Norte (Macapá, Porto Velho, Belém, Rio Branco e Manaus) e quatro do Nordeste (Aracaju, Natal, Maceió e São Luís).

Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro são os únicos Estados do Sul-Sudeste que não têm municípios com índice entre os 25 primeiros, sendo que o RS é o único do Sul que possui município entre os 25 com menores índices (Canoas).

Todos os municípios apresentaram avanços no índice agregado entre 2006 e 2016.

	Capital com maior IDGM	Município com maior IDGM
Sul	Curitiba - PR (11º)	Maringá - PR (1º)
Sudeste	Vitória - ES (14º)	Piracicaba - SP (2º)
Norte	Palmas - TO (32º)	Palmas - TO (32º)
Nordeste	Fortaleza - CE (56º)	Petrolina - PE (49º)
Centro Oeste	Campo Grande - MS (40º)	Campo Grande - MS (40º)

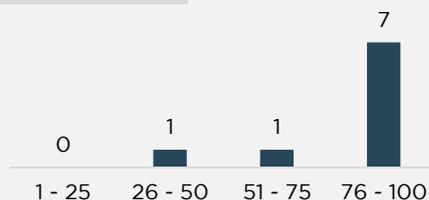
Em termos de avanços em posições no ranking do IDGM agregado na década, dentre as 25 primeiras do ranking atual, destacam-se: Cascavel - PR (37 posições de 2006 para 2016); Mauá - SP (28 posições) e Vitória - ES (12 posições).

Das cidades que mais perderam posições entre os 100 municípios, os destaques são: São Luís - MA (31 posições); Bauru - SP (22 posições) e Natal - RN (22).

Número de municípios por posição no Ranking do IDGM por região

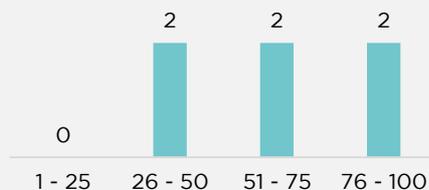
Norte

9 municípios



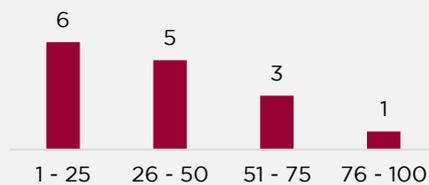
Centro-Oeste

6 municípios



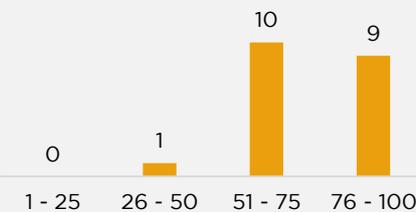
Sul

15 municípios



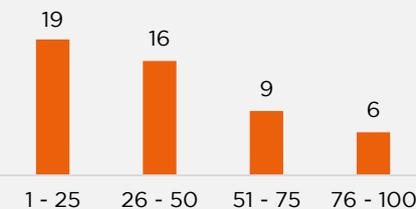
Nordeste

20 municípios



Sudeste

50 municípios



IDGM

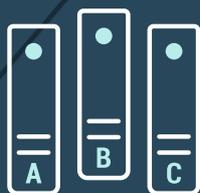
Educação

O Índice dos Desafios da Gestão Municipal em Educação reúne indicadores de acesso à educação infantil e de qualidade da rede pública do ensino fundamental, atribuições do governo municipal nessa área.

◆ indicadores



Matrículas em creches em relação à população de 0 a 3 anos



Matrículas na pré-escola em relação à população de 4 e 5 anos



IDEB do Ensino Fundamental I - Rede Pública



IDEB do Ensino Fundamental II - Rede Pública

IDGM Educação

Ranking dos 100 maiores municípios

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
1°	Piracicaba	SP	0,660	▲ 1	▲ 20
2°	São José do Rio Preto	SP	0,659	▼ -1	— 0
3°	Jundiaí	SP	0,644	— 0	▲ 12
4°	Santos	SP	0,639	— 0	▼ -3
5°	Joinville	SC	0,635	▲ 9	▲ 12
6°	Sorocaba	SP	0,633	— 0	▲ 5
7°	São José dos Campos	SP	0,629	▲ 1	▼ -1
8°	São Bernardo do Campo	SP	0,628	▼ -3	▲ 1
9°	Maringá	PR	0,626	▲ 2	▼ -1
10°	Franca	SP	0,623	▼ -3	— 0
11°	Blumenau	SC	0,617	▼ -2	▼ -4
12°	Praia Grande	SP	0,614	▲ 7	▲ 7
13° Vitória	ES	0,608	▼ -3	▼ -10	
14° Limeira	SP	0,607	▼ -1	▼ -10	
15° Campinas	SP	0,605	— 0	▲ 1	
16° Mogi das Cruzes	SP	0,605	— 0	▼ -2	
17° São Paulo	SP	0,603	▲ 5	▲ 1	
18° Bauru	SP	0,602	▲ 2	▼ -13	
19° Santo André	SP	0,599	▼ -2	▲ 11	
20° Florianópolis	SC	0,594	▼ -2	▲ 6	
21° Ribeirão Preto	SP	0,589	— 0	▼ -8	
22° Taubaté	SP	0,588	▼ -10	▲ 2	
23° Suzano	SP	0,587	▲ 1	▲ 23	
24° Cascavel	PR	0,580	▲ 5	▲ 20	
25° Sumaré	SP	0,578	— 0	▼ -13	

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
26° Londrina	PR	0,577	▲ 5	▼ -6	
27° Taboão da Serra	SP	0,577	▼ -4	▼ -2	
28° Guarulhos	SP	0,573	▼ -2	▲ 13	
29° Osasco	SP	0,573	▲ 1	— 0	
30° Uberaba	MG	0,569	▼ -2	▲ 26	
31° Diadema	SP	0,568	▼ -4	▲ 6	
32° Belo Horizonte	MG	0,567	▲ 4	▲ 15	
33° Uberlândia	MG	0,564	▲ 2	▲ 15	
34° Mauá	SP	0,559	▼ -1	▼ -6	
35° Rio de Janeiro	RJ	0,558	▼ -3	▼ -3	
36° Curitiba	PR	0,558	▲ 6	▲ 9	
37° Petrópolis	RJ	0,555	▼ -3	▲ 16	
38° Teresina	PI	0,549	▼ -1	▲ 5	
39° Petrolina	PE	0,548	— 0	▲ 32	
40° Betim	MG	0,547	▲ 4	▲ 23	
41° Governador Valadares	MG	0,546	▲ 4	▲ 24	
42° Cuiabá	MT	0,544	▼ -1	▲ 15	
43° Campo Grande	MS	0,542	▲ 3	▼ -20	
44° Caxias do Sul	RS	0,541	▲ 5	▲ 24	
45° Guarujá	SP	0,541	▼ -5	▼ -7	
46° Montes Claros	MG	0,537	▼ -3	▼ -10	
47° Palmas	TO	0,537	▼ -9	▲ 12	
48° Santa Maria	RS	0,533	▲ 5	▲ 7	
49° Juiz de Fora	MG	0,532	▼ -2	▼ -10	
50° Caucaia	CE	0,524	▲ 1	▼ -16	

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
51°	Ponta Grossa	PR	0,522	▲ 5	▲ 1
52°	Carapicuíba	SP	0,521	— 0	▲ 6
53°	São Vicente	SP	0,516	▼ -5	▼ -31
54°	Goiânia	GO	0,515	— 0	▲ 19
55°	Rio Branco	AC	0,511	▲ 5	▼ -22
56°	Niterói	RJ	0,511	▼ -6	▼ -25
57°	São José dos Pinhais	PR	0,505	▲ 10	▼ -6
58°	Anápolis	GO	0,504	▲ 10	▲ 29
59°	Campos dos Goytacazes	RJ	0,500	— 0	▼ -17
60°	Contagem	MG	0,499	▲ 1	— 0
61°	Fortaleza	CE	0,498	▼ -6	▲ 5
62°	Itaquaquecetuba	SP	0,489	▲ 3	▲ 18
63°	Serra	ES	0,488	— 0	▼ -13
64°	São Luís	MA	0,488	▼ -7	▼ -37
65°	Mossoró	RN	0,488	▼ -7	▼ -30
66°	Vila Velha	ES	0,487	▼ -4	▼ -26
67°	Santarém	PA	0,487	▼ -3	▲ 5
68°	Boa Vista	RR	0,485	▲ 2	▼ -19
69°	Várzea Grande	MT	0,482	▲ 3	▲ 5
70°	Pelotas	RS	0,481	▲ 9	▲ 13
71°	Porto Alegre	RS	0,474	▼ -5	▼ -17
72°	Cariacica	ES	0,471	▼ -3	▼ -5
73°	Ribeirão das Neves	MG	0,466	▲ 3	▲ 6
74°	Manaus	AM	0,459	▼ -3	▼ -12
75°	Recife	PE	0,446	▼ -2	▼ -6

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
76°	Campina Grande	PB	0,444	▼ -2	▼ -6
77°	Canoas	RS	0,438	▲ 5	▲ 12
78°	Camaçari	BA	0,436	▼ -3	▲ 17
79°	Natal	RN	0,434	▼ -1	▼ -18
80°	São João de Meriti	RJ	0,429	— 0	▲ 17
81°	Gravataí	RS	0,428	▲ 9	▲ 3
82°	Porto Velho	RO	0,421	▼ -5	▼ -18
83°	Caruaru	PE	0,420	▼ -2	▼ -5
84°	Vitória da Conquista	BA	0,414	▲ 2	▼ -2
85°	João Pessoa	PB	0,405	▲ -1	▲ 3
86°	Jaboatão dos Guararapes	PE	0,404	▼ -1	▲ 4
87°	Paulista	PE	0,404	▲ 1	▼ -10
88°	Duque de Caxias	RJ	0,400	▲ 1	▲ 11
89°	Nova Iguaçu	RJ	0,399	▲ -2	▲ 7
90°	Olinda	PE	0,398	▼ -7	▼ -4
91°	Aparecida de Goiânia	GO	0,383	▲ 8	▲ 7
92°	Salvador	BA	0,382	▲ 3	▲ 2
93°	Belém	PA	0,371	▼ -2	▼ -2
94°	Aracaju	SE	0,371	▼ -1	▼ -19
95°	Ananindeua	PA	0,370	▼ -3	▼ -3
96°	São Gonçalo	RJ	0,368	▼ -2	▼ -11
97°	Feira de Santana	BA	0,368	— 0	▼ -16
98°	Macapá	AP	0,361	▼ -2	▼ -22
99°	Belford Roxo	RJ	0,358	▼ -1	▲ 1
100°	Maceió	AL	0,345	— 0	▼ -7

Destaques da Educação

No grupo dos 25 com melhores IDGM Educação, todos estão nas regiões Sul ou Sudeste, sendo 19 deles em SP (incluindo São Paulo). Completam o grupo 3 municípios de SC (Joinville, Blumenau e Florianópolis), 2 do PR (Maringá e Cascavel) e 1 do ES (Vitória).

No grupo dos 25 com menores IDGM Educação, assim como no ranking do IDGM Geral, predominam os municípios das regiões Norte-Nordeste e municípios do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente da Baixada Fluminense. Neste grupo estão três capitais do Norte (Macapá, Porto Velho e Belém) e cinco do Nordeste (Natal, João Pessoa, Salvador, Aracaju e Maceió), sendo que Recife fica em 75º, apenas uma posição acima dos 25 menores.

Dos Estados do Sul e Sudeste, apenas Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais não estão representados entre os 25 primeiros no ranking de Educação. Já no grupo dos 25 últimos, o Rio Grande do Sul é o único Estado do Sul que é representado, tendo dois municípios entre os piores do ranking (Canoas e Gravataí), enquanto o Rio de Janeiro é o Estado com mais municípios entre os menores índices, com cinco (São João de Meriti, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Belford Roxo).

	Capital com maior IDGM	Município com maior IDGM
Sul	Florianópolis - SC (20º)	Joinville - SC (5º)
Sudeste	Vitória - ES (13º)	Piracicaba - SP (1º)
Norte	Palmas - TO (47º)	Palmas - TO (47º)
Nordeste	Teresina - PI (38º)	Teresina - PI (38º)
Centro Oeste	Cuiabá - MT (42º)	Cuiabá - MT (42º)

Todos os municípios apresentaram avanços no índice de Educação entre 2006 e 2016.

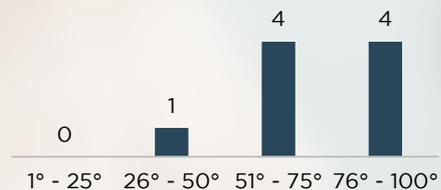
Em termos de avanços em posições no ranking do IDGM Educação entre 2006 e 2016 dentre as 25 primeiras do ranking em 2016, destacam-se: Suzano - SP (23 posições de 2006 para 2016); Piracicaba - SP (20); Cascavel - PR (20 posições). Os municípios que se destacaram por terem avançado mais foram Petrolina - PE (32 posições) e Anápolis - GO (29 posições).

Já as cidades que mais perderam posições foram São Luís - MA (perdeu 37 posições), São Vicente - SP (31 posições) e Mossoró - RN (30 posições).

Número de municípios por região segundo a posição no Ranking do IDGM

Norte

9 municípios



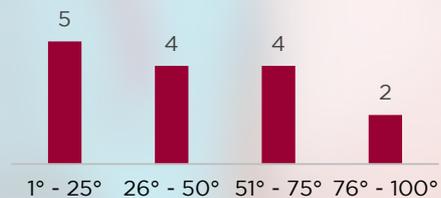
Centro-Oeste

6 municípios



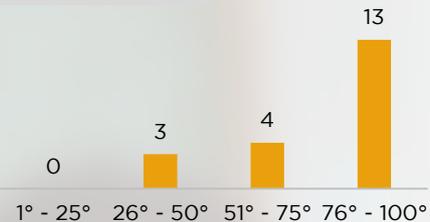
Sul

15 municípios



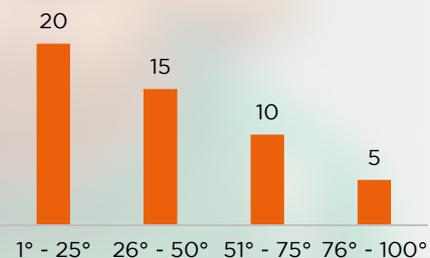
Nordeste

20 municípios



Sudeste

50 municípios



Primeiras posições da área

Os primeiros colocados no ranking do IDGM Educação são municípios de SP e Joinville (SC). Em Piracicaba (SP), primeiro colocado, as matriculadas na pré-escola representam 100% das crianças de 4 a 5 anos e as da creche quase 60% das crianças de 0 a 3. As notas do IDEB dos anos iniciais (6,6) e dos anos finais (5) do Ensino Fundamental superaram as metas definidas pelo INEP.

Joinville (SC), o único município de fora de SP entre os 5 melhores, possui a melhor nota do IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental entre os 100+ (5,5) e a 3ª melhor dos anos iniciais (6,9), mas ainda registra baixa cobertura de creches (35,9%). Outro destaque entre os cinco primeiros é Jundiaí. A cidade paulista possui a 4ª melhor nota do IDEB EFI e a 2ª melhor do EFII entre os 100+, além de uma taxa de matrícula em pré-escolas de 100%.

◆ Os 5 melhores do IDGM Educação

MATRÍCULAS EM CRECHE SOBRE O TOTAL DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DE IDADE (%)



MATRÍCULAS NA PRÉ-ESCOLA SOBRE O TOTAL DE CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS DE IDADE (%)



IDEB ENSINO FUNDAMENTAL I



IDEB ENSINO FUNDAMENTAL II



Fonte: Macroplan com base nos dados do CENSO Escolar do IBGE e do INEP.



Melhor resultado entre os 100+

Principais avanços de posição na década

Petrolina (PE) saiu da 71ª posição para a 39ª, maior avanço de posições na década. O município registrou o 4º maior avanço na nota do IDEB do Ensino Fundamental I e o 2º maior avanço no Ensino Fundamental II, além de melhora significativa nos indicadores de pré-escola. Outro município que se destacou pelo avanço foi Anápolis (GO), que saiu da 87ª para a 58ª posição, um salto de 29 posições. Essa melhora se deu principalmente devido ao percentual de matrículas da pré-escola, onde apresentou o 4º maior avanço.

Uberaba (MG) aumentou bastante o percentual de crianças matriculadas em creches e na pré-escola, o que justifica seu avanço de 26 posições na década, ficando na 30ª posição do ranking atual.

Os municípios que fecham a lista dos 5 que mais avançaram na década são Governador Valadares (MG), que avançou 24 posições e alcançou o 41º lugar, e Caxias do Sul, que subiu também 24 posições e ficou em 44º.

◆ 5 maiores avanços no ranking do IDGM Educação

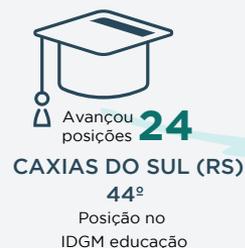
Melhores variações por indicador:

%CRECHE: São Bernardo do Campo (SP)

%PRÉ-ESCOLA: Caxias do Sul (RS)

IDEB EFI: Camaçari (BA)

IDEB EFII: Camaçari (BA)



Nota: %creche: % de crianças entre 0 a 3 anos de idade matriculadas na creche municipal; %pré-escola: % de crianças entre 3 e 4 anos de idade matriculadas na pré-escola municipal; IDEB EFI: IDEB Ensino Fundamental I; IDEB EFII: IDEB Ensino Fundamental II.

Últimas posições da área

As últimas posições no IDGM Educação foram ocupadas por 2 municípios do RJ, São Gonçalo (96º) e Belford Roxo (99º), 2 capitais, Macapá – AP (98º) e Maceió – AL (100º), e Feira de Santana – BA (97º). As duas cidades do RJ apresentam resultados ruins no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental, com notas bem inferiores à média brasileira. O resultado de Feira de Santana também é muito impactado pelas notas do IDEB, sendo a pior do EF I entre os 100.

A performance dos municípios em cada indicador justifica o baixo desempenho deles no índice, com um dos 5 últimos sendo o pior em 3 indicadores. As capitais, Macapá e Maceió, apresentam os piores resultados de matrículas em creches e do IDEB do EF II, respectivamente. A capital de AL vem sendo a última colocada na nota do IDEB do EF II desde 2011, assim como Feira de Santana no EF I.

◆ Os 5 piores do IDGM Educação

MATRÍCULAS NA CRECHE SOBRE O TOTAL DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DE IDADE (%)

100+: 29,5%



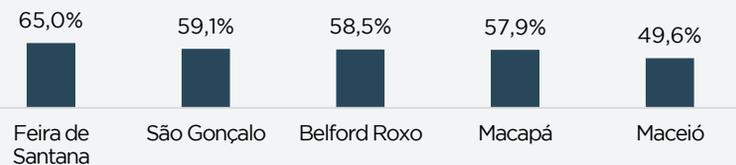
ENSINO FUNDAMENTAL I

100+: 5,6



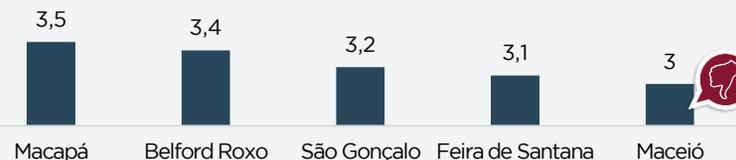
MATRÍCULAS NA PRÉ-ESCOLA SOBRE O TOTAL DE CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS DE IDADE (%)

100+: 84,4% Aparecida de Goiânia (GO): 37,4%



ENSINO FUNDAMENTAL II

100+: 4,2



Fonte: Macroplan com base nos dados do CENSO Escolar do IBGE e do INEP.

Pior resultado entre os 100+

Principais perdas de posição na década

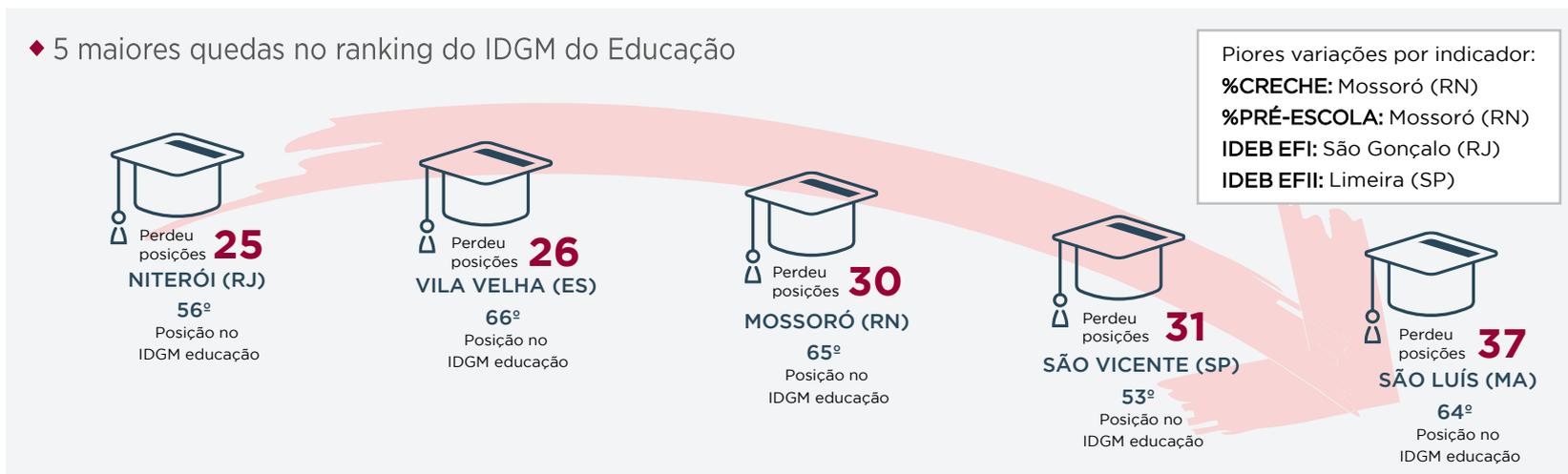
Na última década, São Luís - MA caiu 37 posições no ranking do IDGM Educação. Isso ocorreu pela queda da cobertura da pré-escola e creches e pelos tímidos avanços nas notas do IDEB.

Niterói (RJ) apresentou melhoras tímidas nos indicadores, além de um dos piores avanços nos anos finais do ensino fundamental (saiu de 3,4 para 3,6), o que explica a grande perda de posições do município.

Completam a lista dos 5 que mais perderam posições no IDGM Educação na década: São Vicente (SP), que caiu 31

posições, Mossoró (RN), queda de 30 posições e Vila Velha (ES), 26 posições.

Esses municípios não necessariamente deixaram de melhorar seus indicadores, mas tiveram aumentos abaixo da maioria das outras cidades do grupo dos 100+. Mossoró, por exemplo, melhorou suas notas no IDEB, mas piorou seus indicadores de cobertura de creche e pré-escola. São Vicente também teve melhoras tímidas no IDEB e nas matrículas de creches, mas reduziu em quase 11 pontos percentuais sua taxa de matrículas na pré-escola.



Nota: %creche: % de crianças entre 0 a 3 anos de idade matriculadas na creche municipal; %pré-escola: % de crianças entre 3 e 4 anos de idade matriculadas na pré-escola municipal; IDEB EFI: IDEB Ensino Fundamental I; IDEB EFII: IDEB Ensino Fundamental II.

IDGM

Saúde

O Índice dos Desafios da Gestão Municipal na Saúde reúne indicadores de mortalidade infantil, acesso à assistência pré-natal e à atenção básica e mortalidade prematura por doenças crônicas obtidos na principal fonte de dados da área, o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

◆ indicadores



Taxa de
Mortalidade
Infantil



% de Nascidos
Vivos com 7 ou
mais consultas
de pré-natal



Taxa de
Mortalidade
Prematura por
Doenças
Crônicas Não
Transmissíveis



Cobertura das
Equipes de
Atenção Básica

IDGM Saúde

Ranking dos 100 maiores municípios

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
1º	Blumenau	SC	0,737	▲ 13	▲ 2
2º	Florianópolis	SC	0,731	▲ 8	▲ 3
3º	Maringá	PR	0,722	▲ 3	▲ 1
4º	Joinville	SC	0,714	▲ 5	▼ -3
5º	Palmas	TO	0,700	▼ -1	▲ 6
6º	Sumaré	SP	0,698	▼ -4	▼ -4
7º	São José do Rio Preto	SP	0,692	▲ 8	▲ 15
8º	Belo Horizonte	MG	0,688	— 0	▲ 8
9º	Betim	MG	0,685	▲ 4	▲ 6
10º	Curitiba	PR	0,682	▼ -7	▲ 3
11º	Campinas	SP	0,681	▼ -4	▼ -4
12º	Vitória	ES	0,678	▼ -7	▲ 11
13º	São José dos Campos	SP	0,669	▲ 8	▼ -7
14º	Piracicaba	SP	0,667	▲ 8	▼ -6
15º	Caxias do Sul	RS	0,666	▲ 8	▲ 3
16º	Jundiaí	SP	0,662	▲ 15	▼ -4
17º	Cascavel	PR	0,660	▲ 2	▲ 26
18º	Ribeirão das Neves	MG	0,656	▼ -1	▲ 44
19º	Londrina	PR	0,654	▼ -3	▼ -5
20º	Montes Claros	MG	0,651	▼ -19	▲ 26
21º	Contagem	MG	0,644	▼ -9	▼ -1
22º	Limeira	SP	0,641	▲ 17	▼ -5
23º	São Bernardo do Campo	SP	0,636	▼ -5	▲ 16
24º	Mauá	SP	0,635	▲ 9	▲ 9
25º	Ribeirão Preto	SP	0,633	▲ 3	▼ -16

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
26º	Uberlândia	MG	0,630	▼ -15	▼ -7
27º	Sorocaba	SP	0,628	▼ -1	▲ 4
28º	Gravataí	RS	0,626	▼ 7	▲ 49
29º	São José dos Pinhais	PR	0,626	▲ 14	▼ -19
30º	Uberaba	MG	0,623	▼ -3	▲ 5
31º	Vila Velha	ES	0,616	▲ 17	▲ 16
32º	Caucaia	CE	0,615	▼ -8	▲ 21
33º	Porto Alegre	RS	0,613	▲ 9	▲ 19
34º	Fortaleza	CE	0,612	▼ -2	▲ 46
35º	Ponta Grossa	PR	0,609	▲ 23	▲ 16
36º	Rio Branco	AC	0,608	▲ 33	▲ 50
37º	Feira de Santana	BA	0,605	▲ 56	▲ 63
38º	Caruaru	PE	0,602	▲ 15	▲ 31
39º	Santo André	SP	0,601	▼ -5	▲ 6
40º	Taubaté	SP	0,599	▲ 10	▲ 24
41º	São Paulo	SP	0,596	▼ -4	▼ -7
42º	Juiz de Fora	MG	0,593	▲ 22	▲ 21
43º	Goiânia	GO	0,592	▼ -13	▼ -17
44º	Aracaju	SE	0,589	▲ 32	▲ 14
45º	Serra	ES	0,587	▼ -25	▼ -4
46º	Campo Grande	MS	0,585	▼ -21	▼ -6
47º	Carapicuíba	SP	0,579	▲ 2	▼ -5
48º	João Pessoa	PB	0,578	▲ 4	▲ 1
49º	Boa Vista	RR	0,578	▼ -5	▼ -28
50º	Franca	SP	0,575	▼ -14	▼ -21

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
51°	Niterói	RJ	0,573	▼ -11	▼ -19
52°	Mossoró	RN	0,571	▼ -11	▼ -8
53°	Bauru	SP	0,571	▲ 7	▼ -25
54°	Manaus	AM	0,571	▲ 14	▲ 7
55°	Natal	RN	0,570	▼ -10	▲ 10
56°	Ananindeua	PA	0,570	▲ 7	▼ -29
57°	Cuiabá	MT	0,569	▲ 13	▼ -19
58°	Santa Maria	RS	0,568	▼ -29	▼ -8
59°	Camaçari	BA	0,567	▼ -5	▲ 26
60°	Aparecida de Goiânia	GO	0,567	▼ -13	▲ 24
61°	Taboão da Serra	SP	0,565	▼ -4	▲ 7
62°	Anápolis	GO	0,564	▲ 13	▼ -37
63°	Petrolina	PE	0,562	▼ -17	▲ 34
64°	Diadema	SP	0,561	▼ -26	▼ -34
65°	Teresina	PI	0,560	▲ 1	▲ 2
66°	Canoas	RS	0,559	▲ 14	▲ 12
67°	Mogi das Cruzes	SP	0,558	▲ 4	▲ 3
68°	Governador Valadares	MG	0,558	▼ -6	▲ 14
69°	Campina Grande	PB	0,558	▼ -18	▼ -14
70°	Porto Velho	RO	0,554	▼ -15	▲ 19
71°	Salvador	BA	0,544	▲ 12	▲ 23
72°	Cariacica	ES	0,544	— 0	▲ 3
73°	Suzano	SP	0,542	▼ -17	▼ -16
74°	Recife	PE	0,542	▼ -1	— 0
75°	Vitória da Conquista	BA	0,541	▼ -10	▼ 17

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
76°	Santos	SP	0,540	▲ 5	▼ -20
77°	Belém	PA	0,540	▲ 1	▼ -6
78°	Petrópolis	RJ	0,538	▲ 21	▲ 10
79°	Santarém	PA	0,532	▼ -18	▼ -55
80°	Itaquaquecetuba	SP	0,531	▼ -21	▼ -43
81°	Guarulhos	SP	0,530	▼ -2	▼ -22
82°	Rio de Janeiro	RJ	0,527	▼ -15	▼ -10
83°	São Luís	MA	0,516	▲ 6	▼ -4
84°	Macapá	AP	0,512	▲ 4	▼ -8
85°	Jaboatão dos Guararapes	PE	0,506	▼ -8	▼ -4
86°	Várzea Grande	MT	0,503	▼ -4	▼ -20
87°	Maceió	AL	0,502	— 0	▼ -14
88°	Osasco	SP	0,500	▼ -14	▼ -28
89°	Praia Grande	SP	0,495	▼ -5	▼ -53
90°	São Gonçalo	RJ	0,495	▼ -5	▼ -36
91°	Guarujá	SP	0,492	▲ 4	▲ 2
92°	Olinda	PE	0,486	▲ 2	▲ 4
93°	Paulista	PE	0,481	▼ -1	▼ -10
94°	Pelotas	RS	0,474	▼ -8	▼ -46
95°	São Vicente	SP	0,466	▼ -5	▼ -4
96°	São João de Meriti	RJ	0,463	▲ 4	▼ -1
97°	Nova Iguaçu	RJ	0,459	▼ -1	▲ 1
98°	Campos dos Goytacazes	RJ	0,446	▼ -7	▼ -11
99°	Duque de Caxias	RJ	0,424	▼ -1	▼ -9
100°	Belford Roxo	RJ	0,397	▼ -3	▼ -1

Destaques da Saúde

No grupo dos 25 municípios com melhores IDGM Saúde, quase todos estão nas regiões Sul ou Sudeste, sendo 10 deles em SP. A única cidade de outra região é Palmas - TO (5ª). Completam o grupo cinco municípios de MG (Belo Horizonte, Betim, Ribeirão das Neves, Montes Claros e Contagem), quatro do PR (Maringá, Curitiba, Cascavel e Londrina), três de SC (Blumenau, Florianópolis e Joinville), um do ES (Vitória) e um do RS (Caxias do Sul).

No grupo dos 25 com menores IDGM Saúde predominam os municípios da região Sudeste: 15 dos 25 municípios, sendo 8 no RJ e 7 em SP. Neste grupo estão cinco capitais (Belém, Rio de Janeiro, São Luís, Macapá e Maceió).

Dos Estados do Sul e Sudeste, apenas o RJ não está representado entre os 25 primeiros no ranking de Saúde. Da região Sul, apenas o RS possui um município entre os 25 menores índices (Pelotas).

Apenas 10 dos 100 municípios não apresentaram aumento do índice de Saúde entre 2006 e 2016.

	Capital com maior IDGM	Município com maior IDGM
Sul	Florianópolis - SC (2º)	Blumenau - SC (1º)
Sudeste	Belo Horizonte - MG (8º)	Sumaré - SP (6º)
Norte	Palmas - TO (5º)	Palmas - TO (5º)
Nordeste	Fortaleza - CE (34º)	Caucaia - CE (32º)
Centro Oeste	Goiânia - GO (43º)	Goiânia - GO (43º)

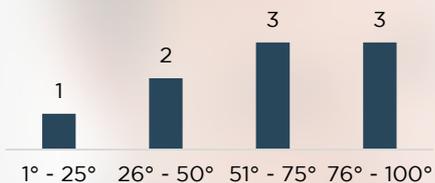
Em termos de avanços em posições no ranking do IDGM Saúde, entre 2006 e 2016, dentre as 25 primeiras do ranking em 2016, destacam-se: Ribeirão das Neves - MG (subiu 44 posições de 2006 para 2016); Cascavel - PR (26 posições); Montes Claros - MG (26 posições). Os municípios que se destacaram por terem avançado mais foram Petrolina - PE (32 posições) e Anápolis - GO (29 posições).

Já as cidades que mais perderam posições foram Santarém - PA (perdeu 55 posições), Praia Grande - SP (53 posições) e Pelotas - RS (46 posições).

Número de municípios por posição no Ranking do IDGM por região

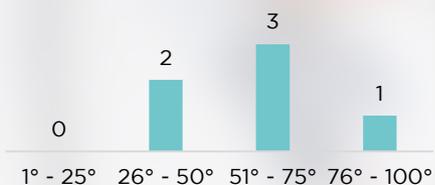
Norte

9 municípios



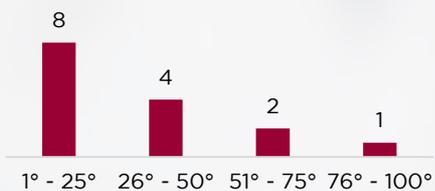
Centro-Oeste

6 municípios



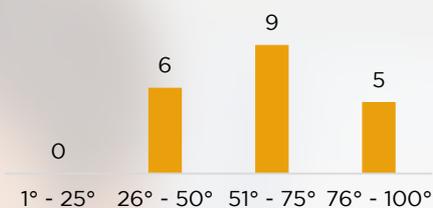
Sul

15 municípios



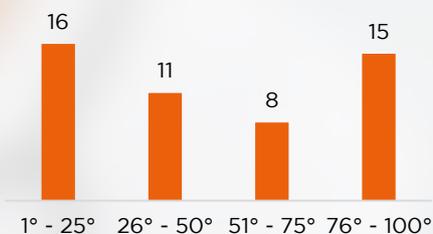
Nordeste

20 municípios



Sudeste

50 municípios



Primeiras posições da área

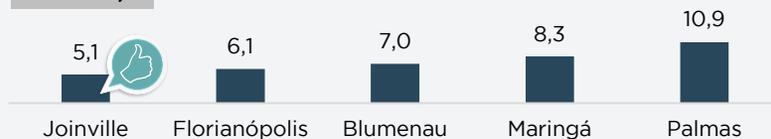
Os primeiros colocados no ranking do IDGM Saúde são municípios da Região Sul e Palmas (TO). Blumenau (SC), primeiro colocado, possui índices de saúde comparáveis a países desenvolvidos: sua taxa de mortalidade infantil atingiu 7,0 óbitos por 1.000 nascidos vivos, índice do Chile¹ (o menor da América do Sul), a cobertura das Equipes de Atenção Básica é praticamente universalizada (99,1%) e a Taxa de óbitos por Doenças Crônicas Não Transmissíveis atingiu o menor patamar da década (227,4).

Florianópolis (SC), a melhor capital, possui a 2ª menor taxa de mortalidade infantil entre os 100+ (6,1), 100% de cobertura da atenção básica e vem evoluindo nos outros 2 indicadores da área. Outro destaque entre os cinco primeiros colocados é Palmas. A capital do Tocantins, 5ª colocada do ranking, atingiu a menor taxa de óbitos por DCNT do grupo e vem melhorando a cobertura de Atenção Básica a uma taxa superior que a média nos últimos anos.

◆ Os 5 melhores do IDGM Saúde

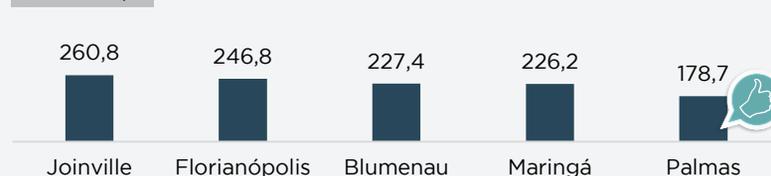
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

100+: 12,1



TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT)

100+: 319,3

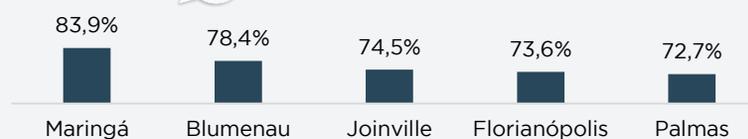


PROPORÇÃO DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES COM 7 OU MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL

100+: 67,7%



Curitiba (PR): 89,6%



COBERTURA ATENÇÃO BÁSICA

100+: 59%



Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS. ¹ Banco Mundial, 2016 Melhor resultado entre os 100+

Principais avanços de posição na década

Em termos de avanço no ranking do IDGM Saúde, Feira de Santana (BA) saiu da última posição para a 37ª, com maior avanço de posições. O município registrou o maior aumento da proporção de nascidos vivos com 7 ou mais consultas pré-natal e a maior queda da taxa de mortalidade infantil na década. Apesar dos avanços na década, a taxa de mortalidade infantil aumentou no último ano e é uma das maiores entre os 100 (15,3 óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos, em 2016). A cidade ainda tem o desafios de universalizar a cobertura de Atenção Básica (67%).

Rio Branco (AC), também se destaca pelo avanço no ranking, justificado pela melhora da Taxa de Mortalidade Infantil e da cobertura de Atenção Básica, o que o fez avançar 50 posições na última década, atingindo a 36ª posição. Gravataí (PR), com um avanço de 49 posições, Fortaleza (CE), 46 posições, e Ribeirão das Neves (MG), 44 posições, fecham a lista dos cinco maiores avanços na última década no ranking do IDGM.

◆ Os 5 maiores avanços no ranking do IDGM Saúde

Melhores variações por indicador:

TMI: Feira de Santana (BA)

PRÉ-NATAL: Feira de Santana (BA)

DCNT: Montes Claros (MG)

AT. BÁSICA: Montes Claros (MG)



Avançou posições **44**
RIBEIRÃO DAS NEVES (MG)
18ª
Posição no IDGM saúde



Avançou posições **46**
FORTALEZA (CE)
34ª
Posição no IDGM saúde



Avançou posições **49**
GRAVATAÍ (PR)
28ª
Posição no IDGM saúde



Avançou posições **50**
RIO BRANCO (AC)
36ª
Posição no IDGM saúde



Avançou posições **63**
FEIRA DE SANTANA (BA)
37ª
Posição no IDGM saúde

Nota: TMI: taxa de mortalidade infantil; Pré-natal: proporção de nascidos vivos com 7 ou mais consultas pré-natal; DCNT: taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis; At. Básica: cobertura da atenção básica.

Últimas posições da área

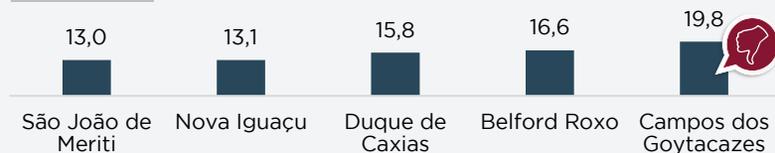
As últimas posições no IDGM Saúde foram ocupadas por 5 municípios do Rio de Janeiro: São João de Meriti (96º), Nova Iguaçu (97º), Campos dos Goytacazes (98º), Duque de Caxias (99º) e Belford Roxo (100º). O Estado é representado por 9 municípios no grupo dos 100+, o melhor colocado foi Niterói na 51ª posição. A capital, Rio de Janeiro, ocupa a 82ª. Completam a lista Petrópolis (78º) e São Gonçalo (90º).

Os resultados tornam evidentes os baixos resultados alcançados por todos esses municípios. A taxa de mortalidade Infantil de Campos dos Goytacazes é a mais alta entre os 100+; apenas 52,5% dos nascidos vivos de Belford Roxo passaram por 7 ou mais consultas pré-natal e 28,4% da população deste municípios tinha cobertura de Atenção Básica; A taxa de Mortalidade Prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis em Petrópolis é a maior entre os 100+ em 9 dos dez anos analisados.

◆ Os 5 piores do IDGM Saúde

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

100+: 12,1



TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT)

100+: 319,3

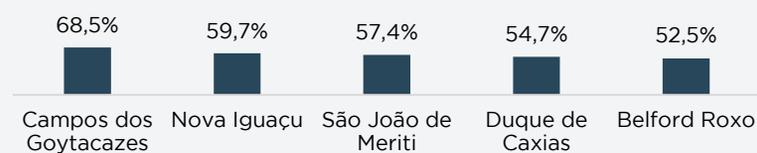
Petrópolis (RJ): 505,1



PROPORÇÃO DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES COM 7 OU MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL

100+: 67,7%

Macapá (AP): 40,4%



COBERTURA ATENÇÃO BÁSICA

100+: 59%

Várzea grande (MT): 25,4%



Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS. Pior resultado entre os 100+

Principais perdas de posição na década

A queda de 55 posições no ranking do IDGM Saúde de Santarém (PA) foi a maior da década. Houve avanços na Cobertura da Atenção Básica, alcançando 40,4%, porém, abaixo da média dos 100+ de 59%, e na Proporção de Nascidos Vivos com 7 ou mais consultas pré-natal, 48,9%, também abaixo da média do grupo de 69,3%. A taxa de mortalidade infantil permaneceu praticamente estável em 15,4 óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos. A taxa de mortalidade prematura por DCNT praticamente dobrou de 129 para 255,8 óbitos, maior crescimento dos 100.

Anápolis (GO), com queda de 37 posições, Itaquaquecetuba (SP), queda de 43 posições, Praia Grande (SP), 53 posições e Pelotas (RS), 46 posições, fecham a lista dos municípios que mais caíram no ranking do IDGM Saúde na última década. Esses municípios têm em comum o fraco desempenho, em especial na redução da taxa de mortalidade infantil. Pelotas, Anápolis, Itaquaquecetuba e Praia Grande reduziram a uma taxa inferior à 0,5% ao ano. A queda média entre os 100+ foi de 2,2% ao ano.

◆ As 5 maiores quedas no ranking do IDGM Saúde



Perdeu posições **37**

ANÁPOLIS (GO)

62º

Posição no IDGM saúde



Perdeu posições **43**

ITAQUAQUECETUBA (SP)

80º

Posição no IDGM saúde



Perdeu posições **46**

PELOTAS (RS)

94º

Posição no IDGM saúde



Perdeu posições **53**

PRAIA GRANDE (SP)

89º

Posição no IDGM saúde



Perdeu posições **55**

SANTARÉM (PA)

79º

Posição no IDGM saúde

Piores variações por indicador:

TMI: Várzea Grande (MT)

PRÉ-NATAL: Pelotas (RS)

DCNT: Santarém (PA)

AT. BÁSICA: Goiânia (GO)

Nota: TMI: taxa de mortalidade infantil; Pré-natal: proporção de nascidos vivos com 7 ou mais consultas pré-natal; DCNT: taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis; At. Básica: cobertura da atenção básica.

IDGM

Segurança

O Índice dos Desafios da Gestão Municipal na Segurança reúne os indicadores de mortalidade por acidentes de trânsito e por homicídios com base nos dados do DATASUS.

◆ indicadores



Taxa de
Homicídios



Taxa de óbitos
no trânsito

IDGM Segurança

Ranking dos 100 maiores municípios

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
1°	Mauá	SP	0,921	▲ 6	▲ 31
2°	São Bernardo do Campo	SP	0,918	▲ 3	▲ 7
3°	Santos	SP	0,912	▼ -1	▲ 13
4°	São Paulo	SP	0,882	▲ 7	▲ 26
5°	Santo André	SP	0,881	▲ 4	▲ 14
6°	Praia Grande	SP	0,878	▼ -2	▲ 48
7°	Jundiaí	SP	0,875	▲ 5	▲ 13
8°	Limeira	SP	0,873	▼ -7	▲ 10
9°	Mogi das Cruzes	SP	0,866	▲ 23	▼ -4
10°	Bauru	SP	0,865	▲ 9	▲ 1
11°	Carapicuíba	SP	0,865	▼ -1	▲ 27
12°	Franca	SP	0,863	▼ -9	▼ -8
13°	Petrópolis	RJ	0,861	▼ -5	▼ -1
14°	Diadema	SP	0,859	▲ 11	▲ 31
15°	Blumenau	SC	0,859	▲ 1	— 0
16°	Piracicaba	SP	0,857	▲ 5	▼ -3
17°	Taboão da Serra	SP	0,856	▼ -4	▲ 22
18°	Suzano	SP	0,855	— 0	▲ 29
19°	São José dos Campos	SP	0,849	▼ -13	▲ 8
20°	São Vicente	SP	0,849	▼ -6	▲ 13
21°	Sorocaba	SP	0,846	▲ 5	▲ 8
22°	Osasco	SP	0,845	▼ -2	▲ 18
23°	Campinas	SP	0,843	▼ -1	▲ 1
24°	Itaquaquecetuba	SP	0,841	▲ 14	▲ 24
25°	Guarulhos	SP	0,840	▲ 6	▲ 35

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
26°	Taubaté	SP	0,838	▼ -11	▼ -1
27°	Ribeirão Preto	SP	0,838	▼ -10	▼ -21
28°	São José do Rio Preto	SP	0,836	▼ -5	▼ -18
29°	Vitória	ES	0,830	▲ 30	▲ 63
30°	Maringá	PR	0,823	▲ 10	▼ -8
31°	Florianópolis	SC	0,810	▼ -7	▲ 4
32°	Montes Claros	MG	0,785	▲ 10	▼ -15
33°	Sumaré	SP	0,781	— 0	▼ -10
34°	Guarujá	SP	0,781	▲ 1	▲ 28
35°	Uberlândia	MG	0,775	▲ 11	▼ -9
36°	Uberaba	MG	0,768	▼ -2	▼ -8
37°	Rio de Janeiro	RJ	0,764	▼ -8	▲ 34
38°	Belo Horizonte	MG	0,762	▲ 11	▲ 31
39°	Pelotas	RS	0,760	— 0	▼ -38
40°	Gravatá	RS	0,758	▲ 3	▼ -26
41°	Juiz de Fora	MG	0,757	— 0	▼ -38
42°	Campo Grande	MS	0,756	▲ 5	▲ 10
43°	Ponta Grossa	PR	0,755	▼ -7	▼ -6
44°	Joinville	SC	0,746	— 0	▼ -13
45°	Santa Maria	RS	0,735	▼ -17	▼ -38
46°	Londrina	PR	0,726	▲ 2	▲ 13
47°	Curitiba	PR	0,724	▲ 3	▲ 25
48°	Vila Velha	ES	0,719	▲ 29	▲ 40
49°	Niterói	RJ	0,710	▼ -22	▲ 17
50°	Caxias do Sul	RS	0,709	▼ -20	▼ -4

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
51°	Santarém	PA	0,694	▼ -14	▼ -49
52°	Feira de Santana	BA	0,691	▲ 8	▼ -18
53°	Paulista	PE	0,691	▲ 4	▲ 30
54°	Duque de Caxias	RJ	0,675	▲ 15	▲ 37
55°	Cascavel	PR	0,666	▼ -3	▲ 32
56°	Recife	PE	0,656	▼ -11	▲ 37
57°	São Gonçalo	RJ	0,652	▼ -3	▲ 20
58°	Campina Grande	PB	0,633	▲ 14	— 0
59°	Canoas	RS	0,631	▲ 3	▼ -17
60°	Contagem	MG	0,630	▼ -2	▲ 20
61°	Cariacica	ES	0,630	▲ 25	▲ 39
62°	Palmas	TO	0,629	▲ 2	▼ -41
63°	Boa Vista	RR	0,624	▼ -10	▼ -13
64°	São João de Meriti	RJ	0,623	▲ 12	▲ 15
65°	Belford Roxo	RJ	0,621	▲ 8	▲ 11
66°	Governador Valadares	MG	0,618	▲ 13	▲ 31
67°	Cuiabá	MT	0,616	▲ 14	▲ 7
68°	Fortaleza	CE	0,615	▲ 31	▼ -19
69°	Olinda	PE	0,611	▼ -14	▲ 25
70°	Nova Iguaçu	RJ	0,607	▲ 12	▲ 3
71°	Goiânia	GO	0,603	▲ 12	▼ -16
72°	João Pessoa	PB	0,602	▲ 12	▼ -7
73°	Jaboatão dos Guararapes	PE	0,602	▼ -10	▲ 23
74°	Manaus	AM	0,596	▼ -6	▼ -18
75°	São José dos Pinhais	PR	0,595	▲ 0	▲ 9

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
76°	Betim	MG	0,595	▲ 14	▲ 14
77°	Porto Velho	RO	0,589	▼ -7	▲ 18
78°	Ribeirão das Neves	MG	0,572	▼ -7	▲ 4
79°	Teresina	PI	0,567	▲ 8	▼ -26
80°	Salvador	BA	0,565	▼ -13	▼ -19
81°	Porto Alegre	RS	0,557	▼ -20	▼ -40
82°	Petrolina	PE	0,555	▼ -26	▲ 7
83°	Caucaia	CE	0,550	▲ 8	▲ -20
84°	São Luís	MA	0,549	▲ 14	▼ -48
85°	Maceió	AL	0,545	▲ 10	▲ 13
86°	Macapá	AP	0,539	▼ -21	▼ -19
87°	Serra	ES	0,530	▲ 7	▲ 12
88°	Várzea Grande	MT	0,529	▲ 12	▼ -10
89°	Natal	RN	0,526	▼ -11	▼ -81
90°	Caruaru	PE	0,492	▼ -39	▼ -9
91°	Rio Branco	AC	0,488	▼ -25	▼ -34
92°	Aparecida de Goiânia	GO	0,476	▲ 5	▼ -17
93°	Campos dos Goytacazes	RJ	0,462	▼ -8	▼ -7
94°	Anápolis	GO	0,444	▼ -5	▼ -51
95°	Aracaju	SE	0,437	▼ -21	▼ -31
96°	Vitória da Conquista	BA	0,430	▼ -4	▼ -45
97°	Belém	PA	0,409	▼ -17	▼ -53
98°	Mossoró	RN	0,370	▼ -5	▼ -30
99°	Ananindeua	PA	0,350	▼ -11	▼ -29
100°	Camaçari	BA	0,342	▼ -4	▼ -15

Destaques da Segurança

No grupo dos 25 municípios com melhores IDGM Segurança, quase todos estão no Estado de SP (23 municípios). As únicas exceções são Petrópolis - RJ (13º) e Blumenau - SC (15º). Os 5 primeiros colocados são todos paulistas: Mauá, São Bernardo do Campo, Santos, São Paulo e Santo André, respectivamente.

No grupo dos 25 com menores IDGM Segurança, quase todos os Estados estão representados. São 18 Estados diferentes com municípios neste grupo. A BA é que possui mais representantes, com 3 (Salvador, Vitória da Conquista e Camaçari). Outras capitais também aparecem, como Porto Velho - RO, Teresina - PI, Porto Alegre - RS, São Luís - MA, Maceió - AL, Macapá - AP, Natal - RN, Rio Branco - AC, Aracaju - SE e Belém -PA.

Dos Estados do Sul e Sudeste, apenas PR, SC e SP não aparecem com nenhum município entre os 25 menores índices. O município melhor colocado de outras regiões é Campo Grande - MS, que aparece apenas na 42ª posição.

Entre os 100 municípios do estudo, 34 apresentaram uma piora do índice de Segurança entre 2006 e 2016. O destaque negativo fica com Natal - RN, que caiu 0,301 na década.

	Capital com maior IDGM	Município com maior IDGM
Sul	Florianópolis - SC (31º)	Blumenau - SC (15º)
Sudeste	São Paulo - SP (4º)	Mauá - SP (1º)
Norte	Palmas - TO (62º)	Santarém - PA (51º)
Nordeste	Recife - PE (56º)	Feira de Santana - BA (52º)
Centro Oeste	Campo Grande - MS (42º)	Campo Grande - MS (42º)

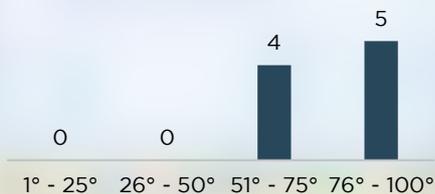
Em termos de avanços em posições no ranking do IDGM Segurança entre 2006 e 2016, dentre as 25 primeiras do ranking em 2016, destacam-se: Praia Grande - SP (subiu 48 posições de 2006 para 2016); Guarulhos - SP (35 posições) e Diadema - SP (31 posições). Os municípios que se destacaram por terem avançado mais entre os 100 foram, além dos já citados, Vitória - ES (63 posições), Vila Velha - ES (40 posições) e Cariacica - ES (39 posições).

Já as cidades que mais perderam posições foram Natal - RN (perdeu 81 posições e está em 89º lugar), Belém - PA (53 posições) e Anápolis - GO (51 posições).

Número de municípios por posição no Ranking do IDGM por região

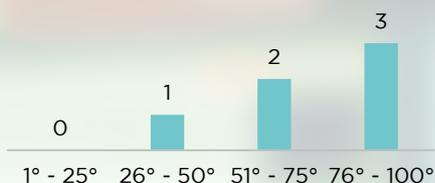
Norte

9 municípios



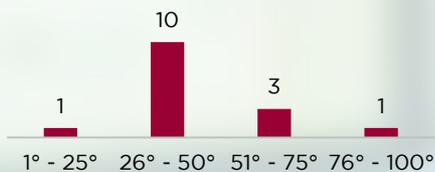
Centro-Oeste

6 municípios



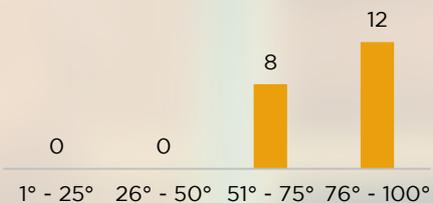
Sul

15 municípios



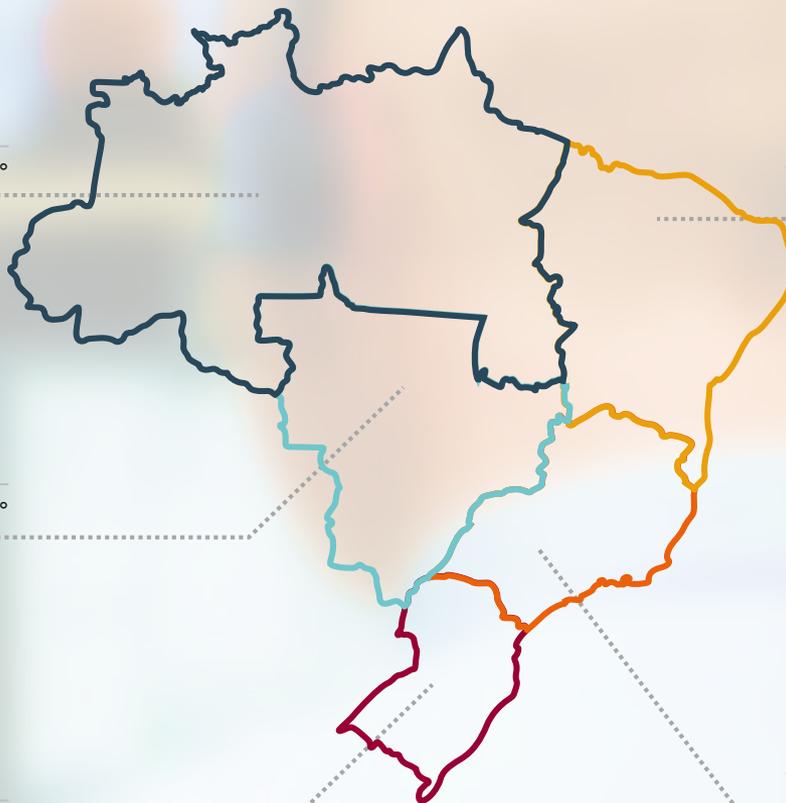
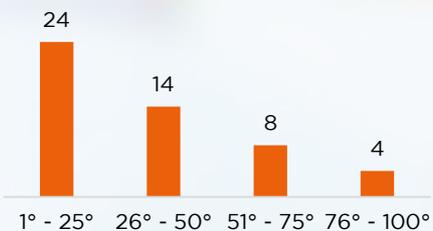
Nordeste

20 municípios



Sudeste

50 municípios



Primeiras posições da área

Os melhores colocados no ranking do IDGM-Segurança possuem menores taxas de homicídios combinadas com baixas taxas de óbitos por acidentes de trânsito. Mauá (SP), líder do ranking, tem a 5ª menor taxa de homicídios e a 3ª menor taxa de óbitos no trânsito entre o grupos dos 100+. São Bernardo do Campo (4,7 por 100 mil habitantes), segundo melhor IDGM Segurança possui a menor taxa de homicídios entre os 100. Essa taxa é comparável com países desenvolvidos, ficando abaixo da taxa dos EUA (4,88) e da Argentina (6,53).¹

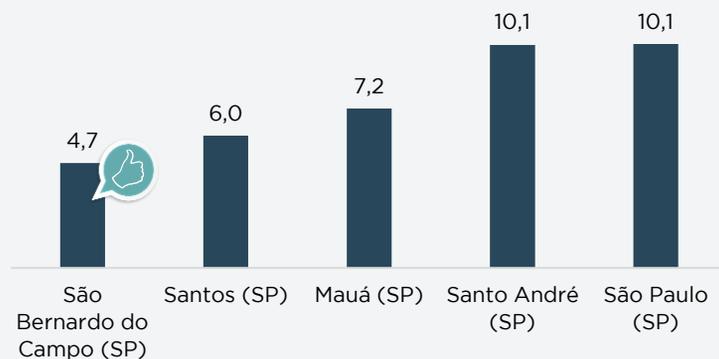
O município com menor taxa de óbitos por acidente de trânsito (Duque de Caxias) não está entre os cinco melhores IDGM-Segurança por ter elevada taxa de homicídios (43,2).

São Paulo é a única capital, entre os cinco melhores, com a 15ª menor taxa de homicídios e a 12ª menor taxa de óbitos por acidente de trânsito. A segunda melhor capital é Vitória, que aparece apenas na 29ª posição.

◆ Os 5 melhores do IDGM Segurança

TAXA DE HOMICÍDIOS

100+: 31,7

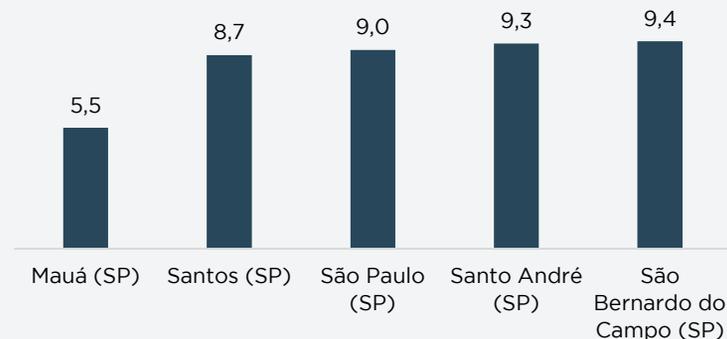


TAXA DE ÓBITOS POR ACIDENTE DE TRÂNSITO

100+: 12,7



Duque de Caxias (RJ): 4,5



Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS. ¹ Dados da UNODC Statistics



Melhor resultado entre os 100+

Principais avanços de posição na década

A maior evolução em termos de IDGM-Segurança foi a registrada por Vitória (ES), que avançou 63 posições entre 2006 e 2016. Grande parte da melhora foi devido à redução da taxa de homicídios, que caiu quase 74% na década, sendo a maior queda entre os 100+. A sua taxa de óbitos no trânsito também diminuiu consideravelmente (45,5%), o que explica o avanço substancial de posições no ranking. Outro município que avançou muito foi Praia Grande (SP), com desempenho mais equilibrado entre os dois indicadores: foi

o 6º que mais reduziu a taxa de homicídios (de 26,5 para 9,5) e o 2º que mais reduziu a taxa de óbitos no trânsito (de 26,9 para 10,5).

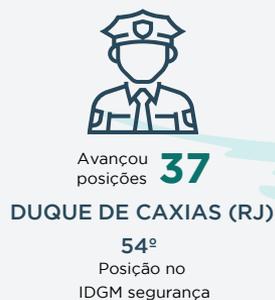
Completam a lista dos que mais avançaram os municípios de Vila Velha (ES), com 40 posições, Duque de Caxias (RJ), com 37 posições, e Cariacica (ES), também com 39 posições. Duque de Caxias foi o município que mais reduziu sua taxa de óbitos no trânsito.

◆ Os 5 maiores avanços no ranking do IDGM Segurança

Melhores avanços por indicador:

TAXA DE HOMICÍDIOS: Vitória (ES)

ÓBITOS NO TRÂNSITO: Duque de Caxias (RJ)



Últimas posições da área

Os piores colocados no IDGM-Segurança têm em comum a alta taxa de homicídios, todos acima de 60 por 100.000 habitantes, comparáveis com alguns dos países mais violentos do mundo, como El Salvador e Honduras.¹ No caso de Camaçari (BA), embora tenha a 27ª melhor taxa de óbitos no trânsito, sua taxa de homicídios é tão alta que o município fica na última posição do ranking dos 100+.

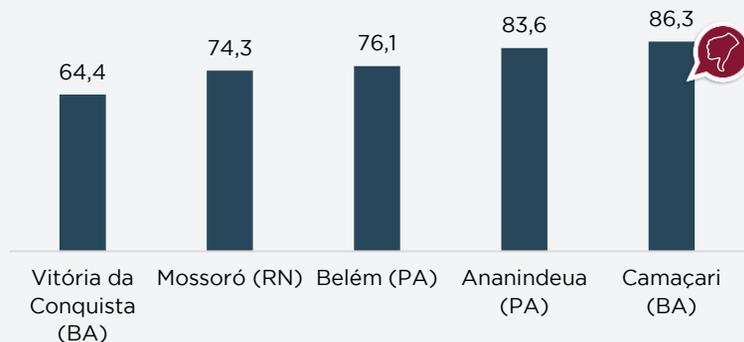
Outro destaque é o município de Belém (PA), que é a capital mais violenta do Brasil, com taxa de homicídios de 76,1 por 100.000 habitantes.

Todos os 5 piores colocados ficam nessa posição devido à taxa de homicídios. A pior taxa de óbitos no trânsito entre eles é de Vitória da Conquista (BA), que é o 10º pior entre os 100+.

◆ Os 5 piores do IDGM Segurança

TAXA DE HOMICÍDIOS

100+: 31,7



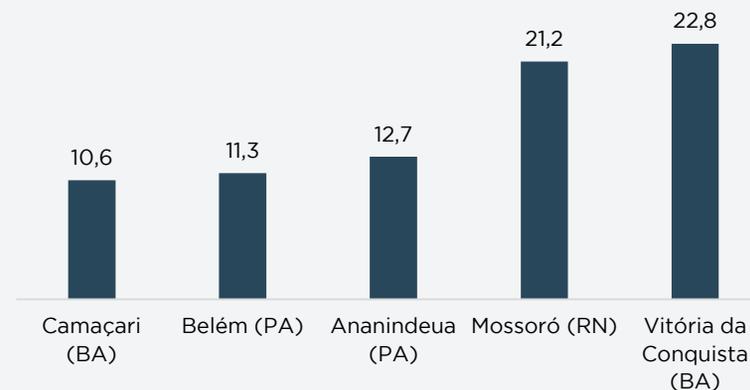
TAXA DE ÓBITOS POR ACIDENTE DE TRÂNSITO

Óbitos por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes (2016)

100+: 12,7



Petrolina (PE): 33,5



Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS. ¹ Dados da UNODC Statistics



Pior resultado entre os 100+

Principais perdas de posição na década

O município que mais perdeu posições no IDGM-Segurança na década foi Natal (RN), que saiu de 8º lugar em 2006 para 89º em 2016, perdendo 80 posições. Este resultado foi muito impactado pela taxa de homicídios, que mais que triplicou na cidade, passando de 18,9 para 62,7 homicídios por 100.000 habitantes. Mesmo tendo reduzido sua taxa de óbitos no trânsito em 10%, essa piora na violência foi suficiente para passar de um dos melhores para um dos piores municípios dos 100+ em segurança.

Outra capital do Nordeste que aparece com uma substancial perda de posições é São Luís (MA), que caiu 48 na década.

Sua taxa de homicídios dobrou, passando de 27,1 para 55,5.

A lista dos 5 que mais perderam posições no IDGM – Segurança na década é composta também por Belém (PA), que caiu 53 posições, Anápolis (GO), queda de 51 posições e Santarém (BA), que perdeu 49 posições. Todos esses municípios tiveram aumento significativo da taxa de homicídios, ficando entre os 10 que mais pioraram este indicador. Santarém e Anápolis aumentaram também a taxa de óbitos no trânsito entre 2006 e 2016, justificando a grande quantidade de posições perdidas.

◆ As 5 maiores quedas no ranking do IDGM Segurança



Perdeu posições **81**
NATAL (RN)
88º
Posição no IDGM segurança



Perdeu posições **53**
BELÉM (PA)
97º
Posição no IDGM segurança



Perdeu posições **51**
ANÁPOLIS (GO)
94º
Posição no IDGM segurança



Perdeu posições **49**
SANTARÉM (PA)
51º
Posição no IDGM segurança



Perdeu posições **48**
SÃO LUÍS (MA)
83º
Posição no IDGM segurança

Piores avanços por indicador:

TAXA DE HOMICÍDIOS: Pelotas (RS)

ÓBITOS NO TRÂNSITO: Ribeirão das Neves (MG)

IDGM

Saneamento e Sustentabilidade

O Índice dos Desafios da Gestão Municipal em Saneamento e Sustentabilidade reúne os indicadores de acesso à esgoto, água e lixo do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

◆ indicadores



Índice de
esgoto tratado
referido à
água
consumida



Índice de
perdas na
distribuição



Índice de
atendimento
total de água



Taxa de
cobertura do
serviço de
coleta de RDO
em relação à
população total
do município



Índice de
atendimento
total de esgoto
referido aos
municípios
atendidos com
água

IDGM Saneamento e Sustentabilidade

Ranking dos 100 maiores municípios

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
1°	Santos	SP	0,979	—	0
2°	Maringá	PR	0,972	—	0
3°	Franca	SP	0,968	—	0
4°	Limeira	SP	0,964	—	0
5°	Cascavel	PR	0,956	▲	10
6°	Niterói	RJ	0,954	—	0
7°	Curitiba	PR	0,948	▲	2
8°	Jundiaí	SP	0,948	▼	-3
9°	Piracicaba	SP	0,947	▼	-2
10°	Campina Grande	PB	0,944	▲	2
11°	São José dos Campos	SP	0,942	—	0
12°	Londrina	PR	0,942	▼	-4
13°	Taubaté	SP	0,940	▼	-3
14°	Ponta Grossa	PR	0,934	▼	-1
15°	Uberlândia	MG	0,918	▼	-1
16°	Ribeirão Preto	SP	0,913	▲	1
17°	São José do Rio Preto	SP	0,910	▼	-1
18°	Sorocaba	SP	0,900	—	0
19°	Petrópolis	RJ	0,900	▲	1
20°	Vitória da Conquista	BA	0,895	▲	3
21°	Goiânia	GO	0,888	▲	1
22°	Uberaba	MG	0,886	▼	-3
23°	Campinas	SP	0,881	▼	-2
24°	São Paulo	SP	0,877	—	0
25°	Belo Horizonte	MG	0,868	▲	1

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
26°	Mauá	SP	0,861	▲	1
27°	Salvador	BA	0,858	▼	-2
28°	Porto Alegre	RS	0,855	—	0
29°	Suzano	SP	0,849	—	0
30°	João Pessoa	PB	0,847	—	0
31°	Santo André	SP	0,843	—	0
32°	Campo Grande	MS	0,823	▲	1
33°	Rio de Janeiro	RJ	0,820	▲	1
34°	Campos dos Goytacazes	RJ	0,818	▲	6
35°	Petrolina	PE	0,817	▲	11
36°	Montes Claros	MG	0,815	▼	-1
37°	Mogi das Cruzes	SP	0,815	▼	-5
38°	Caxias do Sul	RS	0,806	▼	-1
39°	Vitória	ES	0,805	▲	6
40°	São Bernardo do Campo	SP	0,801	▲	1
41°	Contagem	MG	0,798	▼	-2
42°	Taboão da Serra	SP	0,796	▼	-6
43°	Praia Grande	SP	0,796	▲	1
44°	São José dos Pinhais	PR	0,795	▼	-1
45°	Diadema	SP	0,790	▼	-7
46°	Betim	MG	0,780	▼	-4
47°	Feira de Santana	BA	0,776	▲	10
48°	São Vicente	SP	0,774	▲	5
49°	Osasco	SP	0,766	▼	-1
50°	Anápolis	GO	0,764	▲	1

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
51°	Palmas	TO	0,762	▼ -4 ▲	7
52°	Sumaré	SP	0,761	▲ 8 ▼	-10
53°	Guarulhos	SP	0,753	▲ 2 ▲	3
54°	Juiz de Fora	MG	0,752	▼ -2 ▼	-32
55°	Governador Valadares	MG	0,745	▲ 1 ▼	-25
56°	Bauru	SP	0,745	▼ -2 ▼	-31
57°	Maceió	AL	0,744	▲ 16 ▼	-7
58°	Boa Vista	RR	0,743	▼ -9 ▲	14
59°	Florianópolis	SC	0,739	▼ -9 ▼	-19
60°	Santa Maria	RS	0,736	▼ -2 ▼	-25
61°	Guarujá	SP	0,729	▼ -2 ▼	-2
62°	Aracaju	SE	0,722	▲ 1 ▼	-5
63°	Caruaru	PE	0,712	▼ -1 ▲	17
64°	Vila Velha	ES	0,698	▼ -3 ▲	13
65°	Serra	ES	0,694	▲ 2 ▼	-3
66°	Recife	PE	0,678	▼ -1 ▼	-19
67°	Pelotas	RS	0,674	▼ -1 ▼	-19
68°	Fortaleza	CE	0,673	▼ -4 ▼	-23
69°	Olinda	PE	0,671	▲ 2 ▼	-14
70°	Paulista	PE	0,667	▲ 18 —	0
71°	Itaquaquecetuba	SP	0,663	▲ 12 ▲	4
72°	Cuiabá	MT	0,660	▼ -3 ▼	-11
73°	Mossoró	RN	0,658	▼ -5 ▼	-2
74°	Ribeirão das Neves	MG	0,656	▲ 7 ▲	13
75°	Blumenau	SC	0,653	▼ -3 ▲	4

#	MUNICÍPIO	UF	DGM 2018	Δ ANO	Δ DÉCADA
76°	São João de Meriti	RJ	0,632	▲ 13 ▲	13
77°	Canoas	RS	0,624	▲ 4 ▲	4
78°	Carapicuíba	SP	0,623	▼ -14 ▼	-14
79°	Natal	RN	0,606	▼ -10 ▼	-10
80°	Joinville	SC	0,598	▼ -7 ▼	-7
81°	Camaçari	BA	0,595	▼ -5 ▼	-5
82°	Belford Roxo	RJ	0,591	▲ 18 ▲	18
83°	Nova Iguaçu	RJ	0,585	▲ 8 ▲	8
84°	Duque de Caxias	RJ	0,573	▲ 4 ▲	4
85°	São Gonçalo	RJ	0,569	▼ -1 ▼	-1
86°	São Luís	MA	0,563	▼ -19 ▼	-19
87°	Cariacica	ES	0,562	▼ -4 ▼	-4
88°	Gravataí	RS	0,553	▼ -10 ▼	-10
89°	Teresina	PI	0,553	▼ -15 ▼	-15
90°	Aparecida de Goiânia	GO	0,549	▲ 7 ▲	7
91°	Caucaia	CE	0,533	▲ 3 ▲	3
92°	Manaus	AM	0,513	▼ -10 ▼	-10
93°	Jaboatão dos Guararapes	PE	0,477	▼ -7 ▼	-7
94°	Várzea Grande	MT	0,467	▲ 1 ▲	1
95°	Rio Branco	AC	0,458	▼ -2 ▼	-2
96°	Belém	PA	0,418	▼ -6 ▼	-6
97°	Macapá	AP	0,332	▼ -5 ▼	-5
98°	Santarém	PA	0,314	— 0 —	0
99°	Ananindeua	PA	0,275	— 0 —	0
100°	Porto Velho	RO	0,268	▼ -4 ▼	-4

Destaques do Saneamento e da Sustentabilidade

No ranking do IDGM Saneamento, as 25 primeiras posições apresentam predominância das regiões Sul e Sudeste, principalmente do Estado de SP (12 representantes). As únicas exceções são Campina Grande - PB (10º), Vitória da Conquista - BA (20º) e Goiânia - GO (21º). Os 5 primeiros colocados são: Santos - SP, Maringá - PR, Franca - SP, Limeira - SP e Cascavel -PR.

Entre os 25 municípios com menores IDGM Segurança, quase todos os Estados estão representados. São 18 Estados diferentes com municípios neste grupo. O RJ é o Estado que possui mais representantes, com 5 (Belford Roxo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Gonçalo e São João de Meriti).

Dos Estados do Sul e Sudeste, apenas ES, RS e SC não aparecem com nenhum município entre os 25 melhores índices. O município melhor colocado fora do Sul e Sudeste é Campina Grande - PB, que aparece apenas na 10ª posição.

	Capital com maior IDGM	Município com maior IDGM
Sul	Curitiba - PR (7º)	Maringá - PR (2º)
Sudeste	São Paulo - SP (24º)	Santos - SP (1º)
Norte	Palmas - TO (50º)	Palmas - TO (50º)
Nordeste	Salvador - BA (27º)	Campina Grande - PB (10º)
Centro Oeste	Goiânia - GO (21º)	Goiânia - GO (21º)

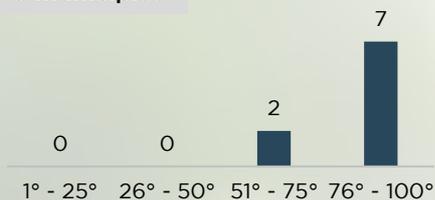
Em termos de avanços em posições no ranking do IDGM Segurança entre 2006 e 2016 dentre as 25 primeiras do ranking em 2016, destacam-se: Cascavel - PR (subiu 38 posições de 2006 para 2016); Petrópolis - RJ (30 posições) e Taubaté - SP (23 posições). Os municípios que se destacaram por terem avançado mais entre os 100 foram, além dos já citados, Mauá - SP (59 posições), Campos dos Goytacazes - RJ (34 posições) e Campo Grande - MS (33 posições).

Já as cidades que mais perderam posições entre as 100 foram Juiz de Fora - MG (perdeu 31 posições), Bauru - SP (30 posições) e Santa Maria - RS (24 posições).

Número de municípios por posição no Ranking do IDGM por região

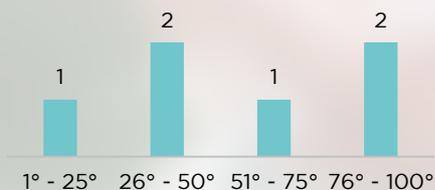
Norte

9 municípios



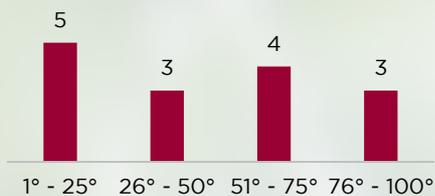
Centro-Oeste

6 municípios



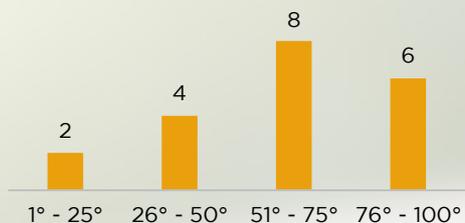
Sul

15 municípios



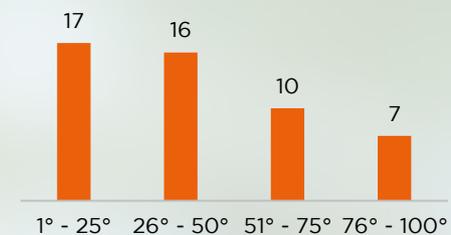
Nordeste

20 municípios



Sudeste

50 municípios



Primeiros colocados da área

Os 5 melhores colocados no IDGM Saúde tem em comum os altos índices de atendimento de Saneamento Básico e índices de perda na distribuição de água melhores do que a média dos 100+. Apesar do acesso à água não atingir 100% dos habitantes, Limeira (SP) tem seu índice de 97%, bem próximo à universalização. O mesmo índice alcançado pela cidade na população com coleta de esgoto, também o menor entre os 5. Limeira foi o único município a atingir 100% no índice de esgoto

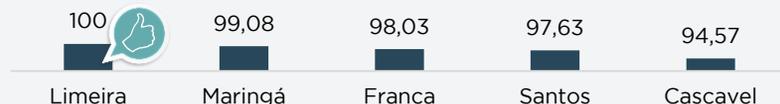
tratado. Já Cascavel (PR), com 94,6%, tem o menor índice deste grupo. A coleta de lixo é praticamente universalizada em todos os municípios – entre os 100+ esse índice é superior a 95% em 66 deles.

O índice de perdas na distribuição de água de Limeira (SP) é o segundo mais baixo entre os 100+, ficando atrás apenas de Palmas (TO) com 13,05%.

◆ Os 5 melhores do IDGM Saneamento e Sustentabilidade

ÍNDICE DE ESGOTO TRATADO REFERIDO À ÁGUA CONSUMIDA (%)

100+: 53,2%



ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ÁGUA (%)

100+: 93,4%



Santos (SP): 100%

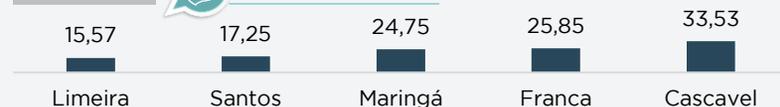


ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO (%)

100+: 39,2%



Palmas (TO): 13,1%



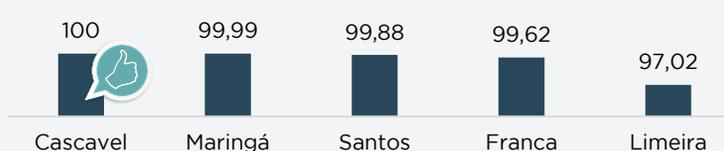
TAXA DE COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RDO EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (%)

100+: 97,7%



ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ESGOTO REFERIDO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM ÁGUA (%)

100+: 71,7%



Fonte: Macroplan a partir dos dados do SNIS. Obs: Os municípios de São João de Meriti (RJ) e Governador Valadares (MG) não declararam dados para o indicador de Coleta de Lixo



Melhor resultado entre os 100+

Principais avanços de posição na década

Na última década, o município que mais avançou no IDGM Saneamento e Sustentabilidade foi Mauá (SP), saindo da 85ª para a 26ª posição. Essa mudança foi puxada pela melhora expressiva nos indicadores da área, em especial os índices de coleta e tratamento de esgoto: a proporção de habitantes com esgotamento sanitário avançou 7 pontos percentuais, atingindo 92,4% da população e o índice de esgoto tratado passou de 3% para 67,5% no período.

Outro destaque é Cascavel (PR). O município atingiu a 5ª posição no ranking, subindo 39 posições na década. O município praticamente universalizou o acesso à água, o esgotamento sanitário e a coleta de lixo. O principal avanço foi no índice de tratamento de esgoto, que passou 52% para 94,6% no último ano.

Campos dos Goytacazes (RJ), Petrolina (PE) e Campo Grande (MT) tiveram grandes avanços no percentual de habitantes com coleta de esgoto, atingindo níveis superiores à média dos 100+.

◆ Evolução IDGM - Saneamento e Sustentabilidade

Melhores variações por indicador:

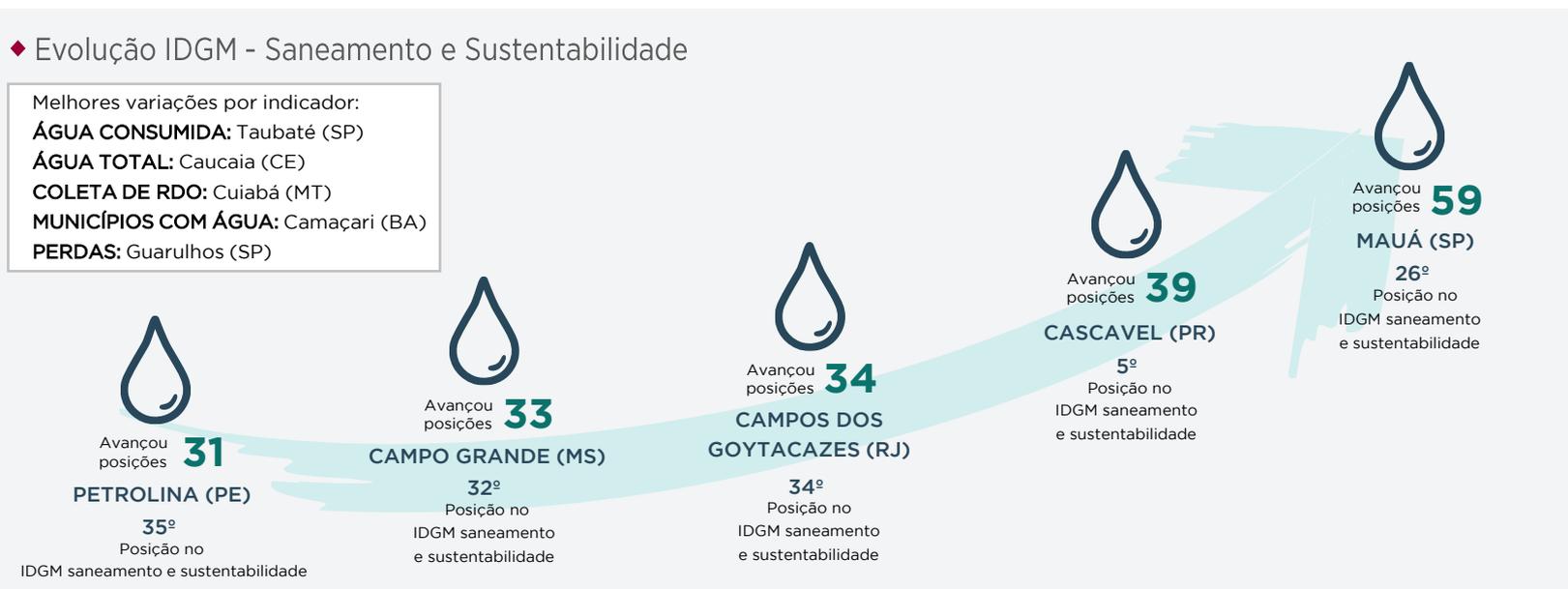
ÁGUA CONSUMIDA: Taubaté (SP)

ÁGUA TOTAL: Caucaia (CE)

COLETA DE RDO: Cuiabá (MT)

MUNICÍPIOS COM ÁGUA: Camaçari (BA)

PERDAS: Guarulhos (SP)



Nota: **Água consumida:** índice de esgoto tratado referido à água consumida; **ÁGUA TOTAL:** índice de atendimento total de água; **COLETA DE RDO:** taxa de cobertura do serviço de coleta de RDO em relação à população total do município; **MUNICÍPIOS COM ÁGUA:** índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água; **PERDAS:** índice de perdas de distribuição.

Últimos colocados da área

As últimas colocações do IDGM Saneamento e Sustentabilidade são ocupadas por municípios da região Norte do país. Chama atenção a presença de 3 capitais nesse grupo: Macapá (AP), Belém (PA) e Porto Velho (RO), que alcançaram nos 5 indicadores da área, índices inferiores à média dos 100+, com exceção ao índice de coleta de lixo de Porto Velho (RO), que atingiu 97,85% de cobertura – pouco superior à média dos 100+ de 97,7%.

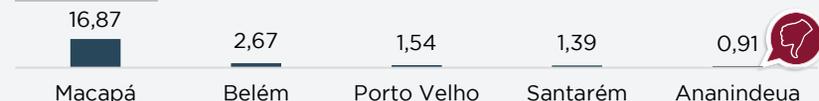
Outro destaque negativo é o município de Ananindeua (PA). A carência de serviços de Saneamento Básico é evidente. O município é o pior colocado em 3 dos cinco indicadores.

Santarém (PA) fecha a lista dos 5 piores. O município possui o menor índice da população com coleta de lixo entre os 100+ e índices precários de coleta e tratamento de esgoto.

◆ Os 5 piores do IDGM Saneamento e Sustentabilidade

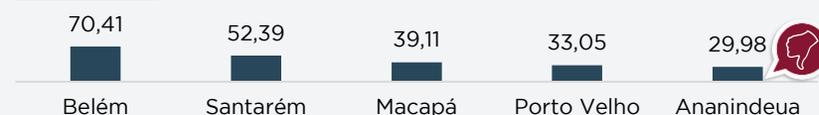
ÍNDICE DE ESGOTO TRATADO REFERIDO À ÁGUA CONSUMIDA (%)

100+: 53,2%



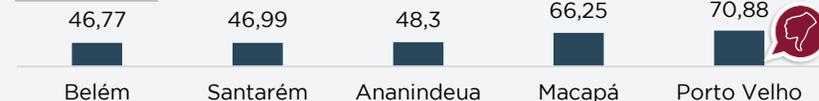
ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ÁGUA (%)

100+: 93,4%



ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO (%)

100+: 39,2%



TAXA DE COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RDO EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (%)

100+: 97,7%



ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ESGOTO REFERIDO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM ÁGUA (%)

100+: 71,7%



Fonte: Macroplan a partir dos dados do SNIS. Obs: Os municípios de São João de Meriti (RJ) e Governador Valadares (MG) não declararam dados para o indicador de Coleta de Lixo.



Pior resultado entre os 100+

Principais perdas de posição na década

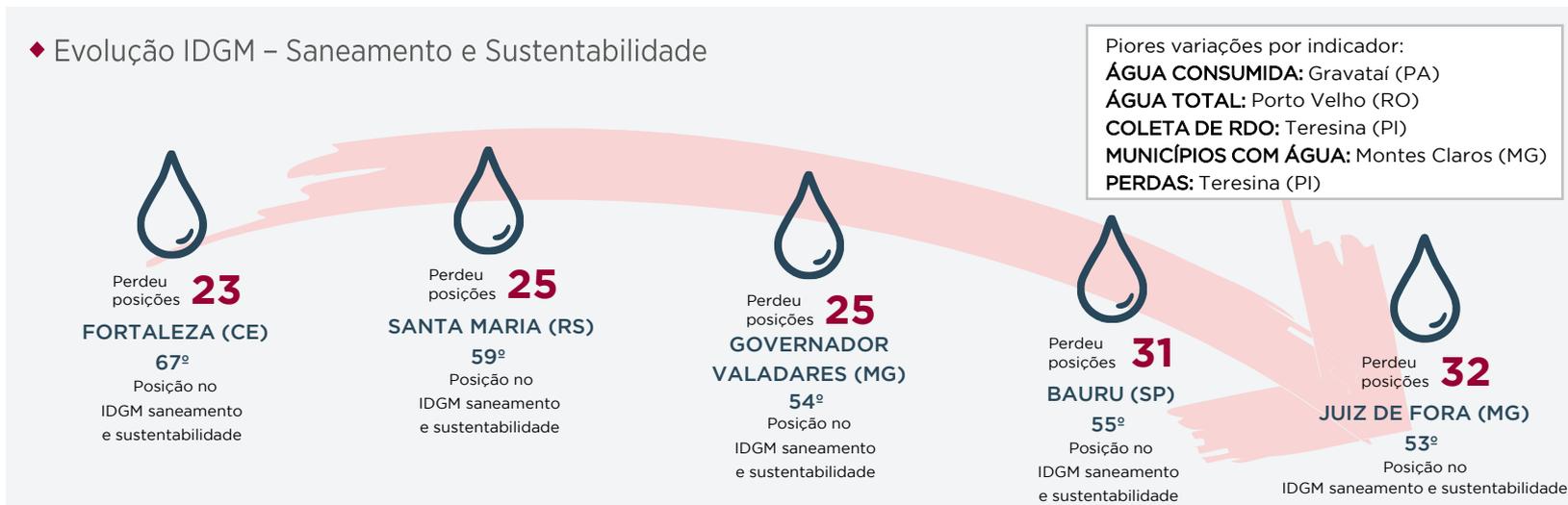
A maior queda no ranking do IDGM Saneamento e Sustentabilidade foi em Juiz de Fora (MG), de 32 posições, justificada pela manutenção do baixo índice de tratamento de esgoto. O município evoluiu 5,3 pontos percentuais na última década, atingindo um índice de apenas 6,9% de esgoto tratado – 10º menor dos 100+. O índice de perdas na distribuição também evoluiu relativamente pouco e os demais índices registraram queda.

Bauru (SP) atingiu bons índices de esgotamento sanitário, acesso à água e coleta de lixo. Porém, os índices de perdas

na distribuição de água e o tratamento de esgoto estão entre os mais baixos entre os 100+, mas pioraram no período.

Já a queda de Santa Maria (RS) e Fortaleza (CE) é justificada pela piora no índice de tratamento de esgoto.

Em Governador Valadares (MG) os dados sobre tratamento de esgoto não foram divulgados em nenhum ano na última década o que prejudica, o IDGM do município.



Nota: **Água consumida:** índice de esgoto tratado referido à água consumida; **Água total:** índice de atendimento total de água; **Coleta de RDO:** taxa de cobertura do serviço de coleta de RDO em relação à população total do município; **Municípios com água:** índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água; **Perdas:** índice de perdas de distribuição.





4

Análise por *cluster*

[← Voltar para o índice](#)

Análise dos indicadores por *cluster*

Os 100 maiores municípios do Brasil são muito diferentes entre si em diversas dimensões. Essas diferenças podem afetar a capacidade da gestão pública entregar resultados e melhorar indicadores. A análise por *cluster* busca reduzir essas diferenças, agrupando os municípios de acordo com algumas de suas características, como disponibilidade de receita per capita, densidade populacional e desigualdade de renda.

Ao organizar os municípios dessa forma, é possível avaliar a performance de cada um, comparando com um grupo de municípios mais parecidos em termos de complexidade de gestão e disponibilidade de recursos. O objetivo é comparar de forma mais adequada os resultados alcançados por cada município, além de identificar o potencial de melhoria dos indicadores mais factível com a realidade de cada local.

Seguindo a metodologia de clusterização apresentada no Anexo Metodológico, os 100 municípios foram divididos nos 8 grupos a seguir.



Os 100 municípios foram divididos em 8 grupos de acordo com variáveis relacionadas à complexidade de gestão e à disponibilidade de recursos.

Clusters

Cluster A

#	Município	UF
1	Maringá	PR
2	Piracicaba	SP
3	São José do Rio Preto	SP
4	Jundiaí	SP
5	São José dos Campos	SP
6	Sorocaba	SP
7	Ribeirão Preto	SP
8	Londrina	PR
9	São Bernardo do Campo	SP
10	Blumenau	SC
11	Taubaté	SP
12	Joinville	SC
13	Mogi das Cruzes	SP
14	Caxias do Sul	RS
15	Palmas	TO
16	Bauru	SP
17	Campo Grande	MS
18	Praia Grande	SP
19	Juiz de Fora	MG
20	Santa Maria	RS
21	Guarujá	SP
22	Cuiabá	MT

Cluster B

#	Município	UF
1	Sumaré	SP
2	Ribeirão das Neves	MG
3	Itaquaquecetuba	SP
4	Caucaia	CE
5	Gravataí	RS
6	Cariacica	ES
7	Paulista	PE
8	Aparecida de Goiânia	GO
9	Várzea Grande	MT
10	São Gonçalo	RJ
11	Nova Iguaçu	RJ
12	Duque de Caxias	RJ
13	Belford Roxo	RJ

Cluster C

#	Município	UF
1	Limeira	SP
2	Franca	SP
3	Cascavel	PR
4	Uberlândia	MG
5	Uberaba	MG
6	Ponta Grossa	PR
7	Suzano	SP
8	Betim	MG
9	Petrópolis	RJ
10	Contagem	MG
11	Guarulhos	SP
12	São José dos Pinhais	PR
13	Governador Valadares	MG
14	São Vicente	SP
15	Anápolis	GO
16	Serra	ES
17	Pelotas	RS
18	Canoas	RS
19	Camaçari	BA
20	Porto Velho	RO

Cluster D

#	Município	UF
1	Mauá	SP
2	Taboão da Serra	SP
3	Diadema	SP
4	Osasco	SP
5	Carapicuíba	SP
6	Olinda	PE
7	São João de Meriti	RJ

Cluster E

#	Município	UF
1	Campinas	SP
2	Santos	SP
3	Curitiba	PR
4	Vitória	ES
5	Florianópolis	SC
6	Belo Horizonte	MG
7	Santo André	SP
8	Niterói	RJ
9	Porto Alegre	RS

Cluster F

#	Município	UF
1	Montes Claros	MG
2	Campina Grande	PB
3	Boa Vista	RR
4	Petrolina	PE
5	Feira de Santana	BA
6	Vitória da Conquista	BA
7	Teresina	PI
8	Campos dos Goytacazes	RJ
9	Mossoró	RN
10	Rio Branco	AC
11	Caruaru	PE
12	Santarém	PA
13	Jaboatão dos Guararapes	PE
14	Macapá	AP
15	Ananindeua	PA

Cluster G

#	Município	UF
1	Goiânia	GO
2	Vila Velha	ES
3	Fortaleza	CE
4	João Pessoa	PB
5	Salvador	BA
6	Recife	PE
7	Aracaju	SE
8	Natal	RN
9	Manaus	AM
10	São Luís	MA
11	Maceió	AL
12	Belém	PA

Cluster H

#	Município	UF
1	São Paulo	SP
2	Rio de Janeiro	RJ

IDGM Geral - Resultados por *cluster*

Cluster E

1º

Média: 0,678

#	Município	UF	IDGM
1	Campinas	SP	0,709
2	Santos	SP	0,698
3	Curitiba	PR	0,697
4	Vitória	ES	0,693
5	Florianópolis	SC	0,691
6	Belo Horizonte	MG	0,689
7	Santo André	SP	0,675
8	Niterói	RJ	0,642
9	Porto Alegre	RS	0,609

Cluster A

2º

Média: 0,671

#	Município	UF	IDGM
1	Maringá	PR	0,748
2	Piracicaba	SP	0,739
3	São José do Rio Preto	SP	0,738
4	Jundiá	SP	0,733
5	São José dos Campos	SP	0,727
6	Sorocaba	SP	0,705
7	Ribeirão Preto	SP	0,693
8	Londrina	PR	0,693
9	São Bernardo do Campo	SP	0,692
10	Blumenau	SC	0,688
11	Taubaté	SP	0,686
12	Joinville	SC	0,665
13	Mogi das Cruzes	SP	0,655
14	Caxias do Sul	RS	0,655
15	Palmas	TO	0,649
16	Bauru	SP	0,644
17	Campo Grande	MS	0,634
18	Praia Grande	SP	0,633
19	Juiz de Fora	MG	0,619
20	Santa Maria	RS	0,605
21	Guarujá	SP	0,584
22	Cuiabá	MT	0,583

Cluster H

3º

Média: 0,650

#	Município	UF	IDGM
1	São Paulo	SP	0,681
2	Rio de Janeiro	RJ	0,619

Cluster C

4º

Média: 0,614

#	Município	UF	IDGM
1	Limeira	SP	0,716
2	Franca	SP	0,698
3	Cascavel	PR	0,693
4	Uberlândia	MG	0,679
5	Uberaba	MG	0,671
6	Ponta Grossa	PR	0,658
7	Suzano	SP	0,649
8	Betim	MG	0,648
9	Petrópolis	RJ	0,647
10	Contagem	MG	0,623
11	Guarulhos	SP	0,619
12	São José dos Pinhais	PR	0,615
13	Governador Valadares	MG	0,598
14	São Vicente	SP	0,581
15	Anápolis	GO	0,573
16	Serra	ES	0,569
17	Pelotas	RS	0,543
18	Canoas	RS	0,536
19	Camaçari	BA	0,507
20	Porto Velho	RO	0,451

Cluster D

5º

Média: 0,595

#	Município	UF	IDGM
1	Mauá	SP	0,680
2	Taboão da Serra	SP	0,642
3	Diadema	SP	0,637
4	Osasco	SP	0,611
5	Carapicuíba	SP	0,593
6	Olinda	PE	0,504
7	São João de Meriti	RJ	0,500

Cluster G

6º

Média: 0,543

#	Município	UF	IDGM
1	Goiânia	GO	0,627
2	Vila Velha	ES	0,597
3	Fortaleza	CE	0,584
4	João Pessoa	PB	0,575
5	Salvador	BA	0,553
6	Recife	PE	0,546
7	Aracaju	SE	0,526
8	Natal	RN	0,525
9	Manaus	AM	0,522
10	São Luís	MA	0,519
11	Maceió	AL	0,500
12	Belém	PA	0,444

Cluster F

7º

Média: 0,540

#	Município	UF	IDGM
1	Montes Claros	MG	0,656
2	Petrolina	PE	0,609
3	Campina Grande	PB	0,604
4	Boa Vista	RR	0,583
5	Feira de Santana	BA	0,564
6	Vitória da Conquista	BA	0,559
7	Teresina	PI	0,555
8	Caruaru	PE	0,551
9	Campos dos Goytacazes	RJ	0,543
10	Mossoró	RN	0,542
11	Rio Branco	AC	0,532
12	Santarém	PA	0,486
13	Jaboatão dos Guararapes	PE	0,473
14	Macapá	AP	0,424
15	Ananindeua	PA	0,419

Cluster B

8º

Média: 0,525

#	Município	UF	IDGM
1	Sumaré	SP	0,676
2	Ribeirão das Neves	MG	0,582
3	Itaquaquecetuba	SP	0,571
4	Caucaia	CE	0,560
5	Gravataí	RS	0,553
6	Cariacica	ES	0,529
7	Paulista	PE	0,511
8	Aparecida de Goiânia	GO	0,490
9	Várzea Grande	MT	0,490
10	São Gonçalo	RJ	0,479
11	Nova Iguaçu	RJ	0,477
12	Duque de Caxias	RJ	0,469
13	Belford Roxo	RJ	0,443

Clusters

Educação

Os oito agrupamentos de municípios, definidos por variáveis de complexidade de gestão e de disponibilidade de recursos, são apresentados a seguir, ordenados pela **IDGM Educação** médio de cada *cluster*.



IDGM Educação - Resultados por *cluster*

Cluster A

1º

Média: 0,594

#	Município	UF	IDGM Educação
1	Piracicaba	SP	0,660
2	São José do Rio Preto	SP	0,659
3	Jundiá	SP	0,644
4	Joinville	SC	0,635
5	Sorocaba	SP	0,633
6	São José dos Campos	SP	0,629
7	São Bernardo do Campo	SP	0,628
8	Maringá	PR	0,626
9	Blumenau	SC	0,617
10	Praia Grande	SP	0,614
11	Mogi das Cruzes	SP	0,605
12	Bauru	SP	0,602
13	Ribeirão Preto	SP	0,589
14	Taubaté	SP	0,588
15	Londrina	PR	0,577
16	Cuiabá	MT	0,544
17	Campo Grande	MS	0,542
18	Caxias do Sul	RS	0,541
19	Guarujá	SP	0,541
20	Palmas	TO	0,537
21	Santa Maria	RS	0,533
22	Juiz de Fora	MG	0,532

Cluster H

2º

Média: 0,580

#	Município	UF	IDGM Educação
1	São Paulo	SP	0,603
2	Rio de Janeiro	RJ	0,558

Cluster E

3º

Média: 0,573

#	Município	UF	IDGM Educação
1	Santos	SP	0,639
2	Vitória	ES	0,608
3	Campinas	SP	0,605
4	Santo André	SP	0,599
5	Florianópolis	SC	0,594
6	Belo Horizonte	MG	0,567
7	Curitiba	PR	0,558
8	Niterói	RJ	0,511
9	Porto Alegre	RS	0,474

Cluster C

4º

Média: 0,528

#	Município	UF	IDGM Educação
1	Franca	SP	0,623
2	Limeira	SP	0,607
3	Suzano	SP	0,587
4	Cascavel	PR	0,580
5	Guarulhos	SP	0,573
6	Uberaba	MG	0,569
7	Uberlândia	MG	0,564
8	Petrópolis	RJ	0,555
9	Betim	MG	0,547
10	Governador Valadares	MG	0,546
11	Ponta Grossa	PR	0,522
12	São Vicente	SP	0,516
13	São José dos Pinhais	PR	0,505
14	Anápolis	GO	0,504
15	Contagem	MG	0,499
16	Serra	ES	0,488
17	Pelotas	RS	0,481
18	Canoas	RS	0,438
19	Camaçari	BA	0,436
20	Porto Velho	RO	0,421

Cluster D

5º

Média: 0,518

#	Município	UF	IDGM Educação
1	Taboão da Serra	SP	0,577
2	Osasco	SP	0,573
3	Diadema	SP	0,568
4	Mauá	SP	0,559
5	Carapicuíba	SP	0,521
6	São João de Meriti	RJ	0,429
7	Olinda	PE	0,398

Cluster F

6º

Média: 0,459

#	Município	UF	IDGM Educação
1	Teresina	PI	0,549
2	Petrolina	PE	0,548
3	Montes Claros	MG	0,537
4	Rio Branco	AC	0,511
5	Campos dos Goytacazes	RJ	0,500
6	Mossoró	RN	0,488
7	Santarém	PA	0,487
8	Boa Vista	RR	0,485
9	Campina Grande	PB	0,444
10	Caruaru	PE	0,420
11	Vitória da Conquista	BA	0,414
12	Jaboatão dos Guararapes	PE	0,404
13	Ananindeua	PA	0,370
14	Feira de Santana	BA	0,368
15	Macapá	AP	0,361

Cluster B

7º

Média: 0,442

#	Município	UF	IDGM Educação
1	Sumaré	SP	0,578
2	Caucaia	CE	0,524
3	Itaquaquecetuba	SP	0,489
4	Várzea Grande	MT	0,482
5	Cariacica	ES	0,471
6	Ribeirão das Neves	MG	0,466
7	Gravataí	RS	0,428
8	Paulista	PE	0,404
9	Duque de Caxias	RJ	0,400
10	Nova Iguaçu	RJ	0,399
11	Aparecida de Goiânia	GO	0,383
12	São Gonçalo	RJ	0,368
13	Belford Roxo	RJ	0,358

Cluster G

8º

Média: 0,433

#	Município	UF	IDGM Educação
1	Goiânia	GO	0,515
2	Fortaleza	CE	0,498
3	São Luís	MA	0,488
4	Vila Velha	ES	0,487
5	Manaus	AM	0,459
6	Recife	PE	0,446
7	Natal	RN	0,434
8	João Pessoa	PB	0,405
9	Salvador	BA	0,382
10	Belém	PA	0,371
11	Aracaju	SE	0,371
12	Maceió	AL	0,345

◆ O pior 🙄 e o 👍 melhor município de cada *cluster*



Fonte: Macroplan com base nos dados do CENSO Escolar e IBGE.

IDEB FUNDAMENTAL I

5,6

Cluster A		5,4	CUIABÁ	7,1	MARINGÁ
Cluster B		4,1	PAULISTA	5,9	SUMARÉ
Cluster C		4,7	CAMAÇARI	7,1	FRANCA
Cluster D		4	OLINDA	6,5	DIADEMA
Cluster E		4,8	PORTO ALEGRE	6,4	SANTO ANDRÉ
Cluster F		4	FEIRA DE SANTANA	6,2	MONTES CLAROS
Cluster G		4,3	ARACAJU	5,7	GOIÂNIA
Cluster H		5,6	RIO DE JANEIRO	6,1	SÃO PAULO

IDEB FUNDAMENTAL II

4,3

Cluster A		4,2	SANTA MARIA	5,5	JOINVILLE
Cluster B		3,2	SÃO GONÇALO	5	SUMARÉ
Cluster C		3,5	PELOTAS	4,9	FRANCA
Cluster D		3,6	SÃO JOÃO DE MERITI	4,8	TABOÃO DA SERRA
Cluster E		3,6	NITERÓI	5	SANTOS
Cluster F		3,1	FEIRA DE SANTANA	4,6	TERESINA
Cluster G		3	MACEIÓ	4,9	GOIÂNIA
Cluster H		4,3	SÃO PAULO	4,4	RIO DE JANEIRO

Fonte: Macroplan com base nos dados do INEP.

Clusters

Saúde

Os oito agrupamentos de municípios, definidos por variáveis de complexidade de gestão e de disponibilidade de recursos, são apresentados a seguir, ordenados pela **IDGM Saúde** médio de cada *cluster*.



IDGM Saúde - Resultados por *cluster*

Cluster E

1º

Média: 0,643

#	Município	UF	IDGM Saúde
1	Florianópolis	SC	0,731
2	Belo Horizonte	MG	0,688
3	Curitiba	PR	0,682
4	Campinas	SP	0,681
5	Vitória	ES	0,678
6	Porto Alegre	RS	0,613
7	Santo André	SP	0,601
8	Niterói	RJ	0,573
9	Santos	SP	0,540

Cluster A

2º

Média: 0,628

#	Município	UF	IDGM Saúde
1	Blumenau	SC	0,737
2	Maringá	PR	0,722
3	Joinville	SC	0,714
4	Palmas	TO	0,700
5	São José do Rio Preto	SP	0,692
6	São José dos Campos	SP	0,669
7	Piracicaba	SP	0,667
8	Caxias do Sul	RS	0,666
9	Jundiá	SP	0,662
10	Londrina	PR	0,654
11	São Bernardo do Campo	SP	0,636
12	Ribeirão Preto	SP	0,633
13	Sorocaba	SP	0,628
14	Taubaté	SP	0,599
15	Juiz de Fora	MG	0,593
16	Campo Grande	MS	0,585
17	Bauru	SP	0,571
18	Cuiabá	MT	0,569
19	Santa Maria	RS	0,568
20	Mogi das Cruzes	SP	0,558
21	Praia Grande	SP	0,495
22	Guarujá	SP	0,492

Cluster C

3º

Média: 0,582

#	Município	UF	IDGM Saúde
1	Betim	MG	0,685
2	Cascavel	PR	0,660
3	Contagem	MG	0,644
4	Limeira	SP	0,641
5	Uberlândia	MG	0,630
6	São José dos Pinhais	PR	0,626
7	Uberaba	MG	0,623
8	Ponta Grossa	PR	0,609
9	Serra	ES	0,587
10	Franca	SP	0,575
11	Camaçari	BA	0,567
12	Anápolis	GO	0,564
13	Canoas	RS	0,559
14	Governador Valadares	MG	0,558
15	Porto Velho	RO	0,554
16	Suzano	SP	0,542
17	Petrópolis	RJ	0,538
18	Guarulhos	SP	0,530
19	Pelotas	RS	0,474
20	São Vicente	SP	0,466

Cluster G

4º

Média: 0,564

#	Município	UF	IDGM Saúde
1	Vila Velha	ES	0,616
2	Fortaleza	CE	0,612
3	Goiânia	GO	0,592
4	Aracaju	SE	0,589
5	João Pessoa	PB	0,578
6	Manaus	AM	0,571
7	Natal	RN	0,570
8	Salvador	BA	0,544
9	Recife	PE	0,542
10	Belém	PA	0,540
11	São Luís	MA	0,516
12	Maceió	AL	0,502

Cluster H

5º

Média: 0,562

#	Município	UF	IDGM Saúde
1	São Paulo	SP	0,596
2	Rio de Janeiro	RJ	0,527

Cluster F

6º

Média: 0,560

#	Município	UF	IDGM Saúde
1	Montes Claros	MG	0,651
2	Rio Branco	AC	0,608
3	Feira de Santana	BA	0,605
4	Caruaru	PE	0,602
5	Boa Vista	RR	0,578
6	Mossoró	RN	0,571
7	Ananindeua	PA	0,570
8	Petrolina	PE	0,562
9	Teresina	PI	0,560
10	Campina Grande	PB	0,558
11	Vitória da Conquista	BA	0,541
12	Santarém	PA	0,532
13	Macapá	AP	0,512
14	Jaboatão dos Guararapes	PE	0,506
15	Campos dos Goytacazes	RJ	0,446

Cluster D

7º

Média: 0,541

#	Município	UF	IDGM Saúde
1	Mauá	SP	0,635
2	Carapicuíba	SP	0,579
3	Taboão da Serra	SP	0,565
4	Diadema	SP	0,561
5	Osasco	SP	0,500
6	Olinda	PE	0,486
7	São João de Meriti	RJ	0,463

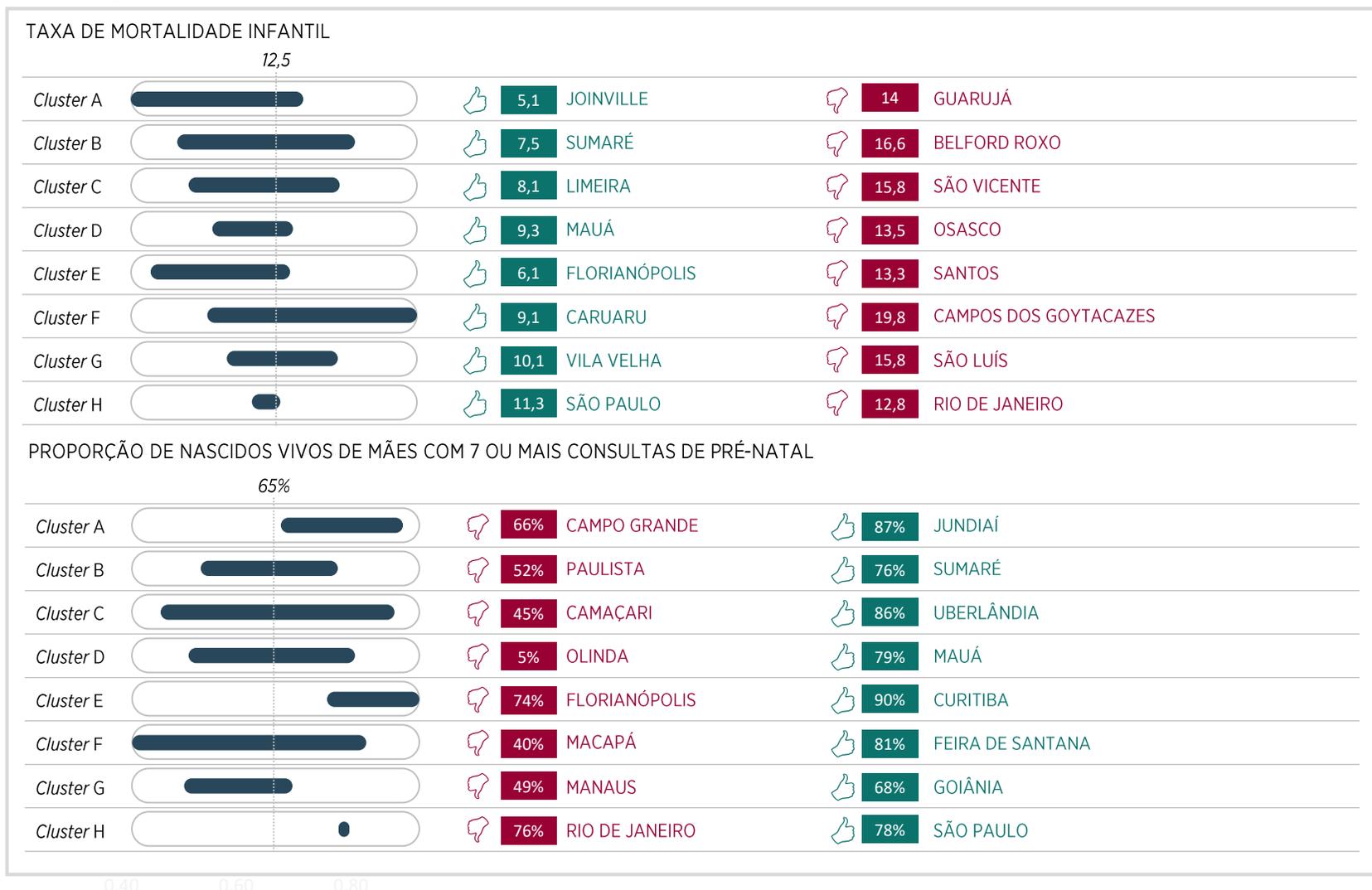
Cluster B

8º

Média: 0,538

#	Município	UF	IDGM Saúde
1	Sumaré	SP	0,698
2	Ribeirão das Neves	MG	0,656
3	Gravataí	RS	0,626
4	Caucaia	CE	0,615
5	Aparecida de Goiânia	GO	0,567
6	Cariacica	ES	0,544
7	Itaquaquecetuba	SP	0,531
8	Várzea Grande	MT	0,503
9	São Gonçalo	RJ	0,495
10	Paulista	PE	0,481
11	Nova Iguaçu	RJ	0,459
12	Duque de Caxias	RJ	0,424
13	Belford Roxo	RJ	0,397

◆ O pior 📉 e o 👍 melhor município de cada *cluster*



Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS.

TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

341,9



COBERTURA ATENÇÃO BÁSICA (%)

62,7



Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS.

Clusters

Segurança

Os oito agrupamentos de municípios, definidos por variáveis de complexidade de gestão e de disponibilidade de recursos, são apresentados a seguir, ordenados pela **IDGM Segurança** médio de cada *cluster*.



IDGM Segurança - Resultados por *cluster*

Cluster H

1º

Média: 0,823

#	Município	UF	IDGM Segurança
1	São Paulo	SP	0,882
2	Rio de Janeiro	RJ	0,764

Cluster A

2º

Média: 0,800

#	Município	UF	IDGM Segurança
1	São Bernardo do Campo	SP	0,918
2	Praia Grande	SP	0,878
3	Jundiaí	SP	0,875
4	Mogi das Cruzes	SP	0,866
5	Bauru	SP	0,865
6	Blumenau	SC	0,859
7	Piracicaba	SP	0,857
8	São José dos Campos	SP	0,849
9	Sorocaba	SP	0,846
10	Taubaté	SP	0,838
11	Ribeirão Preto	SP	0,838
12	São José do Rio Preto	SP	0,836
13	Maringá	PR	0,823
14	Guarujá	SP	0,781
15	Juiz de Fora	MG	0,757
16	Campo Grande	MS	0,756
17	Joinville	SC	0,746
18	Santa Maria	RS	0,735
19	Londrina	PR	0,726
20	Caxias do Sul	RS	0,709
21	Palmas	TO	0,629
22	Cuiabá	MT	0,616

Cluster D

3º

Média: 0,797

#	Município	UF	IDGM Segurança
1	Mauá	SP	0,921
2	Carapicuíba	SP	0,865
3	Diadema	SP	0,859
4	Taboão da Serra	SP	0,856
5	Osasco	SP	0,845
6	São João de Meriti	RJ	0,623
7	Olinda	PE	0,611

Cluster E

4º

Média: 0,781

#	Município	UF	IDGM Segurança
1	Santos	SP	0,912
2	Santo André	SP	0,881
3	Campinas	SP	0,843
4	Vitória	ES	0,830
5	Florianópolis	SC	0,810
6	Belo Horizonte	MG	0,762
7	Curitiba	PR	0,724
8	Niterói	RJ	0,710
9	Porto Alegre	RS	0,557

Cluster C

5º

Média: 0,692

#	Município	UF	IDGM Segurança
1	Limeira	SP	0,873
2	Franca	SP	0,863
3	Petrópolis	RJ	0,861
4	Suzano	SP	0,855
5	São Vicente	SP	0,849
6	Guarulhos	SP	0,840
7	Uberlândia	MG	0,775
8	Uberaba	MG	0,768
9	Pelotas	RS	0,760
10	Ponta Grossa	PR	0,755
11	Cascavel	PR	0,666
12	Canoas	RS	0,631
13	Contagem	MG	0,630
14	Governador Valadares	MG	0,618
15	São José dos Pinhais	PR	0,595
16	Betim	MG	0,595
17	Porto Velho	RO	0,589
18	Serra	ES	0,530
19	Anápolis	GO	0,444
20	Camaçari	BA	0,342

Cluster B

6º

Média: 0,645

#	Município	UF	IDGM Segurança
1	Itaquaquecetuba	SP	0,841
2	Sumaré	SP	0,781
3	Gravataí	RS	0,758
4	Paulista	PE	0,691
5	Duque de Caxias	RJ	0,675
6	São Gonçalo	RJ	0,652
7	Cariacica	ES	0,630
8	Belford Roxo	RJ	0,621
9	Nova Iguaçu	RJ	0,607
10	Ribeirão das Neves	MG	0,572
11	Caucaia	CE	0,550
12	Várzea Grande	MT	0,529
13	Aparecida de Goiânia	GO	0,476

Cluster G

7º

Média: 0,568

#	Município	UF	IDGM Segurança
1	Vila Velha	ES	0,719
2	Recife	PE	0,656
3	Fortaleza	CE	0,615
4	Goiânia	GO	0,603
5	João Pessoa	PB	0,602
6	Manaus	AM	0,596
7	Salvador	BA	0,565
8	São Luís	MA	0,549
9	Maceió	AL	0,545
10	Natal	RN	0,526
11	Aracaju	SE	0,437
12	Belém	PA	0,409

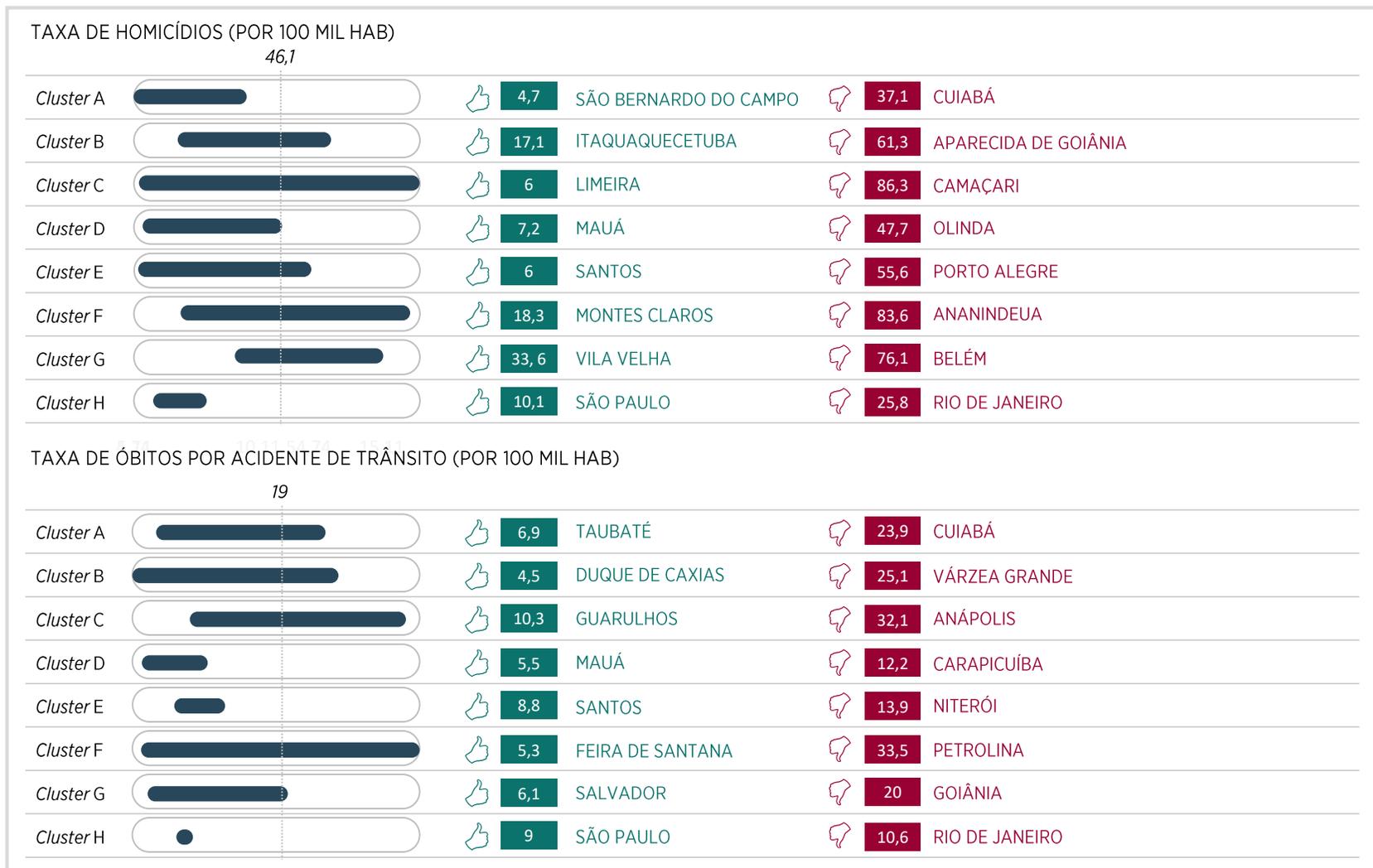
Cluster F

8º

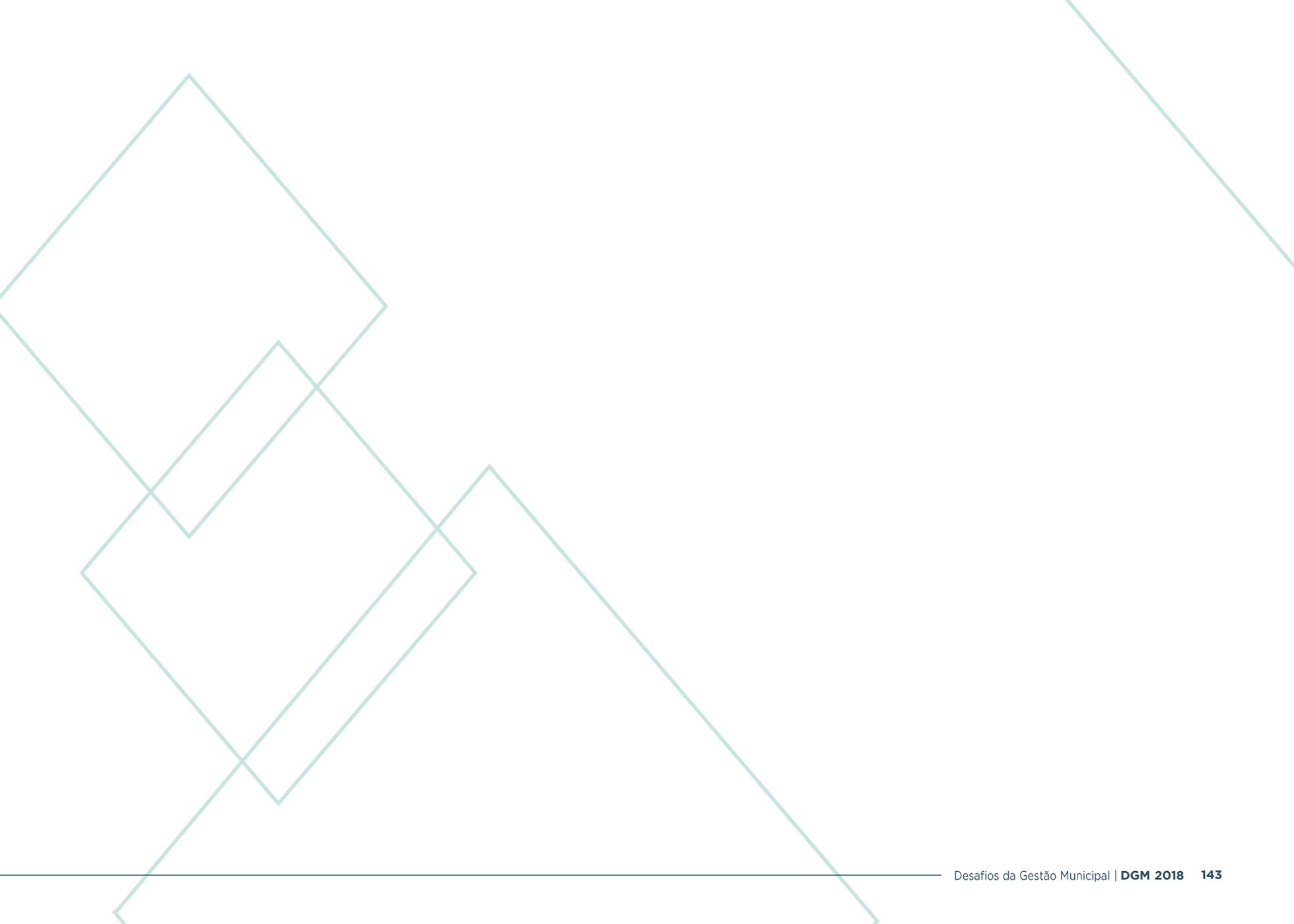
Média: 0,552

#	Município	UF	IDGM Segurança
1	Montes Claros	MG	0,785
2	Santarém	PA	0,694
3	Feira de Santana	BA	0,691
4	Campina Grande	PB	0,633
5	Boa Vista	RR	0,624
6	Jaboatão dos Guararapes	PE	0,602
7	Teresina	PI	0,567
8	Petrolina	PE	0,555
9	Macapá	AP	0,539
10	Caruaru	PE	0,492
11	Rio Branco	AC	0,488
12	Campos dos Goytacazes	RJ	0,462
13	Vitória da Conquista	BA	0,430
14	Mossoró	RN	0,370
15	Ananindeua	PA	0,350

◆ O pior 🗑️ e o 👍 melhor município de cada *cluster*



Fonte: Macroplan com base nos dados do DataSUS.



Clusters

Saneamento e Sustentabilidade

Os oito agrupamentos de municípios, definidos por variáveis de complexidade de gestão e de disponibilidade de recursos, são apresentados a seguir, ordenados pela **IDGM Saneamento e Sustentabilidade** médio de cada *cluster*.



IDGM Saneamento e Sustentabilidade - Resultados por *cluster*

Cluster E

1º

Média: 0,875

#	Município	UF	IDGM Saneamento
1	Santos	SP	0,979
2	Niterói	RJ	0,954
3	Curitiba	PR	0,948
4	Campinas	SP	0,881
5	Belo Horizonte	MG	0,868
6	Porto Alegre	RS	0,855
7	Santo André	SP	0,843
8	Vitória	ES	0,805
9	Florianópolis	SC	0,739

Cluster H

2º

Média: 0,848

#	Município	UF	IDGM Saneamento
1	São Paulo	SP	0,877
2	Rio de Janeiro	RJ	0,820

Cluster A

3º

Média: 0,822

#	Município	UF	IDGM Saneamento
1	Maringá	PR	0,972
2	Jundiaí	SP	0,948
3	Piracicaba	SP	0,947
4	São José dos Campos	SP	0,942
5	Londrina	PR	0,942
6	Taubaté	SP	0,940
7	Ribeirão Preto	SP	0,913
8	São José do Rio Preto	SP	0,910
9	Sorocaba	SP	0,900
10	Campo Grande	MS	0,823
11	Mogi das Cruzes	SP	0,815
12	Caxias do Sul	RS	0,806
13	São Bernardo do Campo	SP	0,801
14	Praia Grande	SP	0,796
15	Palmas	TO	0,762
16	Juiz de Fora	MG	0,752
17	Bauru	SP	0,745
18	Santa Maria	RS	0,736
19	Guarujá	SP	0,729
20	Cuiabá	MT	0,660
21	Blumenau	SC	0,653
22	Joinville	SC	0,598

Cluster C

4º

Média: 0,782

#	Município	UF	IDGM Saneamento
1	Franca	SP	0,968
2	Limeira	SP	0,964
3	Cascavel	PR	0,956
4	Ponta Grossa	PR	0,934
5	Uberlândia	MG	0,918
6	Petrópolis	RJ	0,900
7	Uberaba	MG	0,886
8	Suzano	SP	0,849
9	Contagem	MG	0,798
10	São José dos Pinhais	PR	0,795
11	Betim	MG	0,780
12	São Vicente	SP	0,774
13	Anápolis	GO	0,764
14	Guarulhos	SP	0,753
15	Governador Valadares	MG	0,745
16	Serra	ES	0,694
17	Pelotas	RS	0,674
18	Canoas	RS	0,624
19	Camaçari	BA	0,595
20	Porto Velho	RO	0,268

Cluster D

5º

Média: 0,734

#	Município	UF	IDGM Saneamento
1	Mauá	SP	0,861
2	Taboão da Serra	SP	0,796
3	Diadema	SP	0,790
4	Osasco	SP	0,766
5	Olinda	PE	0,671
6	São João de Meriti	RJ	0,632
7	Carapicuíba	SP	0,623

Cluster G

6º

Média: 0,684

#	Município	UF	IDGM Saneamento
1	Goiânia	GO	0,888
2	Salvador	BA	0,858
3	João Pessoa	PB	0,847
4	Maceió	AL	0,744
5	Aracaju	SE	0,722
6	Vila Velha	ES	0,698
7	Recife	PE	0,678
8	Fortaleza	CE	0,673
9	Natal	RN	0,606
10	São Luís	MA	0,563
11	Manaus	AM	0,513
12	Belém	PA	0,418

Cluster F

7º

Média: 0,639

#	Município	UF	IDGM Saneamento
1	Campina Grande	PB	0,944
2	Vitória da Conquista	BA	0,895
3	Campos dos Goytacazes	RJ	0,818
4	Petrolina	PE	0,817
5	Montes Claros	MG	0,815
6	Feira de Santana	BA	0,776
7	Boa Vista	RR	0,743
8	Caruaru	PE	0,712
9	Mossoró	RN	0,658
10	Teresina	PI	0,553
11	Jaboatão dos Guararapes	PE	0,477
12	Rio Branco	AC	0,458
13	Macapá	AP	0,332
14	Santarém	PA	0,314
15	Ananindeua	PA	0,275

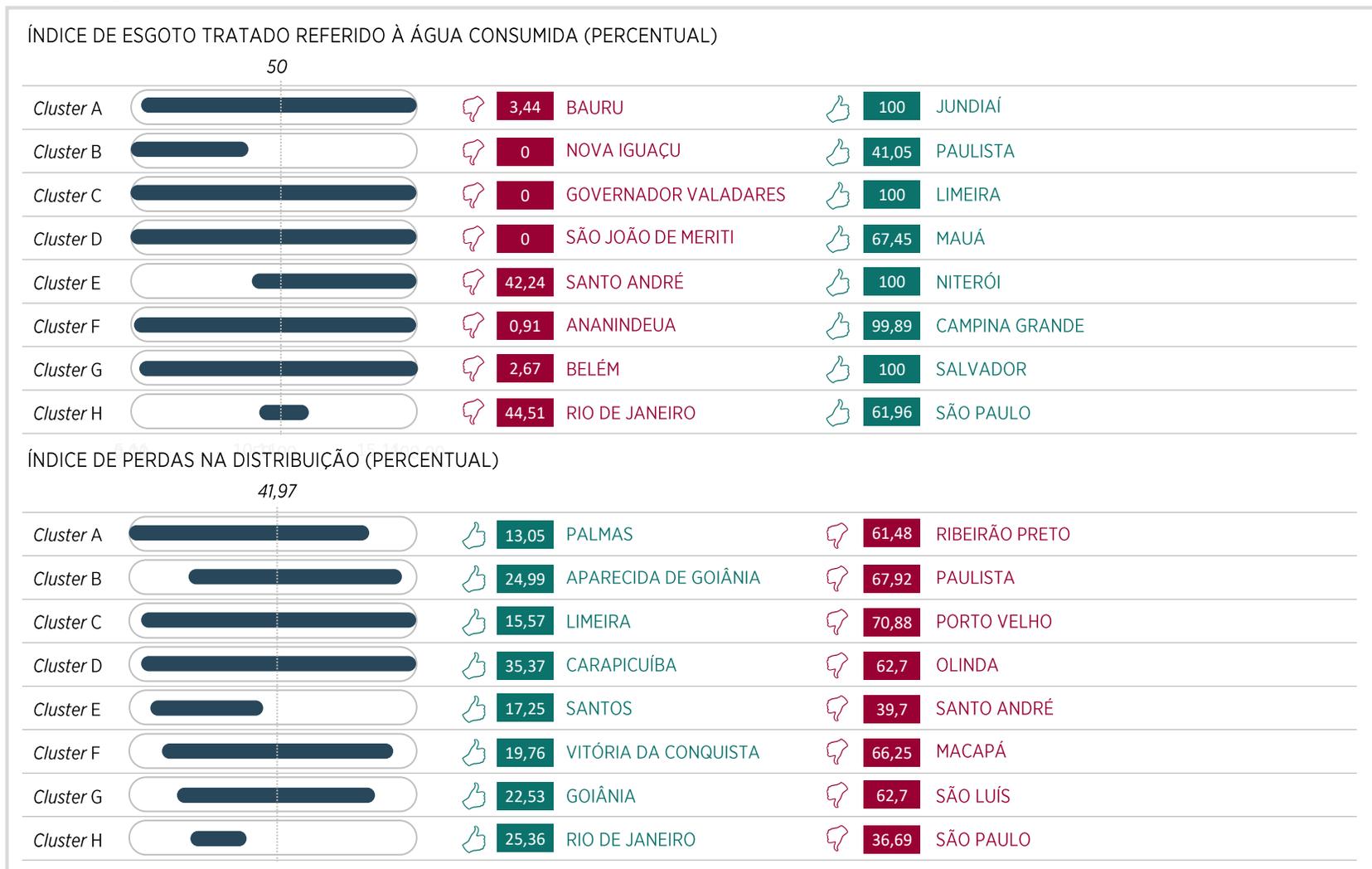
Cluster B

8º

Média: 0,595

#	Município	UF	IDGM Saneamento
1	Sumaré	SP	0,761
2	Paulista	PE	0,667
3	Itaquaquecetuba	SP	0,663
4	Ribeirão das Neves	MG	0,656
5	Belford Roxo	RJ	0,591
6	Nova Iguaçu	RJ	0,585
7	Duque de Caxias	RJ	0,573
8	São Gonçalo	RJ	0,569
9	Cariacica	ES	0,562
10	Gravataí	RS	0,553
11	Aparecida de Goiânia	GO	0,549
12	Caucaia	CE	0,533
13	Várzea Grande	MT	0,467

◆ O pior 🗑️ e o 👍 melhor município de cada *cluster*



Fonte: Macroplan a partir dos dados do SNIS. Obs: Os municípios de São João de Meriti (RJ) e Governador Valadares (MG) não declararam dados para o indicador de Coleta de Lixo.

ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ÁGUA (PERCENTUAL)

65



TAXA DE COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RDO EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO (%)

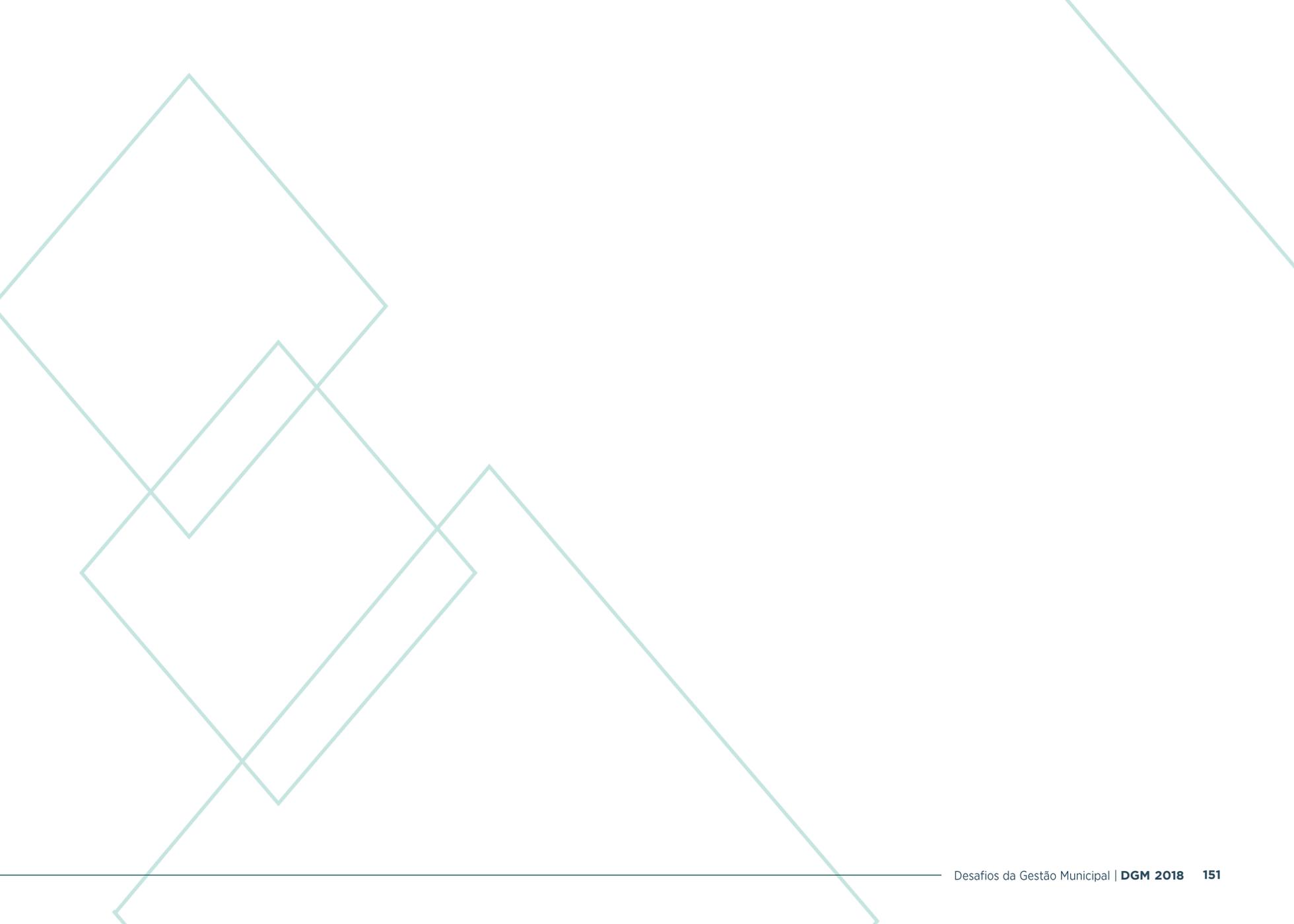
50



Fonte: Macroplan a partir dos dados do SNIS. Obs: Os municípios de Várzea Grande (MT) e Carapicuíba (SP) não declararam dados para o indicador de Coleta de Lixo.

ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ESGOTO REFERIDO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM ÁGUA (PERCENTUAL)









5

Anexos

[← Voltar para o índice](#)

Glossário de Indicadores

Educação

Matrículas em creche sobre o total de crianças de 0 a 3 anos de idade (2005 – 2017): Total de matrículas em creches (redes municipal, estadual, federal e particular) dividido pelo total de crianças de 0 a 3 anos. Fonte: CENSO Escolar e IBGE.

Proporção de Crianças de 4 a 5 anos matriculadas em pré-escola (2005 – 2017): Total de matrículas em pré-escola (redes municipal, estadual, federal e particular) dividido pelo total de crianças de 4 a 5 anos. Fonte: CENSO Escolar e IBGE.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na rede pública (Municipal, Estadual e Federal) (2005-2015): Índice que mensura a qualidade da educação brasileira. O índice varia de 0 a 10 e em seu cálculo são combinados dois fatores: desempenho dos estudantes na Prova Brasil, aplicada a cada dois anos, e a Taxa de Aprovação. Fonte: INEP

Saúde

Taxa de mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (2008 – 2015): Calculado pelo número de óbitos prematuros (30 a 69 anos) por DCNT registrados nos códigos CID-10 selecionados, em determinado ano e município de referência por 100.000 habitantes entre 30 e 69 anos. Fonte: DataSUS.

Proporção de Nascidos Vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (2008 – 2016): Número de nascidos vivos de mães residentes no município de referência e ano com sete ou mais consultas de pré-natal sobre o Número de nascidos vivos de mães residentes no no município de referência e período. Fonte: DataSUS.

Cobertura das Equipes de Atenção Básica (%) (2008 – 2015): Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica. Fonte: DataSUS.

Mortalidade Infantil (2006 – 2016): Número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente no município de referência, no ano considerado. Fonte: DataSUS.

Segurança

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes (2006 – 2016): Número de homicídios no município de residência (óbitos por agressões e intervenções legais: CID 10: X85-Y09 e Y35-Y36), conforme definição do Atlas da Violência 2016 do Ipea, em relação à população residente. Fonte: DataSUS e IBGE.

Taxa de óbitos em acidentes de trânsito a cada 100 mil habitantes (2006 – 2016): Número de homicídios no

município de residência (CID 10: V01-V99, segundo a última versão da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde) em relação à população residente. **Fonte:** DataSUS e IBGE.

Saneamento e Sustentabilidade

As informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, são fornecidas por companhias estaduais, empresas e autarquias municipais, empresas privadas e pelas próprias prefeituras.

Índice de esgoto tratado (2006 – 2016): Calculado pela soma do volume de esgoto tratado e volume de esgoto bruto exportado e tratado nas instalações do importador sobre a diferença do volume de água consumido pelo volume de água tratada e exportada. **Fonte:** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento do Ministério das Cidades (SINIS).

Índice de perdas na distribuição de água (2006 – 2016): Calculado pela soma do volume de água produzido e o volume de água tratada importado menos a soma do volume de água consumido e o volume de serviço, isso tudo

sobre a soma do volume de água produzido e o volume de água tratada importado menos o volume de serviço. **Fonte:** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento do Ministério das Cidades (SINIS).

Índice de atendimento de água (2006 – 2016): Calculado pela razão entre a população total atendida com abastecimento de água e a população total residente nos municípios de referência com abastecimento de água, segundo o IBGE. **Fonte:** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento do Ministério das Cidades (SINIS).

Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares (2009 – 2016): Calculado pela razão entre a população total atendida nos municípios de referência com serviço de coleta de Resíduos Domiciliares (RDO) e a população total do município. **Fonte:** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento do Ministério das Cidades (SINIS).

Índice de atendimento de esgoto (2006 – 2016): Calculado pela razão entre a população total atendida com esgotamento sanitário e a população total residente nos municípios de referência com abastecimento de água. **Fonte:** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento do Ministério das Cidades (SINIS).

Glossário de Indicadores

Situação Fiscal

Todos os indicadores apresentados foram extraídos do site do Meu Município/ Fundação Brava (<https://meumunicipio.org.br/>).

GERAÇÃO DE RECEITA PRÓPRIA: Mede a capacidade da prefeitura de gerar receitas de origem tributária e de contribuição econômica para cada Real de transferências intergovernamentais. Quanto menor o indicador, maior é a dependência das transferências intergovernamentais. É calculado pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Receita tributária} + \text{COSIP} + \text{Dívida Ativa dos tributos} + \text{Multas e Juros de Mora dos tributos} + \text{MJM da Dívida Ativa dos Tributos}}{\text{Receita Transf. Intergov. Corrente} - \text{Deduções para a Formação do FUNDEB}}$$

VINCULAÇÃO DA RECEITA: Mede a parcela da receita corrente cuja destinação é definida em leis e/ou convênios. Quanto maior o indicador, menor a liberdade do gestor municipal em decidir a alocação dos recursos. É calculado pela seguinte fórmula:

$$\frac{(\text{Vinculações Receita Educação} + \text{Vinculações Receita Saúde} + \text{Demais Vinculações}) * 100}{\text{Receita Corrente Líquida}}$$

DESPESA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O CIDADÃO: Mede o gasto corrente por cidadão para a prestação de serviços.

$$\frac{\text{Pessoal} - \text{Intra Orç. (Pessoal)} + \text{Outras Despesas Correntes} - \text{Intra Orç. ODC}}{\text{População estimada IBGE 2015}}$$

RECEITA TRIBUTÁRIA: Mede a média da receita de tributos por cidadão do município

$$\frac{\text{Receita Tributária}}{\text{População estimada IBGE 2015}}$$

CAPACIDADE DE POUPAR: Mede a parcela disponível da receita corrente após a cobertura das despesas de pessoal e custeio e da amortização e juros da dívida. Quanto maior o indicador, maior a capacidade de financiar investimentos. É calculado pela seguinte fórmula:

$$\frac{((\text{Receitas Correntes} - \text{Deduções da Receita Corrente}) - (\text{Despesas Correntes} - \text{PES AD Operações entre Órgãos} - \text{ODC AD Entre Órgãos} - \text{I AD Operações entre Órgãos} - \text{IF AD Operações entre Órgãos} - \text{Amortização da Dívida}))}{\text{Receitas Correntes} - \text{Deduções da Receita Corrente}}$$

ENDIVIDAMENTO BRUTO: Mede o percentual entre receita orçamentária e de operações de crédito, precatórias, obrigações a pagar em circulação, obrigações legais e tributárias. É calculado pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Op. Cred. Interna e Externa em Circulação} + \text{Pecatórios a partir de 05 de Maio de 2000} + \text{Op. Cred. Internas e Externas Longo Prazo} + \text{Obrig. Legais e Tributárias}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$$

INVESTIMENTO: Mede o investimento médio por cidadão no município. É calculado pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Investimento}}{\text{População Estimada IBGE 2015}}$$

Metodologia do IDGM

A construção do IDGM segue metodologia semelhante a do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Para os indicadores cujo crescimento significa melhoria, a fórmula utilizada é: $I_i = \frac{V_i - \text{Valor mínimo}}{\text{Valor máximo} - \text{Valor mínimo}}$, onde I_i é o índice do município i e V_i é o valor do indicador no município i .

Se o crescimento do indicador significa piora da situação do município, a fórmula utilizada para o cálculo do índice é:

$$I_i = \frac{V_i - \text{Valor máximo}}{\text{Valor mínimo} - \text{Valor máximo}}$$

Para os indicadores de cobertura e IDEB, os valores mínimos e máximos são os teóricos, ou seja, podem variar de zero a 100% (no caso do IDEB de 0 a 10).

Os limites dos demais indicadores foram definidos a partir

dos valores máximos e mínimos observados da variável nos 100 municípios no período considerado (2004 a 2015, dependendo da disponibilidade dos dados de cada variável), conforme tabela a seguir.

Os pesos dos indicadores e das áreas que compõem o indicador sintético foram definidos a partir de uma análise par-a-par dos indicadores de cada área e, em seguida, das próprias áreas, seguindo a metodologia da Análise Hierárquica de Prioridades (AHP)¹.

¹ Saaty, Thomas L. - Toma de Decisiones para Líderes - El proceso analítico jerárquico la toma de decisiones em um mundo complejo.

EDUCAÇÃO	LIMITES		PESO	ANO
	MÍN	MÁX	35,3%	
EDUCAÇÃO INFANTIL			13,1%	
Matrículas em creche sobre o total de crianças de 0 a 3 anos de idade	0%	100%	19%	2007 - 2017
Matrículas na pré-escola sobre o total de crianças de 4 e 5 anos de idade	0%	100%	19%	2007 - 2017
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL			22,2%	
IDEB Ensino Fundamental I - Rede Pública	0	10	31%	2005-2015
IDEB Ensino Fundamental II - Rede Pública	0	10	31%	2005-2015

SAÚDE	LIMITES		PESO	ANO
	MÍN	MÁX	35,3%	
Taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (por 100.000 habitantes de 30 a 69 anos)	0	517,8 ¹	32%	2006 - 2016
Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal	0	100%	15%	2006 - 2016
Cobertura das equipes de atenção básica (% da população)	0	100%	6%	2005 - 2015
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	0	36,63 ²	47%	2006 - 2016

SEGURANÇA	LIMITES		PESO	ANO
	MÍN	MÁX	8,8 %	
Taxa de homicídios (por 100.000 habitantes)	0	107,53	75%	2006 - 2016
Taxa de óbitos em acidentes de trânsito (por 100.000 habitantes)	0	47,54	25%	2006 - 2016

INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE	LIMITE		PESO	ANO
	MÍN	MÁX	20,6 %	
Índice de esgoto tratado (% do volume de água consumida)	0%	100%	20%	2006 - 2016
Índice de perdas na distribuição de água (% do volume de água consumida)	0%	100%	9%	2006 - 2016
Índice de atendimento de água (% da população)	0%	100%	28%	2006 - 2016
Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares (% da população)	0%	100%	14%	2009 - 2016
Índice de atendimento de esgoto (% da população atendida com água)	0%	100%	28%	2006 - 2016

Notas:1) Petrópolis, 2011; ; 2) Feira de Santana, 2006; 3) Serra, 2008; 4) Cascavél, 2006.

Metodologia adotada na Análise por Cluster

A amostra dos 100 não é homogênea. Apesar do recorte populacional, o grupo dos 100 apresenta grandes heterogeneidades internas, seja em termos populacionais, nível educacional da população ou disponibilidade financeira. Cada território tem suas especificidades que devem ser consideradas, mas a comparação com municípios pode se mostrar adequada para identificar desafios e potenciais avanços. O desafio é criar grupos semelhantes para comparação.

A análise por cluster, ou análise por grupamentos, é amplamente utilizada para classificar elementos (pessoas, países, cidades) em grupos de acordo com semelhanças nas variáveis. Com isso, pretende-se constituir grupos mais parecidos em termos de desafios para a gestão pública.

O método de *clustering* escolhido para este trabalho foi o *K-Means*¹, um dos mais consolidados e utilizados para este tipo de análise. O método é baseado na minimização de distâncias entre cada ponto e o centróide (ponto médio entre todas as observações de cada grupo) de seu cluster. A partir dos centróides iniciais, se definem os grupos com base na distância dos pontos para estes centróides. Após o grupamento inicial, novos centróides são calculados de acordo com as médias de cada um dos pontos de seus respectivos grupos, sendo feito novo agrupamento de acordo com as distâncias para estes novos

centróides. O processo se repete até que os centróides não mudem mais de uma iteração para a seguinte.

A utilização deste método permite que os grupos sejam formados com os municípios mais próximos em relação a uma série de variáveis selecionadas. No caso, as variáveis representam a caracterização do município em relação à sua (i) complexidade e (ii) disponibilidade de recursos.

Para criação dos clusters, foram utilizados os 150 maiores municípios, de acordo com a população residente estimada pelo IBGE em 2017. A amostra original, de 100 municípios, foi expandida para que os menores desses 100 não ficassem restritos a comparações com municípios maiores.

As variáveis escolhidas para clusterização e suas respectivas fontes foram as seguintes: i) variáveis que caracterizem a **complexidade** do municípios para a gestão: população residente estimada (IBGE, 2017), densidade populacional (População/Área, IBGE, 2017) e percentual de pessoas com 25 anos mais com ensino médio completo (Censo 2010), e ii) variáveis que mensuram a **disponibilidade de recursos**: renda domiciliar per capita (Censo 2010), Índice de Gini (Censo 2010), receita municipal per capita (Siconfi, 2016) e geração de receita própria (Meu Município, 2016²).

¹ Yadav, Jyoti; Sharma, Monika. A Review of K-mean Algorithm. International Journal of Engineering Trends and Technology (IJETT) – Volume 4 Nº 7- Julho 2013.

As variáveis categorizadas como Complexidade são: População, Densidade e Percentual de Adultos com Ensino Médio. Todas as outras entram na lista das variáveis de disponibilidade de Recursos. A escolha se justifica na tentativa de explicar o tamanho do desafio de cada município. Aos municípios com maior complexidade e menos disponibilidade de recursos são atribuídos maiores desafios de gestão.

O método k-means é sensível aos pontos iniciais escolhidos e essa escolha inicial depende da ordem em que os municípios estão organizados no bando de dados. Como há uma sensibilidade do algoritmo à ordem, foi criado um indicador sintético com base nas sete variáveis selecionadas para o ordenamento das linhas. Os municípios foram ordenados dos maiores índices (menos complexos e com mais recursos) para os menores.

A construção do indicador sintético segue a metodologia do IDGM apresentada anteriormente. É feita primeiramente a padronização de cada uma das variáveis com base nos seus máximos e mínimos observados. Cada variável assumiu um sinal de forma a caracterizar os municípios mais complexos aos menos complexos e com menos recursos aos com mais recursos. As variáveis com sinais invertidos são: população, densidade e Gini. Portanto, quanto

menos complexo e mais recursos, maior o índice sintético do município.

A quantidade de clusters é definida pelo método “Elbow”, que leva em conta a soma dos quadrados das distâncias entre os pontos e os centroides de seus clusters. Quando a soma de quadrados passa a cair pouco com a adição de mais um cluster, é um indicativo de que a quantidade está próxima da ideal.

O indicador de qualidade do cluster – a soma dos desvios quadrados entre os grupos sobre a soma dos desvios quadrados da observação da média geral – que caracteriza o melhor ajustamento do modelo de clusterização, foi de 0,745.

Os 100 municípios foram divididos em 8 grupos. Ao organizar os municípios dessa forma, foi possível avaliar a performance de cada um comparando com um grupo de municípios similares., além de identificar um potencial de melhora de indicadores mais factível com a realidade de cada local.

² Pela ausência de dados mais recentes, para os municípios de Rio Verde, Magé e Florianópolis foram utilizados os dados de 2015, para São Gonçalo, São João de Meriti e Cabo Frio os dados de 2014 e para Colombo e Imperatriz os dados de 2013. Destes, apenas Florianópolis, São Gonçalo e São João de Meriti fazem parte dos 100+.

Equipe Técnica

◆ Diretores da Macroplan

Claudio Porto

Glaucio Neves

Gustavo Morelli

Gustavo Porto

◆ Diretor do Estudo

Glaucio Neves

◆ Coordenadores do estudo

Adriana Fontes

Flávio Tadashi

◆ Equipe Técnica

Adriana Fontes

Flávio Tadashi

Karla Régnier

Leon Tomelin

Roberta Teixeira

Thomas Ferraz

Samuel Franco (IETS/OPE Sociais)

Sol Garson

◆ Design

Luiza Raj

Tatiane Limani

◆ Realização



◆ Parceiros do DGM





MacroPlan

Rua Visconde de Pirajá, 351, sala 718

Ipanema, Rio de Janeiro/ RJ

CEP: 22.410-906

(21) 2287-3293

macroplan@macroplan.com.br

www.macroplan.com.br